

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DE NATUREZA
CURSO DE GEOGRAFIA - LICENCIATURA**

GUILHERME GUIARI SILVA CORREIA

**CAFEICULTURA E ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA NA REGIÃO
GEOGRÁFICA IMEDIATA DE ALFENAS-MG: AS DINÂMICAS RURAIS
E URBANAS NA *COMMODITIZAÇÃO* DO TERRITÓRIO**

Alfenas/MG

2022

GUILHERME GUIARI SILVA CORREIA

**CAFEICULTURA E ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA NA REGIÃO GEOGRÁFICA
IMEDIATA DE ALFENAS-MG: AS DINÂMICAS RURAIS E URBANAS NA
COMMODITIZAÇÃO DO TERRITÓRIO**

Monografia apresentada como parte dos requisitos para obtenção do grau de Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas.

Orientador: Prof. Dr. Flamarion Dutra Alves

Alfenas/MG

2022

GUILHERME GUIARI SILVA CORREIA

**CAFEICULTURA E ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA NA REGIÃO GEOGRÁFICA
IMEDIATA DE ALFENAS-MG: AS DINÂMICAS RURAIS E URBANAS NA
COMMODITIZAÇÃO DO TERRITÓRIO**

A Banca examinadora abaixo-assinada, aprova a Monografia apresentada como parte dos requisitos para obtenção do grau de Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas.

Aprovada em: 22 de agosto de 2022

Prof. Dr. Flamarion Dutra Alves
Universidade Federal de Alfenas - MG

Assinatura:

Prof^a. Dr^a. Ana Rute do Vale
Universidade Federal de Alfenas - MG

Assinatura:

Prof.^a Dr.^a Sandra de Castro de Azevedo
Universidade Federal de Alfenas - MG

Assinatura:

Dedico esse trabalho a Hugo Carvalho, pessoa que via em mim um potencial que eu mesmo não enxergava. Um grande companheiro que deixará saudades.

AGRADECIMENTOS

Penso que, de certa forma, todas as pessoas em que me relacionei até o momento foram parte do que me trouxeram até aqui. Porém algumas dessas pessoas formaram minha base como pessoa e como “quase” geógrafo. Dessa forma, agradeço por todos os momentos, conversas e apoio em todos esses anos em que convivemos, alguns mais, outros menos, mas todos com a mesma importância e que me fizeram seguir o meu caminho. Agradeço aos meus amigos que cresceram comigo, Gabriel Novais, Gabriel Rodrigues, Gustavo Campos, Gustavo Moreira, Felipe Acássio, Denise de Carvalho, Rodolfo Prado, Guilherme Raydan e Higor Faria. Agradeço àqueles em que felizmente a geografia me apresentou. Principalmente aos que se tornaram meus grandes amigos, Giuseppe, Thon, Maria Júlia e Franco, pelo suporte e pelas resenhas que com toda certeza ajudaram nos momentos mais difíceis desse curso.

Agradeço a Mariana Freire e sua família por todo companheirismo e suporte. Agradeço à ela também pelas competições saudáveis – as vezes não --, mesmo que subliminares, por nota, por artigos publicados, etc. Isso me impulsionou a cada vez tentar ser melhor. Agradeço esse trabalho especialmente ao Jamilson de Souza pelo companheirismo, por sempre me animar e ajudar no que possível e por toda parceria. A todos esses, agradeço e espero de coração que ainda tenhamos uma longa jornada juntos. Tenho ainda a agradecer a pessoas que entraram recentemente na minha vida mas que foram parte importante na elaboração desse trabalho, sendo Pedro (Brodi), é necessário colocar o apelido pois é parte de você, Gustavo Lima, Lucio Peloso e Nicolas.

Agradeço imensamente dois docentes que para mim mudaram a forma de como eu cursei a geografia. À professora Dra. Sandra de Castro, pelo apoio, parceria, por me ajudar na escrita de meu primeiro artigo e por todos os projetos em que participamos juntos. Ao professor Dr. Flamarion Dutra Alves, orientador desse trabalho, pessoa que potencializou meu interesse pela pesquisa e sempre me apoiou. Ambos me mostraram a pessoa que, a partir da geografia, desejo ser. Espero, igualmente, que possamos seguir juntos nossa jornada e amizade.

Agradeço, por fim, as pessoas mais importantes da minha vida, minha mãe e avó. Pessoas que foram e são minha base, minha referência de ser humano. Pessoas que amo, me orgulho e tenho, tanto quanto, orgulho de ser parte de vocês

e espero que, a partir desse momento, como professor e geógrafo, possa orgulhar vocês da mesma forma.

“O educador e a educadora críticos não podem pensar que (...) podem transformar o país. Mas podem demonstrar que é possível mudar.”

(FREIRE, 2014, p. 110)

RESUMO

O Sul de Minas tornou-se uma das regiões que mais produz café no Brasil. Essa questão implica, teoricamente, a diminuição da área destinada ao cultivo de alimentos essenciais à saúde humana em detrimento da manutenção de uma agricultura mundializada, voltada ao lucro e ao capital do agronegócio. Na Região Geográfica Imediata de Alfenas, assim como no sul de Minas, não há grandes cidades e a predominância fica com os pequenos centros urbanos, muitas vezes dotados de ruralidades. Outrossim, o agronegócio não altera apenas a paisagem rural, mas também demanda mudanças nas cidades circunvizinhas à este campo capitalizado para atender às necessidades produtivas e logísticas da agricultura mecanizada e exportadora, alterando sua paisagem tanto quanto no campo. Assim sendo, a presente pesquisa tem como interesse estudar como essa “*commoditização*” do território altera as dinâmicas rurais e urbanas dos municípios da Região Geográfica Imediata de Alfenas. A fim de refletir sobre essas questões, pautamo-nos em algumas variáveis que nos ajudam a entender melhor as dinâmicas da região. Utilizando a linha temporal de 33 anos, sendo de 1988 à 2020, analisamos quanto da área da região foi destinada ao cultivo de commodities e quanto à plantação de alimentos essenciais. Também observamos os fixos relacionados à agropecuária instalados em cada cidade para tentar entender a centralidade do capital do agronegócio nesses municípios. Para tanto, utilizamos a produção de dados secundários coletados pelo IBGE e disponibilizados na plataforma SIDRA referentes a produção agrícola municipal, censo demográfico e censo agropecuário. Fez-se necessária, também, uma revisão bibliográfica acerca dos conceitos necessários para discutir a temática. Foi possível enxergar uma tendência à “*commoditização*” do território agravada, ainda, pelas mudanças políticas ideológicas neoliberais pós 2013.

Palavras-chave: Pequenas cidades; cidades do agronegócio; *commoditização*; desenvolvimento rural; agricultura familiar.

ABSTRACT

The South of Minas has become one of the regions that most produces coffee in Brazil. This issue implies increasing the area theoretically destined for the cultivation of food essential to human health at the expense of maintaining globalized agriculture, profit for profit and agribusiness capital. In the Immediate Geographic Region of Alfenas, as well as in the south of Minas, there are no large cities and the predominance is the small urban centers, often endowed with rural areas. Furthermore, agribusiness only changes the rural landscape, but also demands in the surrounding cities to meet the productive and non-logistical field needs of mechanized and exporting agriculture, altering its rural landscape. Therefore, the present research is interested in studying how this “*commoditization*” of the territory

changes the rural and urban dynamics of the municipalities in the Immediate Geographical Region of Alfenas. In order to reflect on these questions, we are guided by some variables that help us to better understand the changes in the region. Using a timeline of 33 years, from 1988 to 2020, we analyzed the area of the region destined for the cultivation of commodities and the planting of essential foods. We also look at the fixed municipalities related to agriculture in each city to try to understand the centrality of agribusiness capital. To this end, SIDRA refers to municipal agricultural production, demographic census and census. A bibliographic review was also carried out on the articles for questions relevant to the themes. It was to see a tendency towards the “commoditization” of the territory, further aggravated by the neoliberal ideological political changes after 2013.

Keywords: Small cities; agribusiness cities; commoditization; rural development; family farming.

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1: Comércios e serviços presentes na paisagem urbana, Alterosa (2022)..... | 52 |
| Quadro 2: Comércios e serviços presentes na paisagem urbana, Areado (2022).... | 54 |
| Quadro 3: Comércios e serviços presentes na paisagem urbana, Campo do Meio (2022). | 58 |
| Quadro 4: Comércios e serviços presentes na paisagem urbana, Campos Gerais (2022). | 62 |
| Quadro 5: Comércios e serviços presentes na paisagem urbana, Alfenas (2022).... | 65 |
| Quadro 6: Comércios e serviços presentes na paisagem urbana, Carvalhópolis (2022). | 70 |
| Quadro 7: Comércios e serviços presentes na paisagem urbana, Conceição da Aparecida (2022) | 72 |
| Quadro 8: Comércios e serviços presentes na paisagem urbana, Divisa Nova (2022) | 75 |
| Quadro 9: Comércios e serviços presentes na paisagem urbana, Fama (2022)..... | 78 |
| Quadro 10: Comércios e serviços presentes na paisagem urbana, Serrania (2022)..... | 81 |
| Quadro 11: Comércios e serviços presentes na paisagem urbana, Machado (2022)..... | 84 |
| Quadro 12: Comércios e serviços presentes na paisagem urbana, Paraguaçu (2022)..... | 87 |
| Quadro 13: Comércios e serviços presentes na paisagem urbana, Poço Fundo (2022). | 90 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| Gráfico 1 - T Gráfico 1: Dimensões utilizadas dos artigos sobre Desenvolvimento Rural nas revistas selecionadas, 2001-2020..... | 42 |
| Gráfico 2:Atores sociais utilizados nos artigos sobre Desenvolvimento Rural nas revistas selecionadas, 2001-2020..... | 43 |
| Gráfico 3 - Área percentual de cultivo de café no município de Areado – Minas Gerais, Brasil (1988-2020)..... | 56 |
| Gráfico 4 - Área percentual de cultivo de cana de açúcar no município de Areado – Minas Gerais, Brasil (1988-2020)..... | 57 |
| Gráfico 5: Área disponível para o plantio de culturas agrícolas - RGI de Alfenas (1988-2020)..... | 93 |
| Gráfico 6: Hectares destinados à plantação de alimentos essenciais - RGI de Alfenas (1988-2020)..... | 94 |
| Gráfico 7: Hectares destinados à plantação de café - RGI de Alfenas (1988-2020).. | 95 |
| Gráfico 8: Área cultivada de soja entre os anos de 1988 e 2020..... | 98 |

LISTA DE MAPAS

| | |
|--|----|
| Mapa 1: Número de artigos sobre Desenvolvimento Rural, por Estados e Regiões, entre 2001-2020 nas 4 revistas analisadas..... | 45 |
| Mapa 2 - Localização Geográfica da RGI de Alfenas - Minas Gerais, Brasil..... | 48 |
| Mapa 3 - Área percentual de cultivo de café na Região Geográfica Imediata de Alfenas – Minas Gerais, Brasil (1988). | 96 |
| Mapa 4 - Área percentual de cultivo de café na Região Geográfica Imediata de Alfenas – Minas Gerais, Brasil (2020). | 97 |
| Mapa 5: Área cultivada de soja na RGI de Alfenas, 2020..... | 99 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1 - População dos municípios da Região Geográfica Imediata de Alfenas – Minas Gerais, Brasil (2010). | 49 |
| Tabela 2: Área plantada e seus respectivos cultivos (em hectares) - Alterosa (MG), 1988..... | 52 |
| Tabela 3: Área plantada e seus respectivos cultivos (em hectares) - Alterosa (MG), 2020..... | 53 |
| Tabela 4: Área plantada e seus respectivos cultivos (em hectares) - Areado (MG), 2020..... | 55 |
| Tabela 5: Área plantada e seus respectivos cultivos (em hectares) - Areado (MG), 2020..... | 56 |
| Tabela 6: Área plantada e seus respectivos cultivos (em hectares) – Campo do Meio (MG), 2020..... | 59 |
| Tabela 7: Área plantada e seus respectivos cultivos (em hectares) – Campo do Meio (MG), 2020..... | 60 |
| Tabela 8: Área plantada e seus respectivos cultivos (em hectares) - Campos Gerais (MG), 1988..... | 62 |
| Tabela 9: Área plantada e seus respectivos cultivos (em hectares) - Campos Gerais (MG), 2020..... | 63 |
| Tabela 10: Área plantada e seus respectivos cultivos (em hectares) - Alfenas (MG), 1988..... | 66 |
| Tabela 11: Área plantada e seus respectivos cultivos (em hectares) - Alfenas (MG), 2020..... | 67 |
| Tabela 12: Área plantada e seus respectivos cultivos (em hectares) - Carvalhópolis (MG), 1988..... | 70 |

| | |
|---|----|
| Tabela 13: Área plantada e seus respectivos cultivos (em hectares) - Carvalhópolis (MG), 2020..... | 71 |
| Tabela 14: Área plantada e seus respectivos cultivos (em hectares) - Conceição da Aparecida (MG), 1988..... | 73 |
| Tabela 15: Área plantada e seus respectivos cultivos (em hectares) - Conceição da Aparecida (MG)..... | 73 |
| Tabela 16: Área plantada e seus respectivos cultivos (em hectares) - Divisa Nova (MG), 1988..... | 75 |
| Tabela 17: Área plantada e seus respectivos cultivos (em hectares) - Divisa Nova (MG), 2020..... | 76 |
| Tabela 18: Área plantada e seus respectivos cultivos (em hectares) - Fama (MG),1988..... | 79 |
| Tabela 19: Área plantada e seus respectivos cultivos (em hectares) - Fama (MG), 2020..... | 79 |
| Tabela 20: Área plantada e seus respectivos cultivos (em hectares) - Serrania (MG), 1988..... | 81 |
| Tabela 21: Área plantada e seus respectivos cultivos (em hectares) - Serrania (MG), 2020..... | 82 |
| Tabela 22: Área plantada e seus respectivos cultivos (em hectares) - Machado (MG), 1988..... | 84 |
| Tabela 23: Área plantada e seus respectivos cultivos (em hectares) - Machado (MG), 2020..... | 85 |
| Tabela 24: Área plantada e seus respectivos cultivos (em hectares) - Paraguaçu (MG), 1988..... | 87 |
| Tabela 25: Área plantada e seus respectivos cultivos (em hectares) - Paraguaçu (MG), 2020..... | 88 |

Tabela 26: Área plantada e seus respectivos cultivos (em hectares) - Poço Fundo (MG), 1988.....91

Tabela 27: Área plantada e seus respectivos cultivos (em hectares) - Poço Fundo (MG), 2020.....92

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|-----------|---|
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| MDA | Ministério do Desenvolvimento Agrário |
| PRONAF | Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar |
| RGI | Região Geográfica Imediata |
| UNIFAL-MG | Universidade Federal de Alfenas |

Sumário

| | |
|---|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 19 |
| 2. RURAL BRASILEIRO - ATORES SOCIAIS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO | 24 |
| 2.1 O RURAL E URBANO: AS PEQUENAS CIDADES E AS CIDADES DO AGRONEGÓCIO | 31 |
| 2.2 DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL: UM DEBATE CONTEMPORÂNEO | 39 |
| 3. DINÂMICA AGRÍCOLA E A RELAÇÃO CAMPO-CIDADE NA REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA DE ALFENAS | 47 |
| 3.1 SITUAÇÃO AGRÍCOLA E URBANA DOS MUNICÍPIOS DA RGI DE ALFENAS | 50 |
| 3.1.1 Alterosa | 50 |
| 3.1.1.1 Aspectos demográficos | 50 |
| 3.1.1.2 Situação agrícola..... | 52 |
| 3.1.2 Areado | 53 |
| 3.1.2.1 Aspectos demográficos | 53 |
| 3.1.2.2 Situação agrícola..... | 54 |
| 3.1.3 Campo do Meio | 58 |
| 3.1.3.1 Aspectos demográficos | 58 |
| 3.1.3.2 Situação agrícola..... | 59 |
| 3.1.4 Campos Gerais | 61 |
| 3.1.4.1 Aspectos demográficos | 61 |
| 3.1.4.2 Situação agrícola..... | 62 |
| 3.1.5 Alfenas | 64 |
| 3.1.5.1 Aspectos demográficos | 64 |
| 3.1.5.2 Situação agrícola..... | 66 |
| 3.1.6 Carvalhópolis | 69 |
| 3.1.6.1 Aspectos demográficos | 69 |
| 3.1.6.2 Situação agrícola..... | 70 |
| 3.1.7 Conceição da Aparecida | 72 |
| 3.1.7.1 Aspectos demográficos | 72 |
| 3.1.7.2 Situação agrícola..... | 73 |

| | |
|---|-----|
| 3.1.8 Divisa Nova | 74 |
| 3.1.8.1 Aspectos demográficos | 74 |
| 3.1.8.2 Situação agrícola..... | 75 |
| 3.1.9 Fama | 77 |
| 3.1.9.1 Aspectos demográficos | 77 |
| 3.1.9.2 Situação agrícola..... | 79 |
| 3.1.10 Serrania | 80 |
| 3.1.10.1 Aspectos demográficos | 80 |
| 3.1.10.2 Situação agrícola..... | 81 |
| 3.1.11 Machado | 83 |
| 3.1.11.1 Aspectos demográficos..... | 83 |
| 3.1.11.2 Situação agrícola | 84 |
| 3.1.12 Paraguaçu | 87 |
| 3.1.12.1 Aspectos demográficos | 87 |
| 3.1.12.2 Situação agrícola..... | 88 |
| 3.1.13 Poço Fundo | 90 |
| 3.1.13.1 Aspectos demográficos | 90 |
| 3.1.13.2 Situação agrícola..... | 92 |
| 3.2 DA DIVERSIDADE AGRÍCOLA A ESPECIALIZAÇÃO NA RGI DE ALFENAS | 93 |
| 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 101 |
| 5. REFERÊNCIAS | 105 |

1. INTRODUÇÃO

As mudanças socioespaciais decorrentes da predominância do modo capitalista de produção são comumente exaltadas pelas ciências geográficas, sociais e econômicas, cada qual, singularizando seu próprio objeto de estudo. As hodiernas relações mundializadas resultado de um contínuo processo histórico e exacerbadas pelo processo chamado de alguns de mundialização, por outros de globalização, afetam as diversas esferas que contemplam uma realidade totalizante e completa, seja no âmbito econômico, social, cultural ou político destas relações. As cidades, espaços de singular característica humana, são tanto produtos dessas relações histórico-socialmente construídas quanto espaço de excelência dessa (re)produção socioespacial contínua. Assim como, torna-se sinônimo as relações sociais, produtivas, culturais e econômicas presentes no campo produtor, cada vez mais incluído nas relações capitalistas de produção. Ambos os espaços, não são contraditórios, mas complementam-se como espaço de reprodução das relações humanas e da continuidade histórica dessas relações. Refletir sobre o campo é refletir sobre a cidade, assim como o contrário também o é verdade, pensar o desenvolvimento de um é necessariamente desenvolver o outro.

Nessa perspectiva, muitos estudos acerca da relação campo-cidade ou mesmo rural-urbano têm pautado-se nas discussões que envolvem os médios e grandes centros urbanos, visto sua dinamicidade demográfica, cultural, econômica, social, política e nas diversas esferas que se incluem dentro dessas relações. Antagonicamente, as pequenas cidades só ganharam destaque dentro das discussões acadêmicas nas últimas décadas. As cidades pequenas são, de fato, de difícil conceituação visto a multiplicidade de fatores que envolvem as relações de hierarquia desses pequenos centros urbanos. Conquanto, torna-se, na maioria das vezes – nestes pequenos centros – empiricamente mais aparente as relações diretas entre campo produtor e cidade, muitas vezes especializada para suprir as necessidades desse campo “capitalizado”. Como apontam, Castillo (2016); Santos (1988); Moura e Vale (2018); Lemos e Alves (2021); Alves e Lindner (2020) e Alves (2021), assim como diversos outros autores que estão alhures nesta obra, as cidades pequenas sofreram tantas mudanças quanto os grandes e médios centros urbanos. Nessa linha de pensamento, Elias (2007) caracteriza alguns destes centros como cidades do agronegócio, ou mesmo Alves (2021) cidades do café, que são

importantes conceituações para a reflexão deste trabalho.

O agronegócio das *commodities*, concentrador de terras, caracterizado pela segregação espacial e social, detentor do capital e concentrador de renda – o que agrava as desigualdades sociais, principalmente nos pequenos centros urbanos dependentes de poucas formas de reprodução profissional – caracteriza-se por, não apenas alterar as dinâmicas do campo com grandes monoculturas, poucos trabalhadores e muita mecanização e tecnologia, mas por conseguinte necessita que os centros urbanos circunvizinhos instalem fixos e disponham de fluxos que supram as necessidades dessa agricultura mundializada.

A necessidade por especialistas, lojas agrícolas de insumos e equipamentos, a demanda por tecnologias e por centros de pesquisa, por exemplo, muitas vezes alteram tanto a paisagem da cidade quanto do campo produtor. E se isso faz-se verdade, a cidade pequena é o mostruário ideal dessa dinâmica espacial. Estas cidades do agronegócio são reflexos da especialização produtiva e podem ser entendidas como aquelas em que as funções de atendimento às demandas do agronegócio globalizado são hegemônicas sobre as demais funções” (FREDERICO, 2011, p. 8). Dada esta especificidade técnica e produtiva, estas cidades tendem a ser mais submissas às variações do mercado externo dada esta dependência de um único setor produtivo, setor este que depende de agentes externos e foge do controle local ou regional (CASTILLO, et al. 2016, p. 268).

Essa influência do capital, que territorializa-se através do agronegócio e de suas principais *commodities*, transforma – com uma política ideológica que não deve ser vista como não intencional – as formas e as funções dessas cidades pequenas em detrimento de outras centralidades urbanas ditadas pela influência e importância do agronegócio mundializado. Desta forma, enquanto, devido a fatores demográficos e econômicos, alguns pequenos centros tornam-se centralidades comerciais, outros perdem sua importância econômica transformando-se, muitas vezes, em cidades dormitórios. Podem ainda, usufruir de outras características locais e regionais para tentar desenvolver-se fora do complexo agroindustrial, como são os casos das cidades turísticas, industriais ou universitárias.

Não devemos, de toda forma, ignorar a dinamicidade desses centros, podendo, em muitos casos, inter-relacionar as características citadas, como no caso de Alfenas - MG, onde ao mesmo tempo que é fortemente influenciada pelo agronegócio cafeeiro é, também, uma cidade universitária com setor terciário

dinâmico. O que, de toda forma, pode ser consequência da demanda por estudos agrícolas e agrários na região devido a influência do agronegócio cafeeiro, assim como esses centros de pesquisa, conseqüentemente, podem auxiliar na reprodução da mundialização do agronegócio da região. Também, precisamos levar em consideração que o espaço é constantemente (re)produzido, visto as particularidades da continuidade histórica e dos interesses do capital em dado momento.

Dessa forma, o agronegócio passa por um ciclo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização influenciados pelos interesses do capital e por incentivos estatais. Porém, essa territorialização deve ser entendida, nesse contexto, apenas e exclusivamente com uma reprodução espacial através da monopolização do território pelas grandes empresas e proprietários englobados pelo agronegócio. Visto que, essa reprodução espacial vai contra os preceitos do território entendido pelos estudos geográficos resumindo o espaço geográfico quase que unicamente a reprodução do capital e a concentração de terras. Dessa relação contraditória os antigos territórios tendem a ser ocupados, destruindo as relações culturais e sociais pré existentes, expulsando os agricultores para os centros urbanos ou os integrando no ciclo vicioso e desigual da cadeia agroprodutiva.

É no seio dessas preocupações que este trabalho se pautou. A dicotomia entre o campo produtor e a cidade consumidora já é, há muito, refutada por áreas das ciências sociais e econômicas que se preocupam com as questões cabíveis nesta problemática. Entretanto, toda ação humana, que pode ser assim denominada, é espacializada. Ditada por interesses capitais ou de cunho político – onde uma das variáveis normalmente complementa a outra – que ao agir sobre o espaço, altera e destrói antigos territórios, liquida lugares e transformam paisagens em função dos interesses econômicos que acompanham os pressupostos políticos neoliberais. Outrossim, e assim sendo, a Geografia pode – e deve – ocupar lugar central nessas discussões, propalando as conseqüências socioespaciais da ação desses agentes sobre o espaço historicamente e socialmente construído e produzido.

Diante destas questões, os objetivos deste trabalho são os seguintes:

Objetivo Geral: Compreender a dinâmica da cafeicultura na especialização produtiva no campo e na cidade na Região Imediata de Alfenas-MG.

Como objetivos específicos: Discutir as relações campo-cidade nas pequenas cidades e a especialização das cidades do agronegócio; Discutir os modelos de

desenvolvimento rural entre a agricultura familiar e o agronegócio e por fim, analisar a *commoditização* do território, a partir da análise da produção agrícola entre 1988 a 2020 na Região Imediata de Alfenas – MG.

Há necessidade de se discutir alguns conceitos essenciais na problemática sugerida para que possamos, analisando a totalidade concreta da realidade de forma crítica, discutir essa relação campo-urbano no recorte espacial aqui delimitado para o estudo. Deste modo, os capítulos seguintes vão ter um caráter teórico conceitual que discutirá um pouco do histórico de debates geográficos sobre o espaço agrário brasileiro nas últimas décadas, assim como faz-se sinônimo a importância de elucidar como a cidade também vem sendo discutida. Alguns conceitos também serão abordados nas sessões subsequentes, pois, sem dúvida, são primordiais para a reflexão nesse texto, tais como: a agricultura familiar e o agronegócio; e as cidades pequenas e do agronegócio.

O debate acadêmico-científico no que concerne ao desenvolvimento rural pode tornar-se uma variável interessante para entendermos as preocupações em relação ao campo brasileiro, visto a proximidade dessas discussões às fragilidades do rural e de seus atores, assim como a relação direta com o Estado e suas políticas públicas. Nesse viés de pensamento, separamos, também, uma sessão onde analisamos 104 periódicos advindos de 4 revistas científicas brasileiras que tem em seu acervo textos que discutem a problemática. Essa sessão, que mais se aproxima a um adendo ao texto completo, vai nos ajudar a pensar ações voltadas para o campo e para a própria pesquisa acadêmica, assim como a Geografia e o conceito de território podem auxiliar nos debates acadêmicos e na aplicação dessas políticas públicas.

Por fim, busca-se refletir sobre a *commoditização* do território agrícola e urbano nas pequenas cidades da Região Geográfica Imediata de Alfenas, delimitada e caracterizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para essa discussão utilizaremos, principalmente, dados secundários produzidos pelo IBGE e disponibilizados na Plataforma SIDRA referente a área (em hectares) destinada ao plantio de commodities, assim como de alimentos considerados essenciais à saúde humana (arroz, feijão, batata, leguminosas, verduras, etc.) dentre os anos de 1988 à 2020.

Optamos pela variável de área plantada pois a quantidade produzida pode, facilmente, ser alterada devido aos avanços tecnológicos do campo, assim como a

quantidade vendida é, normalmente, dependente das variações mercadológicas visto a variância de seus preços ditados pela bolsa e pelos interesses mundiais. Também utilizamos o tempo de deslocamento da população com trabalho formal de cada município, visando interpretar estes dados e visualizar a média de pessoas que potencialmente trabalham nos municípios vizinhos para entender a centralidade e a nuclearidade das cidades da RGI.

Adjunto à esta variável observamos, em uma combinação de dados empíricos com uma análise utilizando a plataforma do *Google Maps*, os fixos instalados nas cidades escolhidas, no que diz respeito ao suprimento das necessidades de uma agricultura mundializada. Dessa forma, a pesquisa pautou-se em dados majoritariamente quantitativos que intentam afirmar – ou não – a influência do capital do agronegócio na Região Geográfica Imediata de Alfenas e, através dos dados aferidos, realizar uma reflexão de cunho qualitativo e crítico das problemáticas que envolvem essa questão.

Não devemos negligenciar nossa análise, ignorando as variáveis englobadas nas relações hodiernas entre campo e cidade. Devemos, através de um olhar multifacetado e crítico, buscar entender que essas dinâmicas do campo brasileiro são consequências de uma continuidade histórica, ideológica e ditada pelos interesses do capital diretamente ligado ao processo de mundialização e avanço tecnológico nas relações de trocas e de comunicação, que de forma gradual, ou súbita, alteraram – continuam e vão continuar alterando – os espaços geográficos e os territórios rurais e urbanos.

2 RURAL BRASILEIRO - ATORES SOCIAIS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

O próprio conceito de rural que norteia o planejamento e ações tende a ser impreciso em suas conceituações oficiais. O IBGE, por exemplo, classifica o rural como aquilo que não é urbano. Esse tipo de caracterização, além de insuficiente para entendermos a essência do rural, suas complexidades econômicas, sociais, históricas e culturais, reforça a dicotomia entre o rural e o urbano, negligenciando a inter-relação dialética de ambos. Abramovay (2000) destaca importância para essa questão:

Na classificação do IBGE o rural é definido como o que não é urbano. Qualquer localidade, qualquer distrito e mesmo os pequenos municípios são vistos como não-rurais. Por aí não se consegue sequer formular a questão fundamental – para a pesquisa e para as políticas públicas – a respeito das situações que permitem em alguns casos dinamismo e em outros estagnação às regiões rurais. O essencial é formular procedimentos estatísticos que não separem as cidades das regiões rurais em que estão inseridas, ou seja, que permitam uma visão territorial sobre o processo de desenvolvimento. (ABRAMOVAY, 2000, p. 13).

Essas questões agrárias vêm sendo discutidas, tanto no âmbito científico, quanto no meio político com mais afinco nas últimas décadas da nossa história. A revolução verde, ou a modernização da agricultura, elencou consequências no espaço rural e urbano brasileiro que causaram e causam cada vez mais uma acentuação das desigualdades sociais e de acesso à terra no Brasil. Como afirma Schneider (2000), de um lado formou-se um grupo de agricultores modernizados e de outro produtores rurais e residentes que permaneceram na condição de pobreza e precariedade.

As mudanças demográficas e econômico-produtivas tiveram enorme repercussão sobre a diversidade social no meio rural brasileiro desde a década de 1970. De um lado, formou-se um grupo de produtores modernizados, com acesso a tecnologias, altamente mecanizados e inseridos nas cadeias de produção de grãos (notadamente, soja, milho e trigo), carnes (aves e suínos), cana-de-açúcar, silvicultura, entre outros. De outro, consolidou-se e ampliou-se o grupo formado e integrado por uma miríade de produtores e residentes no meio rural que foram alijados desse processo, permanecendo na condição de pobreza e na precariedade. (SCHNEIDER, 2010, p. 102).

Essas contradições no espaço agrário brasileiro causadas pelo modo

capitalista de produção levantaram a questão da importância dos debates e da elaboração de políticas públicas voltadas, principalmente, para essa população em estado precário e de fragilidade econômica e social.

É necessário compreender que tais ações estão visceralmente inter-relacionadas com o contexto político mundial e nacional. Se por um lado as questões agrárias e a discussão sobre a agricultura familiar ganharam força no início do século XX, por outro tem perdido espaço com a volta dos ideais neoliberais. GRISA (2018) reforça que antes da década de 1990 a agricultura familiar encontrava-se marginalizada às ações do Estado afetada negativamente pelas políticas de desenvolvimento agrícola e econômico. Só após o ano de 1995, com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e algumas outras políticas públicas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que a categoria fortaleceu-se – mesmo com as diversas considerações que podemos fazer com essa afirmação –. “A culminância deste processo foi a institucionalização da Lei da Agricultura Familiar em 2006, que conceituou a agricultura familiar e estabeleceu diretrizes para as ações do Estado”. (GRISA, 2018, p. 37). Porém, nos últimos anos houve uma mudança política e ideológica que consequentemente afetou negativamente a questão agrária brasileira, diminuindo consideravelmente os recursos destinados à ela:

No entanto, a partir de 2016, a estrutura política, institucional e financeira do Estado orientada para a agricultura familiar foi reestruturada e minimizada. O MDA foi extinto e suas funções foram orientadas a novos arranjos institucionais, e diversas políticas públicas sofreram arrefecimento político, reorganização institucional e cortes de recursos. (GRISA, 2018, p. 37)

O conceito de Agricultura Familiar ganhou notoriedade e importância política, institucional e conceitual a partir da década de 1990, principalmente com a institucionalização do PRONAF, após anos marcados de lutas no campo e de acesso à terra. Ademais isso deve-se, também, ao contexto mundial neoliberal no final do século XX que visava, majoritariamente, a capitalização do campo e a diminuição da fragilidade econômica no espaço rural.

A rigor, antes da década de 1990, a própria referência à agricultura familiar no Brasil era quase inexistente, uma vez que os termos usualmente utilizados para qualificar essas categorias sociais eram os de pequeno produtor, produtor de subsistência ou produtor de baixa renda. A criação e o reconhecimento da agricultura familiar deve-se às lutas do movimento sindical por crédito, melhoria de

preços, formas de comercialização diferenciadas, implementação da regulamentação constitucional da previdência social rural, que ocorreram no período em que o Brasil ingressou na “onda neoliberal”, no início da década de 1990. Mas a consolidação veio com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), através do decreto presidencial n. 1.946 (28/7/1996) e, mais tarde, com a Lei da Agricultura Familiar (Lei n. 11.326, de 2006). (SCHNEIDER, 2010, p. 109).

Como afirma Schneider (2003), essa noção de agricultura familiar foi capaz de abraçar diversas categorias que não poderiam mais ser caracterizadas apenas por pequenos produtores ou apenas trabalhadores rurais. Essa nova nomenclatura abarcou uma diversidade de categorias sociais como, por exemplo, assentados, parceiros, arrendatários e integrados à agroindústrias, diferentes categorias sociais que hoje encontram-se abarcadas ao conceito de agricultura familiar.

Segundo Ghizelini (2019), uma das definições mais utilizadas para definir a agricultura familiar deu-se com o estudo entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO/ONU) que seria caracterizado da seguinte forma (INCRA/FAO, 1996, p. 4):

a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva. (apud GHIZELINI, 2019, p. 97-98)

Ademais, na agricultura familiar, há dificuldades em se estabelecer diferenças entre a vida social e o trabalho já que, muitas vezes, essa categoria social utiliza a agricultura para subsistência e parte do lucro é obtido pelos excedentes da produção, diferente da empresa de médio e grande porte que utilizando de mão-de-obra assalariada, reproduz-se a partir da lógica da empresa capitalista.” (GHIZELINI, 2019). Todavia esta afirmação não pode ser considerada como via de regra visto o grande número de agricultores familiares integrados à cadeia agroprodutiva e aos mercados de *commodities*. Estes, juntamente com as grandes empresas agropecuárias, as multinacionais e as cooperativas constituem o chamado “agronegócio brasileiro”, “que possui um forte *drive* exportador, embora responda também por significativa parcela do abastecimento interno” (SCHNEIDER, 2010, p.

104).

Para o Brasil e principalmente para o mercado internacional – e para os barões do agronegócio e as grandes multinacionais envolvidas nas várias escalas desse processo – o agronegócio, ou também conhecido como *agrobusiness* traduz-se por uma atividade econômica, financeiramente rentável para o Brasil e para o mercado internacional, envolvendo grandes empresas multinacionais, grande apoio estatal, principalmente vinculado ao crédito, conglomerados, além das iniciativas privadas visando controlar o mercado das cooperativas (ALVES, 2019, OLIVEIRA, 2007, 2016). Não raro, o conceito de agronegócio é tratado como sinônimo de eficiência produtiva para o campo brasileiro, que, conseqüentemente, assegura resultados positivos na economia nacional (SOUZA, 2019).

Assim, o conceito de agronegócio persiste sendo comumente evocado como sendo sinônimo de eficiência produtiva no campo brasileiro, assenhorando-se de toda a produção agropecuária, propalando ser capaz de assegurar os resultados positivos da economia nacional, apresentando tais resultados como justificativa para os volumosos aportes creditícios que lhe são outorgados, bem como para a manutenção do latifúndio improdutivo, o que acaba estrategicamente postergando continuamente qualquer iniciativa de Reforma Agrária no Brasil. (SOUZA, 2019, p. 51, 52)

Se deixarmos-nos influenciar por um olhar unilateral, fragmentado da totalidade de relações produtivas, industriais, comerciais, políticas e principalmente sociais dessas relações, iremos corroborar com essas afirmações visto a importância da exportação de *commodities* para a economia nacional e para a elevação do Produto Interno Bruto nacional. Entretanto, esse olhar antagônico ao multifacetado que necessitamos para entender o verdadeiro caráter e a real intenção do agronegócio ditado pelos interesses do capital mascara o caráter predador e excludente do agronegócio brasileiro que com frequência expulsa da terra e da competitividade pelo mercado outros produtores e residentes rurais que se tornam incapazes de permanecer ou competir pelo acesso a este espaço. Ademais, diversas contradições estão presentes nesse tipo de atividade produtiva.

O uso demasiado de agrotóxicos, característico para manutenção das grandes monoculturas e/ou para a efetividade produtiva das *commodities*, além do frequente discurso de agressão ao próprio meio ambiente, afeta diretamente os produtores rurais, principalmente os agricultores familiares que fazem parte da cadeia agroprodutiva. Estes, além de normalmente manusearem diretamente esses

venenos severamente degradantes à saúde humana tornam-se dependentes desse uso para a manutenção da colheita. Para além dessa problematização e seguindo uma relação desigual e contrária, às grandes multinacionais envolvidas no agronegócio, não raro, são, por um lado produtoras das sementes transgênicas compradas por esses agricultores familiares que demandam o uso de venenos, por outro são as próprias produtoras desses agrotóxicos, colocando o pequeno produtor e o agricultor familiar em um ciclo vicioso de consumo através da monopolização do território por parte dessas empresas (MELO & ALVES, 2020). Outras variáveis também envolvidas – e muitas vezes negligenciadas por poderes estatais – no que concerne esse tipo de produção dizem respeito a alta taxa de concentração de terras, empobrecimento do trabalhador rural, assim como do agricultor familiar inserido na cadeia, que demasiadas vezes são “reféns” de financiamentos e de apoios estatais, degradação do meio ambiente, monopolização mercadológica e aumento nos conflitos do campo (ALVES, 2019).

Os grandes agro-capitalistas – se me permitem tal nomenclatura –, detentores de grandes propriedades produtoras de commodities e das multinacionais que monopolizam o território agrário, retêm as terras, muitas vezes improdutivas, ora como reserva de valor, ora como reserva patrimonial (OLIVEIRA, 2001).

Essas grandes extensões de terras estão concentradas nas mãos de inúmeros grupos econômicos porque, no Brasil, estas funcionam ora como reserva de valor, ora como reserva patrimonial. Ou seja, como instrumentos de garantia para o acesso ao sistema de financiamentos bancários, ou ao sistema de políticas de incentivos governamentais. Assim, estamos diante de uma estrutura fundiária violentamente concentrada e, também, diante de um desenvolvimento capitalista que gera um enorme conjunto de miseráveis. (OLIVEIRA, 2001, p. 187-188).

Resta então às outras categorias sociais residentes do espaço rural, poucas opções. Uma forma é lutar pelo acesso à terra, como tem sido, mais presente, desde a década de 1980, principalmente representado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), espacializados através de assentamentos resultados de muita luta. Esses grupos intentam, principalmente, o direito à reforma agrária, a melhoria das condições de vida no campo e a desapropriação dos latifúndios improdutivos que estão em posse dos grandes empresários e empresas multinacionais. Outra opção é a luta pela permanência na terra, enquanto produtores de alimentos essenciais à sociedade brasileira (OLIVEIRA, 2001), quando ainda

possível.

É em decorrência deste conjunto de razões, que teimosamente os camponeses lutam no Brasil em duas frentes: uma para entrar na terra, para se tornarem camponeses proprietários; e, em outra frente, lutam para permanecer na terra como produtores de alimentos fundamentais à sociedade brasileira. São, portanto, uma classe em luta permanente, pois os diferentes governos não os têm considerado em suas políticas públicas. (OLIVEIRA, 2001, p. 189).¹

A subordinação ao capital agroexportador também é uma opção – cruel e desigual – para os agricultores familiares fragilizados pelo processo. Essa escolha destes agricultores é uma ação paliativa para aqueles que intentam manter-se na competição pelo mercado. Porém, essa afirmação leva em conta apenas uma faceta da realidade e revela alguns problemas pontuais dessa inserção desigual e opressora. Diferentemente do grande proprietário, o pequeno agricultor é severamente mais vulnerável devido a falta de capital, necessária, para a manutenção da monocultura. A longo prazo, ao menos, essa inserção na cadeia agroprodutiva tende a piorar a qualidade de vida desses produtores, uma vez que a variação de preços dos produtos e a dependência de empréstimos bancários para modernização da propriedade podem levar a uma situação de maior precariedade e fragilidade ao longo do tempo. Alves (2019), elucida essa questão ao discutir o agronegócio cafeeiro no sul de Minas:

O agronegócio cafeeiro no sul de Minas apresenta importância para a balança comercial brasileira e na dinâmica econômica regional, entretanto o território foi monopolizando e ficando suscetível as oscilações dessa commodity, a agricultura familiar-camponesa tem importância na produção de café para exportação, entretanto não tem controle sob sua produção e acaba sendo explorada por cooperativas e multinacionais que não tem a preocupação com o desenvolvimento social e econômico desses sujeitos. É necessário pensar alternativas para esse sistema, e um dos exemplos que se destaca na região é a Cooperativa de Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região (COOPFAM) que incentiva a produção do café orgânico e agroecológico, além da produção de café orgânico feminino, bem como a diversificação de culturas nas propriedades rurais. (ALVES, 2019, p. 319)

A pluriatividade entra em questão a fim de subverter a situação de fragilidade dessas populações. Muitos agricultores buscam – e necessitam – uma alternativa

¹ Neste trabalho, trabalhamos com o conceito de agricultura familiar, entretanto, a citação de OLIVEIRA (2001), nos ajuda a entender a problemática proposta.

para ampliar a renda da família, seja em empregos irregulares, trabalhando em outras fazendas, ou qualquer forma de suprir a necessidade econômica desses produtores. Em outras palavras a pluriatividade pode ser definida como um fenômeno em que os membros dessas famílias escolhem pelo exercício de diferentes atividades “ou, mais rigorosamente, pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural.” (SCHNEIDER, 2003, p. 112). Assim, segundo Schneider (2003) Kautsky caracterizou esses trabalhos. Segundo KAUTSKY, 1980, p. 205:

a) Trabalho agrícola assalariado, mais conhecido como trabalho temporário, exercido nas grandes propriedades em épocas de maior demanda por mão-de-obra, como nas colheitas. b) Ocupação dos camponeses em indústrias a domicílio, o que, em geral, ocorre em regiões de pouca aptidão agrícola para consolidar uma agricultura competitiva, caso de várias áreas na Alemanha e no restante da Europa por ocasião de seus estudos. Apesar de ser menos eficiente do que a grande indústria urbana, para Kautsky a indústria a domicílio rural desfrutaria da vantagem de se apoiar na agricultura, o que lhe permite rebaixar os custos de produção, especialmente com a remuneração da força de trabalho. c) Fundação de indústrias no campo, que progride em função do avanço das comunicações (canais, estradas de ferro, telégrafos), o que também ocasiona a necessidade de trabalhos complementares para as famílias de pequenos proprietários”. (Apud SCHNEIDER, 2003, p. 106).

Há, então, uma outra opção para esses produtores fragilizados pela lógica do capital predador e excludente: a migração. Migrar tem sido uma característica muito presente na população rural brasileira devido aos fatores antes citados, como a má distribuição de terras, a incapacidade competitiva imposta pelos grandes empresários rurais e a falta de apoio estatal, ou seja, a dificuldade em conquistar e permanecer na terra. Segundo dados censitários dispostos por OLIVEIRA (2001), a população rural cresceu em termos absolutos até 1970, quando alcançou um pouco mais de 41 milhões de pessoas, logo houve uma queda para 38,5 milhões, em 1980; 35,8 milhões, em 1991; 33,9 milhões, em 1996; 31,8 milhões, no ano de 2000 (OLIVEIRA, 2011, p.188). Em contradição a essa informação muitos municípios cresceram sua população rural absoluta nos censos de 1996 e 2000. “Muitas vezes, os novos assentamentos rurais derivados da Reforma Agrária estão na origem desse processo.” (OLIVEIRA, 2001, p. 188).

Esta é a lógica contraditória do desenvolvimento capitalista, que de um lado

concentra a terra e de outro expulsa uma parcela cada vez maior dessa população para áreas urbanas, aumentando o número de pobres e miseráveis nas cidades (OLIVEIRA, 2001, p. 187-188). Como afirma o autor, essa exclusão também atinge o próprio campo:

Certamente, a maioria dos filhos dos camponeses, cujas propriedades tenham superfície inferior a 10 hectares, jamais terão condição de se tornar camponeses nas terras dos pais. A eles caberá apenas um caminho: a estrada. A estrada que os levará à cidade, ou a estrada que os levará à luta pela reconquista da terra. (OLIVEIRA, 2001, p. 187, 188).

Entender que o meio rural não é um simples espaço de produção econômica, mas sim dotado de particularidades e de uma população que sente-se pertencente àquele lugar para além do lucro e do capital, torna-se necessário. Ademais “(...)a baixa densidade demográfica, a maior ou menor distância de grandes centros urbanos e a relação com a natureza não são suficientes para explicar o atraso em que se encontra a maior parte da população que aí vive.” (ABRAMOVAY, 2000, p.12-13).

Qualquer localidade, qualquer distrito e mesmo os pequenos municípios são vistos como não-rurais. Por aí não se consegue sequer formular a questão fundamental – para a pesquisa e para as políticas públicas – a respeito das situações que permitem em alguns casos dinamismo e em outros estagnação às regiões rurais. O essencial é formular procedimentos estatísticos que não separem as cidades das regiões rurais em que estão inseridas, ou seja, que permitam uma visão territorial sobre o processo de desenvolvimento. (ABRAMOVAY, 2000, p. 13).

2.1- O Rural e urbano: as pequenas cidades e as cidades do agronegócio

O excedente agrícola sempre esteve relacionado à possibilidade do aparecimento de aglomerações humanas, fator que alterou as relações sociais entre os seres humanos desde a primeira revolução agrícola, há cerca de 15 mil anos (SPOSITO, 2000; HARANI, 2011). Porém, foi na égide do capitalismo que a urbanização se intensificou, assim como os excedentes se intensificaram, a acumulação desigual de bens e espaços e onde a divisão social e territorial do trabalho expandiram-se de forma avassaladora, permitindo-nos chamar as hodiernas aglomerações humanas de cidades.

Desde o início, as cidades emergiram da concentração social e

geográfica do produto excedente. Portanto, a urbanização sempre foi um fenômeno de classe, já que o excedente é extraído de algum lugar e de alguém, enquanto o controle sobre sua distribuição repousa em umas poucas mãos. Esta situação geral persiste sob o capitalismo, claro, mas como a urbanização depende da mobilização de excedente, emerge uma conexão estreita entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização. Os capitalistas têm de produzir excedente para obter mais-valia; esta, por sua vez, deve ser reinvestida a fim de ampliar a mais-valia. O resultado do reinvestimento contínuo é a expansão da produção de excedente a uma taxa composta – daí a curva lógica (dinheiro, produto e população) ligada à história da acumulação de capital, paralela à do crescimento da urbanização sob o capitalismo. (HARVEY, 2021, p. 74)

No que concerne ao Brasil do século XX, assim como em todo o mundo, há uma primeira tendência em concentrar as principais atividades econômicas em algumas poucas cidades causando a metropolização de poucos centros e permanecendo grandes vazios demográficos pelo território nacional. Entre as décadas de 1950 e 1980, houve, então, uma constante aglomeração às áreas metropolitanas, atraindo migrantes de outras regiões do país, devido ao caráter das metrópoles de principais focos de atividade econômica do país (ELIAS & PEQUENO, 2005, p. 17).

Entre 1950 e 1980, ocorreu uma crescente concentração das atividades econômicas e da sua população em umas poucas cidades. Uma parte bastante substancial do incremento demográfico do país ocorreu justamente nas áreas metropolitanas, para as quais se dirigiram grandes levas de migrantes, especialmente nas décadas de 1960 e 1970, uma vez que, em razão das economias de aglomeração, as metrópoles tiveram reforçado o seu papel de principais focos da atividade econômica do país. (ELIAS & PEQUENO, 2007, p. 27).

Com a inserção do Brasil na ordem econômica mundializada que seu território foi dinamizado. Essa questão influenciou fortemente a organização do território nacional e as suas dinâmicas demográficas causando um acelerado processo de urbanização e de crescimento populacional. Os avanços e a ampliação dos transportes e das comunicações, a expansão capitalista no campo, uma nova divisão social e territorial do trabalho, aliado a um movimento forte de migrações, teve como resultado a aceleração do processo de urbanização brasileira (SANTOS, 1988, p. 90).

Foi na temporalidade do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1985, 1988, 1996, apud. ELIAS, 2005) que a urbanização brasileira reverteu seus

antigos padrões, contrastando a paisagem daquela existente antes do citado sistema temporal. A globalização econômica e suas consequências tecnológicas de avanço dos meios de comunicação e transporte possibilitaram o que Santos (1988c, 1990b, 1993, 1994) apud. Elias (2005) denominou de *involução metropolitana*, redistribuindo a população brasileira por vários “pontos e manchas” pelo país aliado à descentralização da indústria e da capitalização do campo produtor. A partir da década de 1970, então, dois fatores acontecem de forma paralela: o fortalecimento das metrópoles e o surgimento de várias cidades médias e intermediárias, possibilitadas por essa nova redistribuição espacial e a ampliação da divisão social e territorial do trabalho, sustentados pelo meio técnico-científico-informacional. Dessa forma, no período de 50 anos, como coloca Elias e Pequeno (2005, p. 14), há uma verdadeira inversão da distribuição populacional brasileira.

No período de cinquenta anos, ocorre uma verdadeira inversão da distribuição da população no Brasil. Utilizando dados do IBGE para o período no qual se processa uma verdadeira inversão da urbanização brasileira, teríamos que em 1940, somente 31% da população viviam em áreas urbanas, índice que atingiu os 77%, em 1991. Entre 1940 e 1980, o crescimento da população brasileira é extraordinário, em especial nas cidades. Enquanto a população total aumentou cerca de 200% (77,7 milhões de habitantes), a população urbana cresceu mais de 525% (67,6 milhões de habitantes), ou seja, enquanto a população total triplicou num período de quarenta anos, a população urbana cresceu praticamente 6,5 vezes. Por sua vez, o número de municípios aumentou 153% no mesmo período, variando de 1.574 em 1940 para 3.987 em 1980. Esse número cresceria ainda mais após a promulgação da Constituição Federal de 1988, atingindo atualmente a mais de cinco mil municípios. (ELIAS & PEQUENO, 2005, p. 14)

Assim sendo, a urbanização brasileira deixa de ser apenas litorânea e passa a ocupar cada vez mais os lugares periféricos do território nacional o que por conseguinte desencadeou uma intensa gama de transformações espaciais e de cunho demográfico, econômico e social nas áreas mais longínquas do país adjunto à construção e manutenção das grandes cidades brasileiras, ocorre o surgimento de diversas médias e pequenas cidades no território brasileiro tornando a rede urbana brasileira muito mais complexa, visto o aumento tanto dos fatores de concentração, quanto de dispersão (ELIAS & PEQUENO, 2007, p. 28).

Esse dinamismo do espaço brasileiro, segundo Elias e Pequeno (2005, p. 15) podem ser explicados pela reestruturação produtiva da indústria, mas também da agropecuária, esse último mostrando-se tão importante quanto o primeiro e capaz de

reestruturar toda uma gama de cidades, assim como muitas cidades pequenas se originaram dessa reestruturação produtiva. Porém, ademais, a expansão dos serviços e do comércio, as novas localidades das indústrias devido à luta dos lugares pelos investimentos de produção, o aumento da qualidade do trabalho intelectual e a expansão das indústrias de base tecnológica aliada às novas formas de consumo, movimentos migratórios, entre outras variáveis, foram primordiais para o resultado dessa ampla rede urbana brasileira particularmente diversa.

Dessa forma, o país chega no século XXI com um território altamente diverso, extremamente mais complexo do que foi outrora, anterior ao período técnico-científico-informacional, o que refuta o pensar a separação tradicional de um Brasil urbano e de outro rural. Esse aspecto, como denota Elias e Pequeno (2007, p. 28-29) revela uma necessidade de revisar uma série de conceitos para que consigamos considerar a complexidade da realidade totalizante do espaço atual. É no seio dessa preocupação que urge a necessidade de pensarmos as pequenas cidades, não apenas considerando o insuficiente aspecto demográfico, pois as hodiernas relações mundializadas alteram o espaço e os interconectam através de uma complexa relação em rede ditadas, principalmente, pelos interesses do capital. Segundo Corrêa (2011, p. 10) os impactos da globalização econômica e do meio técnico-científico-informacional às pequenas cidades foram duplos, de um lado aumentando a possibilidade de comunicação desses pequenos centros urbanos com outros maiores, como capitais regionais ou metrópoles, conquanto, por outro lado isso diminuiu a importância local desses pequenos centros, que antes faziam parte de ciclos comerciais, dado a antiga precariedade das vias de transportes.

Assim sendo, é necessário, como corrobora Andrade e Alves (2021), tentar entender as características locais destes pequenos centros, sua função regional, sua área de influência e atividades econômicas, claro, entre outros aspectos, os interrelacionado assim como considerando, adjunto à outros aspectos, o tamanho populacional e as questões demográficas. Em um exercício de tentar avançar nas discussões da conceituação das pequenas cidades, os mesmo autores pensam a cidade como um centro que não ultrapasse os 20 mil habitantes², que tenha forte aderência ao mundo rural e as atividades agropecuárias, que sua mobilidade

² Devido à complexidade da conceituação desses pequenos centros, há vários autores que apresentam diferentes variáveis para a caracterização dessas cidades.

populacional deve ser fraca devido à falta de grandes centros ou de regiões metropolitanas, além de um baixo poder de atração industrial e tecnológico, que apresente uma baixa infraestrutura e seja dependente de maiores centros e ainda possuam aspectos simbólicos e culturais tradicionais no contexto populacional.

A pequena cidade tem diversas origens, não apenas considerando-se o período de sua criação, mas também face às motivações, agentes sociais e ao padrão de localização que condensa necessidades e possibilidades de criação de núcleos de povoamento. Trata-se de habitat concentrado que ora antecede o povoamento da hinterlândia, ora verifica-se posteriormente. Fala-se, respectivamente em habitat concentrado primário e habitat concentrado secundário. (CORRÊA, 2011, p. 6).

Corrêa (2004), apresenta algumas tipologias de pequenas cidades. Devido a tendência desses pequenos centros estarem intimamente ligados às atividades agropecuárias, o autor tenta demonstrar que as alterações no campo produtor alteraram os padrões desses pequenos lugares centrais e quais caminhos essas cidades podem seguir. Existiriam, então, segundo suas reflexões os “Prósperos lugares centrais”, nos quais essas cidades distribuem “produtos para as atividades agrícolas e para a população, que tem nível de demanda relativamente elevado. A prestação de serviços é também importante. Podem, em muitos casos, realizar o beneficiamento da produção agrícola” (CORRÊA, 2004, p. 75-76). Os “Pequenos centros especializados”, que seriam aqueles onde a modernização da agropecuária “esvaziou a hinterlândia desses centros, mas capitais locais ou de fora foram investidos em atividades industriais, via de regra uma ou duas, que garantem a permanência da pequena cidade que, em alguns casos, pode mesmo crescer econômica e demograficamente” (idem, 2004, p. 75-76). Os “Pequenos centros transformados em reservatórios de força de trabalho”. “No primeiro subtipo o esvaziamento do campo gerou a perda de inúmeras funções centrais, resultou em centros habitados por assalariados rurais com emprego temporário. (...)” (idem, 2004, p. 75-76). E por fim os “Pequenos centros em áreas econômica e demograficamente esvaziadas, onde o processo migratório desequilibrou a estrutura etária e a proporção dos sexos. Nesse pequeno centro a renda da cidade é em grande parte advinda de emigrantes que enviam parte da renda para os familiares remanescentes, ou mesmo vinda de aposentadorias de trabalhadores agrícolas (idem, 2004, p. 75-76).

Andrade e Alves (2021), em um estudo sobre as pequenas cidades do Sul de

Minas Gerais, ainda acrescentam à discussão ao elencar alguns tipos e conceituações desses pequenos centros, visto a dinamicidade de suas relações espaciais. Para os autores, existem ainda as “cidades rurais de agricultura familiar” onde ainda “há uma organização sociocultural e produtiva que perdura, em partes, até os dias atuais, com a formação de bairros rurais com peculiaridades típicas das sociedades “caipiras” (ANDRADE E ALVES, 2021, p. 77)”. As “cidades rurais de agricultura comercial e do agronegócio”, que são aquelas “que atendem as demandas de grandes unidades industriais de capitais externos” (idem, 2021), as “pequenas cidades com importantes atividades industriais”, “as pequenas cidades turísticas de estâncias hidrominerais”, há também “cidades pequenas com desenvolvimento turístico atrelado aos recursos naturais” e por fim as “pequenas cidades dormitório”, que seriam aquelas cidades em processo de decadência econômica, com alto índice de migrações pendulares que deslocam-se para trabalhar ou estudar nas cidades médias circunvizinhas (idem, 2021).

Corrêa (2011), já discutia acerca das cidades dormitório utilizando a denominação de subúrbios-dormitório. Estes, segundo o autor, estão há uma distância de médios centros urbanos ou de cidades maiores que possibilitam as migrações pendulares. Ademais, a relação dessas cidades com o campo dão-se, normalmente, de duas formas, ou porque atraem excedentes rurais, ou pela instalação e especulação imobiliária de sítios de fim de semana, normalmente de propriedade da população das cidades maiores circunvizinhas” (CORRÊA, 2011, p. 12).

Praticamente unânime, é entender as pequenas cidades em sua forte relação com o rural e com o campo produtor. As ruralidades são tão presentes nas cidades, quanto a urbanidade o faz no campo. Desse modo, o pensar as pequenas cidades é pensar em sua relação direta e dialética com a agropecuária. Desde a década de 1990, Denise Elias vem discutindo o conceito de “cidades do agronegócio”, uma complementação etimológica ao conceito de “cidades do campo” de Milton Santos. Para Santos (1988, p. 99):

O consumo produtivo rural não se adapta às cidades, mas, ao contrário, as adapta. Estas são chamadas a dar respostas particulares às necessidades das produções particulares, e daí a maior diferenciação entre as cidades. Estas se diferenciam cada vez mais pelo fato de o nexos do consumo produtivo ser ligado a necessidade de encontrar no lugar e na hora, respostas indispensáveis à marcha da produção. Este fenômeno, antes restrito

às cidades, que eram "depósitos" para os fatores da produção industrial, agora também se dá no campo, com a diferença de que, a partir desse momento, a regulação do mundo rural não se faz mais no campo. Hoje, todos os dados da regulação agrícola se fazem no urbano, novidade que em muito muda a significação, neste período, da urbanização brasileira. (SANTOS, 1988, p. 99).

Essa hodierna agricultura globalizada tem como característica a necessidade e demanda de fixos e fluxos que são necessários para sua manutenção e funcionamento, seja de transportes, comunicação, suporte técnico, pesquisas, relações mercadológicas e financeiras, entre outros. Corroborando com Santos (1988), hoje a produção agropecuária do agronegócio mundializado não se faz mais – ou ao menos não apenas – no campo produtor, mas sim na cidade, que se especializa e tem sua paisagem, forma e função alterada em detrimento aos interesses do agronegócio capitalizado.

Assim sendo, as cidades do agronegócio podem ser vistas como aquelas que são capazes de saciar imediatamente as necessidades, financeiras, técnicas, científicas, logísticas e de mão de obra para o agronegócio globalizado. “São os espaços urbanos não metropolitanos inseridos em amplas regiões produtivas de commodities agrícolas, nos quais ocorre a gestão local e regional do agronegócio. De maneira geral, possuem distintos níveis de urbanização e são cidades pequenas ou médias.” (ELIAS, 2022, p. 1009).

Para Elias (2022, p. 1009), as cidades do agronegócio são forma, processo, estrutura e função da (re)produção do capital do agronegócio que constituem “pontos e nós fundamentais na rede de relações econômicas, sociais, políticas, territoriais e de logística do agronegócio” (ELIAS, 2022, p. 1009). São os elos entre os mais diversos entre os circuitos espaciais de produção e de cooperação da produção agropecuária e agroindustrial. Por esse motivo, as relações das escalas locais e regionais são intensas com as escalas nacionais e globais, corroborando que esse modo de produção capitalizado se espacializa na relação dialética entre o local e o global, evidenciando mudanças significativas nas relações campo e cidade (idem, 2022, p. 1009).

A hegemonia dessas funções voltadas à manutenção do agronegócio são uma característica dessas cidades, principalmente nas pequenas, visto que nessas localidades os atores hegemônicos do agronegócio tem o poder de demandar profundamente especializações econômicas e espaciais (ELIAS, 2022, p. 1009).

Conquanto, em uma relação desigual e excludente, quanto mais a cidade especializa-se em favor da produção agropecuária – ou de qualquer exclusividade de setor produtivo – e quanto mais os setores industriais, de comércio e de serviços estiverem ligados aos interesses do agronegócio, maior será sua vulnerabilidade social e econômica (ELIAS, 2022, p. 1010).

Devido a dinâmica da realidade concreta – e acompanhando essa especificidade – as cidades do agronegócio apresentam diferenças devido à suas particularidades espaciais, algumas configurando-se como centralidades regionais e outras como pequenos centros urbanos, conquanto, “todas constituem-se como pontos ou nós da rede de relações do agronegócio globalizado e, dessa maneira, como imprescindíveis para a reprodução do capital do segmento” (ELIAS, 2022, p. 1010). Ademais, em todas elas são observáveis uma grande quantidade e variedade de bens e serviços que suprem as demandas do agronegócio, desde prestação de serviços, bens e lojas agrícolas, até mesmo bancos exclusivos para o crédito rural (ELIAS, 2022).

De maneira geral, o número de serviços e comércios associados às demandas do agronegócio é bastante numeroso e diverso. Há estabelecimentos de comercialização de insumos e fertilizantes; de colheitadeiras e tratores de última geração; de sementes transgênicas; de equipamentos para sistemas de irrigação etc. Além do número de estabelecimentos, também merece destaque a quantidade de pessoas dedicadas a tais atividades. Quanto maior o nível de especialização produtiva da região na qual a respectiva cidade do agronegócio está inserida, maior será o percentual de ocupados nos segmentos ligados ao agronegócio em relação ao total de ocupados do terciário e nos estabelecimentos industriais da cidade. (ELIAS, 2022, p. 1011).

Quanto mais se capitaliza, ou melhor, intensifica-se o capitalismo no campo produtor, maior e mais complexa será a relação entre o campo e a cidade e mais se acirram as desigualdades sociais, a luta pela terra e os obstáculos à soberania alimentar.

Assim sendo, quanto mais se intensifica o capitalismo no campo, mais urbana se torna a regulação da agropecuária, sua gestão, sua normatização. Quanto mais dinâmica a reestruturação produtiva da agropecuária, quanto mais globalizados os seus circuitos espaciais da produção e seus círculos de cooperação (Santos, 1986a, 1988; Elias, 2003), maiores e mais complexas se tornam as relações campo-cidade, resultando em uma significativa remodelação do território e na organização de um novo sistema urbano, com a multiplicação de pequenas e médias cidades, que compõem lugares importantes para a realização do agronegócio globalizado. Da mesma forma, considerando que a difusão do agronegócio globalizado se dá de forma social e espacialmente excludentes, sua

difusão promove o acirramento das desigualdades socioespaciais também nas cidades do agronegócio. (ELIAS & PEQUENO, 2007, p. 26-27)

2.2 - Desenvolvimento Rural no Brasil: Um Debate Contemporâneo

Com a intenção de expandir a análise geográfica desse exercício do pensar o espaço explicitamos, nesta sessão do trabalho, como o desenvolvimento rural vem sendo discutido nos periódicos acadêmicos nas últimas duas décadas. Para alcançar esse objetivo utilizamos um estudo realizado no ano de 2021³ onde analisamos 101 periódicos publicados em revistas científicas. Afim de realizar uma reflexão que levasse em consideração a maior parte da realidade concreta possível utilizamos revistas de três áreas da ciência que vem debatendo sobre o assunto, sendo a própria geografia agrária; a sociologia rural e a economia rural.

Tratamos aqui, com o intuito de corroborar sobre como a *commoditização* do território aparece como um obstáculo ao desenvolvimento rural, os principais aspectos discutidos na referida pesquisa. Esse recorte temporal entre 2001 a 2020, traz um panorama geral de como as ciências humanas e sociais aplicadas estudam e vislumbram o desenvolvimento rural no Brasil contemporâneo. Esta produção de dados através de levantamentos bibliográficos e análises de periódicos de revistas foi capaz de mostrar um direcionamento das pesquisas acerca do desenvolvimento rural no Brasil, tal como as suas preocupações com os atores sociais envolvidos, com o funcionamento de políticas públicas, com o meio ambiente e em alguns casos, demonstraram o êxito de algumas destas categorias para alcançar o desenvolvimento rural.

Por muito tempo, sobretudo no século XX, o conceito de desenvolvimento esteve relacionado diretamente à ideia de progresso econômico. Esta simplificação serviu apenas para denominar países ricos e pobres, regiões desenvolvidas, subdesenvolvidas ou em desenvolvimento, sem ao menos considerar onde estes recursos eram aplicados dentro de cada região, como estes eram distribuídos e qual parcela da população detinha boa qualidade de vida em detrimento da outra.

Sen (1999) discutirá o conceito de desenvolvimento, à luz de vários aspectos

³ Para mais informações ler: CORREIA, G. G. S; ALVES, F. D. Considerações e perspectivas sobre o Desenvolvimento Rural no Brasil: a produção científica entre 2001 e 2020. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 17, n. 46, p. 01-27, ago., 2022. Este trabalho é fruto da Iniciação Científica PIBIC CNPq desenvolvida entre 2020-2021.

da vida social e das diferenciações regionais do mundo. Com isso, essa perspectiva vai para além do viés econômico, considerando aspectos culturais, democracia, justiça, direitos humanos, alimentação, pobreza, fome, gênero, liberdade entre outros. Assim, amplia-se as questões que envolvem o conceito de desenvolvimento, inclusive no espaço rural.

A industrialização como sinônimo de desenvolvimento também foi muito difundida por governos locais e órgãos mundiais como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) nas décadas 1960 a 1990. Ainda hoje é comum encontrar na literatura autores defendendo esta ideia de desenvolvimento associado unicamente à industrialização/mecanização. Como a indústria auxilia no crescimento econômico, aumento da produção e fluxo de mercado é, relativamente, fácil levar-se pela alienação de que ela é a principal responsável pelo desenvolvimento de um país. A hegemonia industrial dos países, ditos, desenvolvidos, com seus padrões de vida elevados e conforto (SUNKEL e PAZ, 1988) também influenciam e reforçam este pensamento.

As indústrias e o crescimento econômico, sem dúvidas, são fatores necessários para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida da população. O aumento da renda está intimamente relacionado com a melhoria da qualidade de vida dos seres humanos, assim como o aumento da produção de bens e materiais também o está. Todavia estes não devem ser entendidos como condição única e exclusiva para se alcançar o desenvolvimento. Com o aumento das desigualdades relacionadas às políticas econômicas no século XX ascendeu uma preocupação, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, em pensar em desenvolvimento rural multidimensional que fosse classificado, não exclusivamente pelo viés econômico, mas que trouxesse como interesse principal o bem estar humano, qualidade de vida, acesso à educação, melhoria de renda, acesso à saúde e tantos outros.

No espaço rural brasileiro, a implementação da industrialização via modernização da agricultura nas décadas de 1960 e 1970, foi necessária para os planejadores e governos, a fim de tornar o espaço rural dentro dos princípios do desenvolvimentismo e lógica do capitalismo moderno da época. Nesse sentido, Ferreira (2002, p.287) diz que “proclamada como impulsionadora do desenvolvimento e da passagem de um país tradicional para um moderno, a modernização da agricultura brasileira foi o grande marco das transformações no

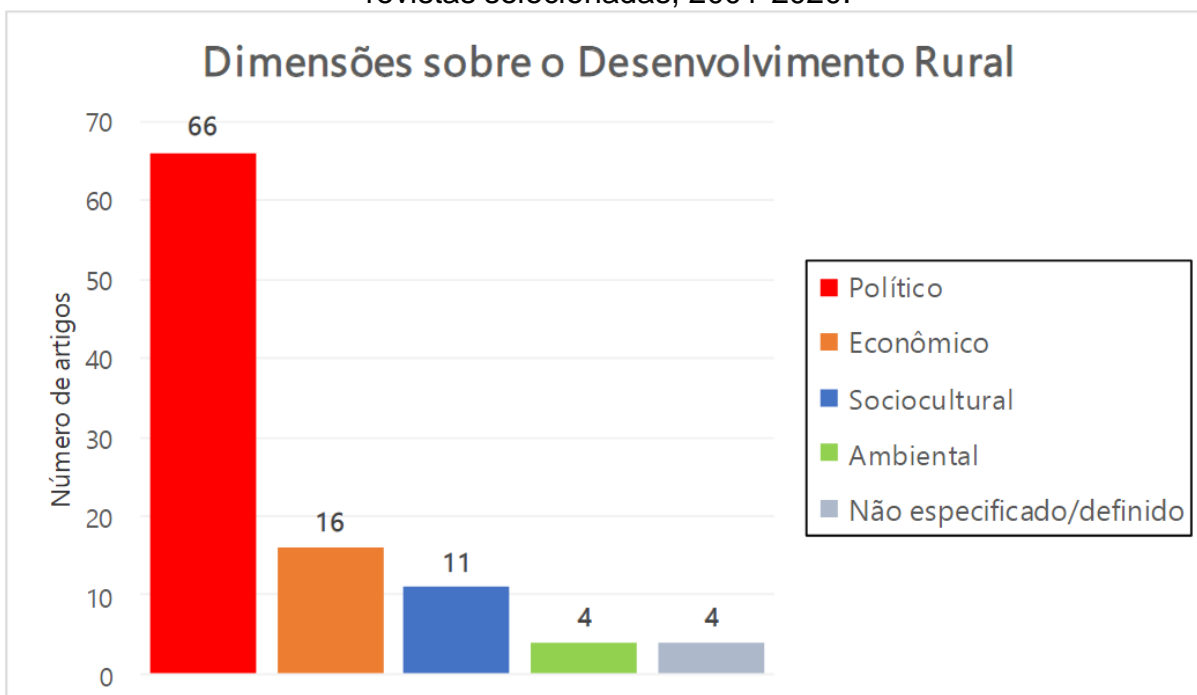
Brasil”. Entretanto, esse processo culminou em diversos problemas socioculturais, como o êxodo rural que levou milhões de pessoas para as cidades, problemas ambientais, com o uso intensivo de agrotóxicos, além de problemas na dependência econômica das *commodities* e das flutuações do mercado internacional.

Por esses motivos, Kageyama (2008, p.56) vai afirmar que “o desenvolvimento rural, por sua vez, não é identificado como crescimento econômico, mas visto como um processo que envolve múltiplas dimensões: dimensão econômica, dimensão sociocultural, dimensão político-institucional e dimensão ambiental”. O desenvolvimento rural que deve ser planejado e executado pelos poderes públicos, instituições de pesquisa e assistência técnica, deve levar em considerações esses atributos e características que distinguem do modelo que enfatiza a modernização da agricultura e o agronegócio.

Partindo desse princípio, o desenvolvimento rural compreende variáveis que sobressaem a dimensão econômica e ainda, que considere as diferenciações regionais do espaço rural brasileiro, conforme aponta Ploeg (2011, p.116), onde afirma que a “noção de ‘desenvolvimento rural’ é operada, nas múltiplas práticas que juntas constituem o rural, como um conceito normativo. Na prática, tal conceito não pretende simplesmente sintetizar e alinhar o que está em curso. Antes, busca marcar a diferença.”

No que se refere aos artigos analisados para a pesquisa, a grande maioria utiliza um viés político na análise da dimensão do desenvolvimento rural, seja debatendo sobre políticas públicas, sua eficácia, seus problemas práticos ou ideológicos. Ademais, a falta de incentivo do Estado para agricultores familiares e o excesso de apoio aos grandes produtores do agrobusiness influenciam na discussão dos pesquisadores. Várias pesquisas vão abordar estudos de caso a partir dos Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Como em Peixoto e Oliveira (2015, p.71) ao “[...] tratar a abordagem territorial recentemente incorporada à elaboração das políticas de desenvolvimento rural no país a partir de um programa como o PAA”. Poucos artigos discutem a questão ambiental como dimensão principal do desenvolvimento rural, os que o fazem discorrem sobre a importância da agroecologia e de atores sociais como os assentados, quilombolas e indígenas neste processo. A questão sociocultural também aparece pouco no conjunto de artigos analisados (Gráfico 1).

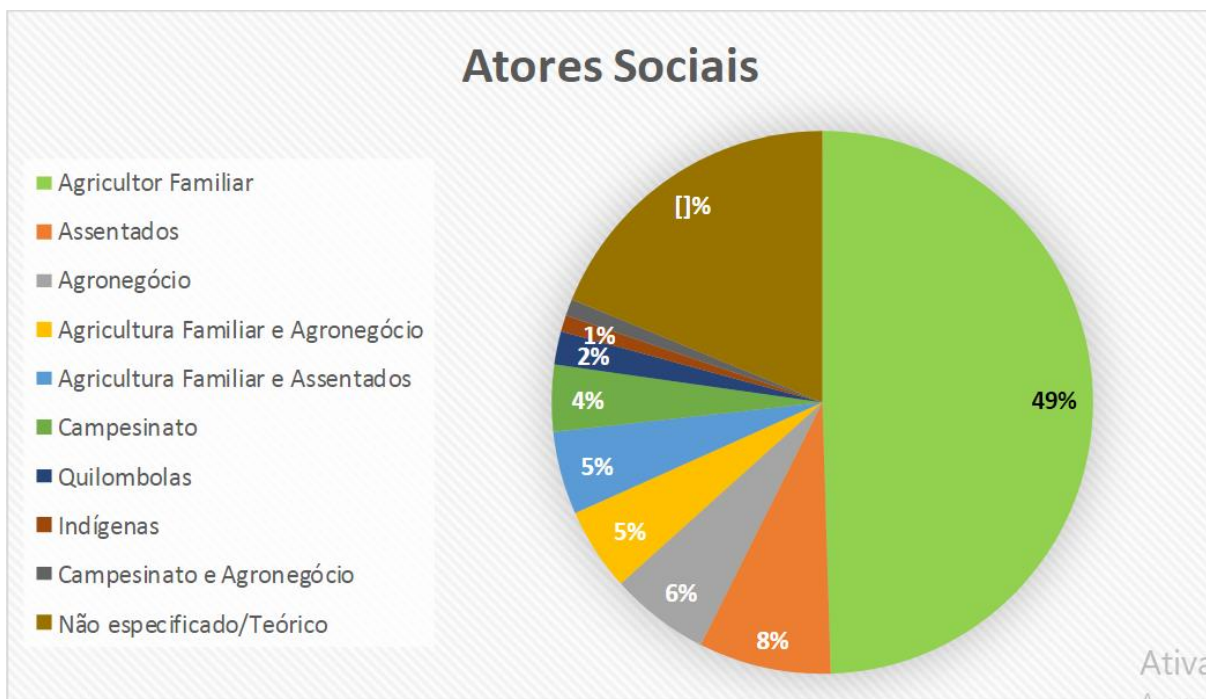
Gráfico 1: Dimensões utilizadas dos artigos sobre Desenvolvimento Rural nas revistas selecionadas, 2001-2020.



Fonte: Os autores.

A agricultura familiar predomina como os atores sociais na análise do desenvolvimento rural no Brasil, com 49% dos artigos (gráfico 2). Isso se deve ao enfoque nas políticas públicas para esses sujeitos, como uma categoria que produz alimentos diversificados e subsidia o abastecimento dos centros urbanos. Vários estudos apontam esses atores sociais como os grandes responsáveis pelo desenvolvimento rural em diversas regiões do Brasil. Silva Neto e Oliveira (2008, p.103) vão trazer os exemplos no Rio Grande do Sul e sua relação com o desenvolvimento também com as cidades “[...]a agricultura familiar não só não tem sido um entrave ao desenvolvimento do Rio Grande do Sul, como tem desempenhado um papel importante na sua dinamização”.

Gráfico 2: Atores sociais utilizados nos artigos sobre Desenvolvimento Rural nas revistas selecionadas, 2001-2020.



Fonte: Os autores.

Entretanto, algumas questões impactam o desenvolvimento rural, como o esvaziamento do campo, problemas ambientais, recursos técnicos e envelhecimento da população residente. Nesse sentido, Silva et al (2016, p.116) discorrem sobre esses problemas dos agricultores familiares no assentamento Mirassolzinho I no município de Jauru (MT): “O envelhecimento dos chefes familiares e a forte evasão dos jovens pode comprometer a sucessão familiar dos conhecimentos acerca da lida com a terra e causar a perda das tradições culturais transmitidas pelas gerações passadas”.

Fica expresso, a preocupação dos pesquisadores em promover e analisar as políticas públicas, impactos socioeconômicos, impasses e questões de técnicas e de infraestrutura junto aos agricultores familiares, pois são esses atores sociais que estão em situação mais vulnerável economicamente, mas ao mesmo tempo, são responsáveis por grande parte do abastecimento alimentar saudável no Brasil.

É comum, também, o aparecimento de textos que discorrem sobre a importância de uma agricultura sustentável corroborando com as graves consequências causadas pelos interesses do capital agroexportador que altera a paisagem rural em favor da retirada da mata nativa causando danos graves a biodiversidade e à saúde e bem estar humano, como apresentado por Brenneisen (2005):

Esse debate sobre a sustentabilidade envolve, ainda, acadêmicos e técnicos dos organismos estatais, cuja contribuição tem sido fundamental para colocar na pauta dos governos federal, estaduais e municipais, aspectos do desenvolvimento sustentável, como os educacionais, por exemplo, os quais historicamente têm recebido pouca atenção em comparação com aqueles considerados mais relevantes ou de maior urgência. (BRENNEISEN, 2005, p. 234).

Ou mesmo, nesta passagem de Rocha et al (2014):

A partir disto, a presente investigação propõe uma revisão das principais discussões contrapondo-se à principal política nacional de inovação no país, os Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia. Assim, o importante incentivo na criação de patentes em ramos específicos, como a biotecnologia aplicada, pode contribuir significativamente para um crescimento sustentável nas atividades voltadas à agricultura. (ROCHA et al. 2014, p. 227)

Essa discussão é essencial e emergencial, visto que a tendência do mercado globalizado dentro e fora do campo, cada vez mais especializa produções, cidades e mecaniza o campo moderno. A maioria das pesquisas que enunciam a necessidade de um campo sustentável tratam de estudos de caso demonstrando a importância da agricultura familiar, assentados, quilombolas e indígenas para alcançar uma agricultura e um Desenvolvimento Rural Sustentável, sobretudo, com um viés agroecológico:

Nos últimos 30 anos, dotando o conceito de “Agricultura Alternativa” de maior consistência conceitual e metodológica e trazendo para o debate político, ecológico, econômico e social a necessidade de superação do padrão de agricultura industrial, pensadores da academia e movimentos sociais têm defendido a proposta da Agroecologia. (GONÇALVES e ENGELMANN, 2009, p. 40).

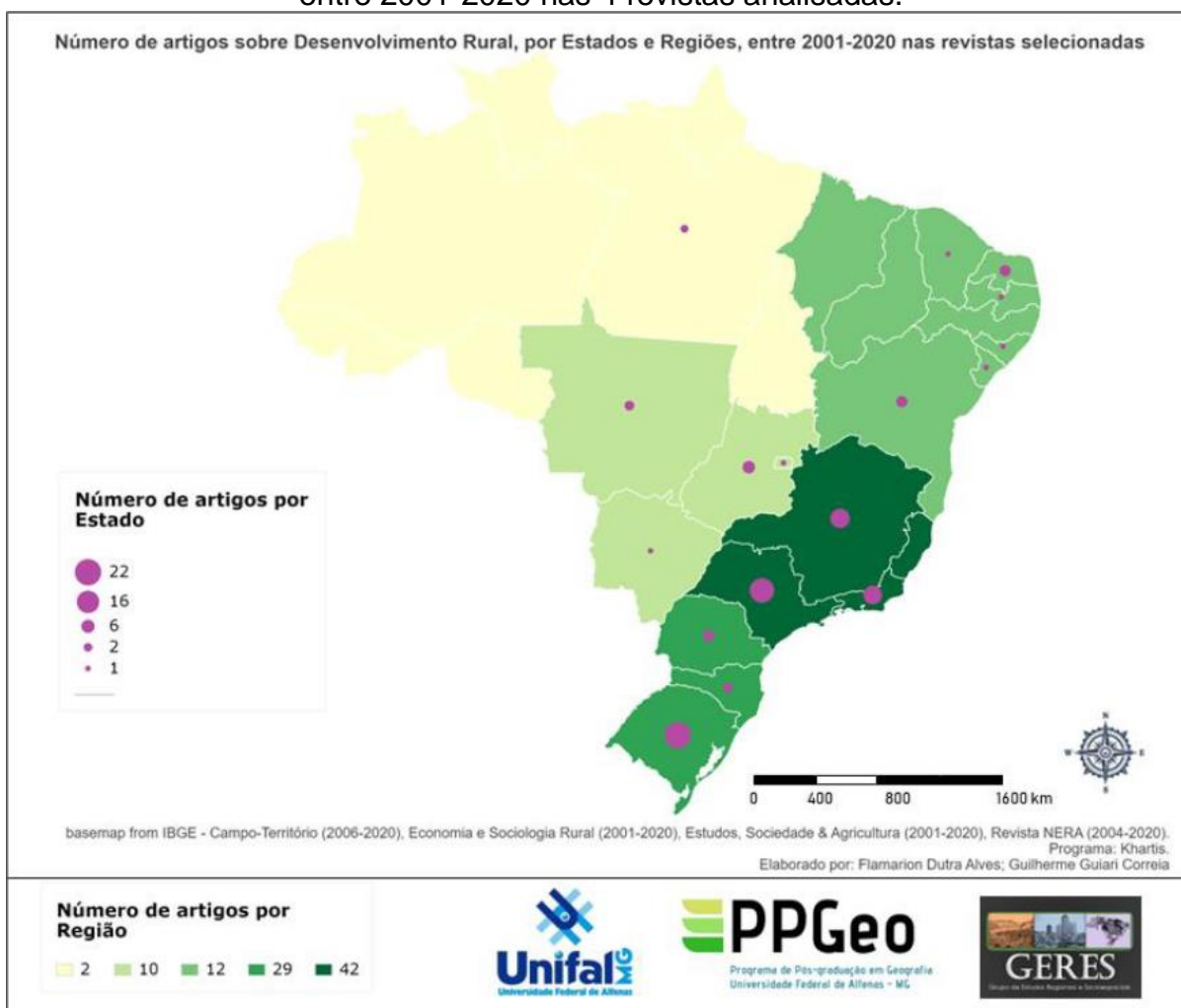
Ainda assim, a análise unidimensional atrelada ao crescimento econômico como fator primordial para se alcançar o desenvolvimento aparece, muitas vezes defendendo políticas setoriais e investimentos públicos para a agroindustrialização do campo.

São necessárias políticas setoriais de estímulo à agroindustrialização, que demandarão esforços conjuntos com outras instituições regionais ligadas a esse processo, avaliações de viabilidade técnica e estratégicas geográficas, além da adequação de hábitos e rotinas de trabalho buscando atender satisfatoriamente essas necessidades. (FIRETTI et al. 2012, p. 155).

Ademais, há um predomínio das pesquisas, no que diz respeito à origem institucional dos autores, em publicações nos estados do Rio Grande do Sul e São

Paulo, e nas regiões Sudeste e Sul (mapa 1). Nota-se uma predominância institucional no Centro-Sul do país, justamente onde há grandes áreas agropecuárias e a dinâmica do agronegócio prevalece, e onde a importância da agricultura familiar é notória para abastecimentos dos centros urbanos. No Sudeste foram encontrados 42 artigos, seguidos pela região Sul com 29 artigos, 12 artigos na região Nordeste, 10 artigos na Centro-Oeste e apenas 2 na região Norte.

Mapa 1: Número de artigos sobre Desenvolvimento Rural, por Estados e Regiões, entre 2001-2020 nas 4 revistas analisadas.



Fonte: Dos autores.

O Rio Grande do Sul é responsável por 22 artigos sobre desenvolvimento rural, inclui-se aí vários programas de pós-graduação em desenvolvimento rural, desenvolvimento regional e geografia como responsáveis. Na sequência o estado de São Paulo aparece com 19 artigos, Minas Gerais com 12 artigos e o Rio de Janeiro com 11 artigos. Apenas 12 artigos têm pesquisadores da região Nordeste e 2 artigos

da região Norte, o que é contraditório, pois são as regiões com maiores taxas de população rural no país (IBGE, 2010). Entretanto, os centros de pesquisa e programas de pós-graduação vão se expandir para essas regiões tardiamente, o que resulta nesse processo. Além dos pesquisadores nacionais, tem-se 6 artigos de outros países, Espanha e França com 2 artigos cada, Argentina e México 1 artigo cada.

Essas breves considerações sobre como o Desenvolvimento Rural vem sendo debatido nas cadeiras acadêmicas demonstram, direta e indiretamente, a preocupação em relação à commoditização do território agrícola nacional, a desvalorização da agricultura familiar e como o Estado tem se posicionado em relação às problemáticas do campo brasileiro. Essas relações espaciais, políticas, sociais, econômicas e culturais estão longe de limitarem-se às fronteiras do campo, como, conseqüentemente, são repercutidas na cidade e no desenvolvimento do país. A valorização da agricultura exportadora em detrimento da familiar repercute dentro das ciências e demonstram uma tendência do domínio do capital sobre o espaço agrícola, assim como a fragilidade social causada por suas conseqüências.

3 - DINÂMICA AGRÍCOLA E A RELAÇÃO CAMPO-CIDADE NA REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA DE ALFENAS

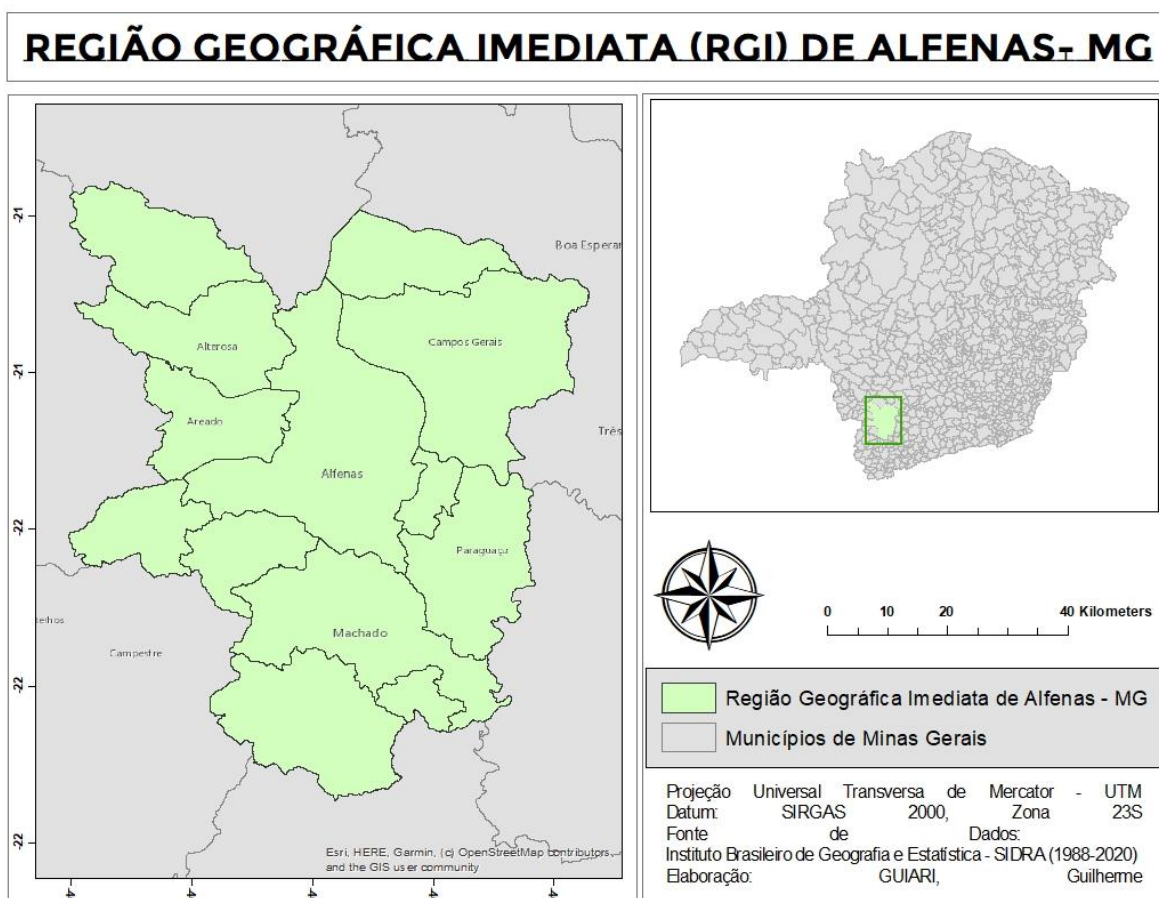
O sul de Minas Gerais é uma região geográfica caracterizada, entre inúmeros outros fatores, pela ausência de metrópole e grandes cidades. A produção agropecuária possui grande importância econômica, simbólica e forte relação com os municípios dessa região, destacando a produção de café que representa 25% da produção nacional e segundo Alves e Lindner (2020) é responsável por mais de 32% da produção nacional de café do tipo arábica (IBGE, 2017).

Devido à importância regional dessa *commodity* as agroindústrias e empresas são frequentes no território agrícola da região, da mesma forma que os fixos instalados nos centros urbanos também são de fácil identificação como bancos de créditos rurais – como o SICOOB –, lojas de maquinário e equipamentos agrícolas, universidades e centros de pesquisa e cooperativas – com destaque para a COOXUPÉ, maior cooperativa de café do mundo que possui mais de 14 mil cooperados sendo 95% pequenos produtores que vivem da agricultura familiar, ademais “a cooperativa recebe grãos de 200 municípios no sul de Minas, Cerrado Mineiro e Vale do Rio Pardo (no estado de São Paulo)”. (COOXUPÉ, 2019 apud. MELO & ALVES, 2020, p. 219).

Essa realidade sul mineira, assim como de várias regiões brasileiras, demanda uma relação contraditória no que diz respeito à colaboração e competição entre os produtores e cooperativas. Buscando sua inserção no mercado, o agricultor familiar e o médio produtor cada vez mais são obrigados, direta ou indiretamente, a incluir-se nesta relação contraditória trocando a produção de alimentos considerados essenciais para o ser humano, e para o mercado nacional interno, pela monocultura de café e mais recentemente a de soja.

A Região Geográfica Imediata de Alfenas é composta por 13 municípios (mapa 2) sendo eles: Alfenas, Alterosa, Areado, Campo do Meio, Campos Gerais, Carvalhópolis, Conceição da Aparecida, Divisa Nova, Fama, Machado, Paraguaçu, Poço Fundo e Serrania.

Mapa 2 - Localização Geográfica da RGI de Alfenas - Minas Gerais, Brasil.



De acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2010), a população total da região era de 244.006 pessoas, sendo Alfenas o município mais populoso com 73.774 habitantes, seguido por Machado com 38.688 habitantes e Campos Gerais com 27.600 habitantes, todos os demais municípios com população inferior a 20 mil habitantes, demonstrando uma rede urbana predominante de cidades pequenas (Tabela 1).

Tabela 1 - População dos municípios da Região Geográfica Imediata de Alfenas – Minas Gerais, Brasil (2010).

| Município | População Urbana | Percentual Pop. Urbana (%) | População Rural | Percentual Pop. Rural (%) | População Total |
|------------------------|------------------|----------------------------|-----------------|---------------------------|-----------------|
| Alfenas | 69.176 | 93,77% | 4.598 | 6,23% | 73.774 |
| Alterosa | 10.002 | 72,92% | 3.715 | 27,08% | 13.717 |
| Areado | 11.525 | 83,93% | 2.206 | 16,07% | 13.731 |
| Campo do Meio | 10.059 | 87,65% | 1.417 | 12,35% | 11.476 |
| Campos Gerais | 19.176 | 69,41% | 8.444 | 30,59% | 27.600 |
| Carvalhópolis | 2.459 | 73,60% | 882 | 26,40% | 3.341 |
| Conceição da Aparecida | 6.199 | 63,13% | 3.621 | 36,84% | 9.820 |
| Divisa Nova | 4.659 | 80,84% | 1.104 | 19,16% | 5.763 |
| Fama | 1.515 | 64,47% | 835 | 35,53% | 2.350 |
| Machado | 32.068 | 82,89% | 6.620 | 17,11% | 38.688 |
| Paraguaçu | 16.679 | 82,39% | 3.566 | 17,61% | 20.245 |
| Poço Fundo | 9.281 | 58,16% | 6.678 | 41,84% | 15.959 |
| Serrania | 6.576 | 87,19% | 966 | 12,81% | 7.542 |
| TOTAL | 199.374 | 81,70% | 44.652 | 18,30% | 244.006 |

Fonte: Censo Demográfico IBGE, 2010.

Segundo os dados censitários obtidos através da plataforma SIDRA, disponibilizados pelo IBGE, em 2017 havia na RGI 1.193 estabelecimentos agropecuários incluídos no complexo agroindustrial. Deste número total, 862 eram propriedades rurais familiares, o que corresponde a 72,25% do total de estabelecimentos presentes no espaço agrícola da região. Contudo, em uma explícita relação contrária – que corrobora o que incontáveis autores já explicitaram sobre as desigualdades no campo brasileiro – a renda total obtida por essas produções foi de 1.525.349 (mil reais), sendo apenas 524.475 (mil reais), ou seja 34%, advindos da agricultura familiar (IBGE, Censo Agropecuário, 2017). Se analisarmos apenas a produção cafeeira da RGI a situação se mantém como sinônimo já que no mesmo ano havia na Região Imediata de Alfenas 662 estabelecimentos produtores da *commodity*, destes, 470 (70,99%) eram cultivados por agricultores familiares. Apesar disso, foi produzido no mesmo ano 2.934 (mil reais) de café e apenas 649 (mil reais), ou seja 22.11%, foi procedente da agricultura familiar.

Como constatado, o Sul de Minas Gerais possui a singularidade de um grande contingente de propriedades familiares ainda presentes no território agrário da região. Não sendo diferente para a RGI de Alfenas. Essa particularidade elucida uma contradição com outros principais espaços produtores de *commodities* no Brasil

que, normalmente, apresentam uma maior concentração fundiária.

Outrossim, o espaço geográfico da região é, também, um fator que demanda uma característica particular dos produtores no que concerne ao plantio e a colheita dessa *commodity*. A geomorfologia sul-mineira tem por uma de suas características um relevo acidentado que comumente altera a paisagem, tanto urbana como rural através de morros, morrotes e pequenos vales. Essa peculiaridade restringe o uso de maquinário agrícola em parte da região e demanda mão de obra humana para a colheita e plantio do café. A dinâmica demográfica, então, também é alterada nesses pequenos municípios. Há bastante migração sazonal, além da pendular que ocorre diariamente em uma relação antagônica entre moradia e local de trabalho. No primeiro caso, trabalhadores rurais de outras regiões do país são contratados nos períodos das colheitas e retornam após o fim dela. No segundo caso, visto a importância socioeconômica do café na região, existe um grande contingente de trabalhadores rurais que residem nessas pequenas cidades, sendo o contrário, também, sinônimo. Essa relação altera tanto a demografia da região quanto a geração de empregos dos trabalhadores. Conquanto, existem problemáticas inseridas nessas relações que pelo limite do trabalho não poderão ser discutidas aqui, como o trabalho informal e não raro trabalhadores em situação análoga à escravidão.

A questão da mão-de-obra migrante nos períodos da colheita do café são processos constantes na organização produtiva e sociocultural da cafeicultura sul mineira. Essa mobilidade populacional gerada pela atividade agrícola, ultrapassa os limites do espaço agrário e dinamiza as cidades, sobretudo as pequenas, da região. (ALVES, 2021, p. 134).

Dessa forma, serão analisadas as dinâmicas agrícolas e elementos da especialização produtiva da cafeicultura em cada município, no qual indicará o processo de *commoditização* do território.

3.1 SITUAÇÃO AGRÍCOLA E URBANA DOS MUNICÍPIOS DA RGI DE ALFENAS

3.1.1 Alterosa

3.1.1.1 Aspectos demográficos

Alterosa é um município da RGI que até o momento do último censo – 2010 – contava com uma população total de 13.717 habitantes e uma densidade demográfica de 37,89 hab/km², possuindo uma área territorial de 362,010 km²

(IBGE, 2021). Destes, 10.002 (73%) residiam no perímetro urbano do município e 3.715 (27%) eram residentes rurais. O salário médio mensal de Alterosa era de 1,6 salários mínimos, ocupando o 504º lugar entre os municípios do estado e o 10º lugar dentre os 13 municípios da Região Geográfica Imediata de Alfenas (IBGE, 2010). No que diz respeito ao PIB per capita do município, o valor em 2019 era de R\$14.800,91 (IBGE).

Segundo dados do IBGE (2010) havia no município 5.016 pessoas ocupadas em trabalhos formais. Deste número de habitantes 1.128 levam meia hora ou mais para se deslocarem até seu local de trabalho, o que corresponde a 22,5% da população residente de Alterosa. Se levarmos em consideração o tamanho do município, seu número de habitantes e a extensão de sua malha urbana, esse contingente de pessoas possui altas chances de exercerem seu trabalho em outro município ou na zona rural do deste. A variável tende a não ser exata, pois o IBGE disponibiliza os dados separados em cinco categorias: aqueles que levam cerca de 5 minutos para chegarem ao local de trabalho; os que levam de 6 minutos à meia hora; de meia hora à uma hora; mais de uma hora até duas horas e mais de duas horas. Devido a divisão temporal desses objetos de análise fica difícil discorrer com certeza sobre onde esses trabalhadores atuam e quais são seus destinos finais. Porém, essa variável é capaz de dar-nos uma ideia aproximada da quantidade de habitantes que se deslocam para outros locais, fora da área urbana, para exercerem suas atividades profissionais. A mesma variável será analisada nos diversos municípios deste trabalho, para nos aproximar da nuclearidade da região.

Outra variável importante para a análise espacial dos municípios diz respeito aos fixos instalados e os serviços prestados nessas cidades visando a manutenção do complexo agroexportador. Pensando desta forma elencamos os comércios, bancos de crédito rural, cooperativas e quaisquer outros serviços voltados aos interesses do agronegócio e principalmente do café instalados nesses municípios. No caso de Alterosa é possível notar a presença de cooperativas, bancos de crédito rural, produtores de insumos e fertilizantes, armazéns, lojas e prestadores de serviços (Quadro 1). Há de se reforçar que, provavelmente, alguns desses objetos de análise podem não estar listados na tabela visto a dificuldade em elencar todos os fixos e fluxos presentes na malha urbana dos municípios. Porém, a maioria foi listado e nos ajuda a visualizar como a cidade se molda em função do interesse do capital.

Quadro 1: Comércios e serviços presentes na paisagem urbana, Alterosa (2022).

| Alterosa | |
|--|---------------------------|
| Cooperativas | Armazéns |
| Cooperativa de Crédito Rural de Alterosa | RL Grãos LTDA |
| Cooxupé | |
| CORPLES Alterosa | Serviços |
| | Casa do Agricultor |
| Bancos e créditos agrícolas | Casa Rural |
| Sicoob | Agrocampo |
| | Agro Comercial Santa Cruz |
| Fertilizantes e Insumos | Agroterra Agropecuária |
| Souza Agro | |

Fonte: O autor.

3.1.1.2 Situação agrícola

Em 1988 Alterosa contava com uma área total plantada de 7.253 hectares. Destes, 1 hectare era destinado a plantação de alho; 900 ha de arroz (em casca); 3 ha de banana (cacho); 1 ha de batata-doce; 75 ha de batata inglesa; 2350 ha de café (em grão); 389 ha de cana de açúcar; 715 ha de feijão (em grão); 3 ha de laranja; 11 ha de mandioca; 2800 ha de milho (em grão); 4 ha para tangerina e 1 ha destinado a plantação de tomate (tabela 2).

Tabela 2: Área (em hectares) plantada e seus respectivos cultivos - Alterosa (MG), 1988

| Alterosa | |
|--------------------|--------------------------------------|
| Produtos agrícolas | Hectares (ha) destinados à plantação |
| Alho | 1 |
| Arroz (em casca) | 900 |
| Banana (cacho) | 3 |
| Batata-doce | 1 |
| Batata-inglesa | 75 |
| Café (em grão) | 2350 |
| Cana-de-açúcar | 389 |
| Feijão (em grão) | 715 |
| Laranja | 3 |
| Mandioca | 11 |
| Milho (em grão) | 2800 |
| Tangerina | 4 |
| Tomate | 1 |

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal - IBGE (1988)

Em contrapartida, no ano de 2020 a área destinada ao plantio do município

sofreu um aumento percentual de 16.14%, alcançando o número de 8.424 ha de área plantada. Destes, 4 ha foram destinados ao plantio de arroz (em casca); 40 ha para a batata-inglesa; 4.255 ha destinados ao café; 294 ha à cana de açúcar; 550 ha ao feijão (em casca); 80 ha para plantio de laranja; 2000 ha para o milho; 1200 ha à plantação de soja (em grãos) e 1 ha para a plantação de uva (tabela 3).

Tabela 3: Área (em hectares) plantada e seus respectivos cultivos - Alterosa (MG), 2020

| Alterosa | |
|----------------------|--------------------------------------|
| Produtos agrícolas | Hectares (ha) destinados à plantação |
| Arroz (em casca) | 4 |
| Batata-inglesa | 40 |
| Café (em grão) Total | 4255 |
| Cana-de-açúcar | 294 |
| Feijão (em grão) | 550 |
| Laranja | 80 |
| Milho (em grão) | 2000 |
| Soja (em grão) | 1200 |
| Uva | 1 |

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal - IBGE (2020)

Mesmo com o pequeno aumento na área cultivável do município, percebemos uma *commoditização* do território pelo café que teve um aumento percentual de 81,06%, subindo de 2.350 ha para 4.255 ha destinados à este cultivo. Outra *commodity* também ganhou espaço na produção agrícola municipal: a soja. Essa herbácea não era cultivada no espaço agrícola deste município em 1988. Na verdade, esse grão só teve uma plantação considerável a partir de 2016 no município de Alterosa, ano que foi cultivada em 600 ha do espaço agrícola do respectivo município. Esse número aumentou progressivamente passando para 800 ha (2017), 900 ha (2018), 1000 ha (2019), 1200 ha (2020) (IBGE, 2017). Essa territorialização do agronegócio fica evidente em Alterosa visto a diminuição do plantio de alimentos essenciais à vida humana (leguminosas, verduras, frutas e grãos essenciais) em detrimento do aumento da plantação desses produtos agrícolas destinados, principalmente, à exportação.

3.1.2 Areado

3.1.2.1 Aspectos demográficos

Até o ano de 2010, Areado possuía uma população de 13.731 pessoas e a densidade demográfica do município era de 48,50 hab/km². A área da unidade territorial de Areado é de 283,124 km² (IBGE, 2021). Do total demográfico, 11.525 (84%) habitantes eram residentes urbanos, enquanto 2.206 (16%) residiam no

campo. O salário médio mensal dos trabalhadores formais do município era de 1,8 salários mínimos, ocupando o 235º lugar em relação a todos os municípios do estado e a 6ª posição dentre os municípios da RGI (IBGE, 2010). O PIB per capita de Areado, em 2019, era de R\$14.927,38 (IBGE).

No município, segundo dados do IBGE (2010), até a data do último censo haviam 5.425 pessoas residentes de Areado que exerciam trabalho formal fora de suas residências. Observando a mesma variável utilizada em Alterosa, 1.256 pessoas demoravam mais de meia hora para chegar no local de suas atividades profissionais. Esse número corresponde a cerca de 23,10% da população residente do município e expressa um número significativo, praticamente $\frac{1}{4}$ da população. Ademais, e podendo ser um dos fatores explicativos para a situação empregatícia do município, há próximo ao município uma usina açucareira de nome “Monte Alegre”, que fica à 17,2 km seguindo a via BR-491. Essa usina trata-se de uma empresa de capital aberto e pertence ao grupo ADECOAGRO. Mesmo localizada no perímetro municipal de Monte Belo, influencia consideravelmente a economia de Areado auxiliando na expansão da cana de açúcar e da soja no município.

Em Areado é possível observar a presença de cooperativas agrícolas, bancos de crédito rural, armazéns, serviços em favor do agronegócio e *tradings* agrícolas (Quadro 2).

Quadro 2: Comércios e serviços presentes na paisagem urbana, Areado (2022).

| Areado | |
|---|--------------------------------------|
| Cooperativas | Serviços |
| Corples | Mahinda Agro Minas Tratores |
| Cooperativa Regional de Produtores de Leite de Serrania | Agrocampo |
| | Agropecuária Oliveira |
| Bancos e crédito rural | Casa do Criador |
| Sicoob | Brasil Irrigação |
| | Corpal Tratores |
| Armazéns | J.E tratores |
| Armazéns Gerais Megda e Amoreli Café | Marcelo Silk Scen - Sacarias de café |
| Trading's agrícolas | |
| 80 Plus Coffees | |

Fonte: O autor.

3.1.2.2 Situação agrícola

No ano de 1988 Areado contava com uma área destinada à plantação de produtos agrícolas de 5.613 hectares. Destes, 1 ha era destinado ao plantio de abacate; 1 ha ao plantio de alho; 280 ha para o arroz (em casca); 14 ha para

banana; 1 ha ao plantio de batata doce; 274 à batata-inglesa; 3.120 ha ao plantio de café; 732 ha para a cana de açúcar; 360 para o feijão (em grão); 16 ha à laranja; 1 ha ao limão; 10 ha para o plantio de mandioca; 1 ha para manga; 800 ha destinados ao cultivo de milho; 1 ha para o plantio de tangerina e 1 ha destinado para a plantação de tomate (tabela 4).

Tabela 4: Área (em hectares) plantada e seus respectivos cultivos - Areado (MG), 2018

| Areado | Hectares (ha) destinados à plantação |
|----------------------|---|
| Produtos agrícolas | |
| Abacate | 1 |
| Alho | 1 |
| Arroz (em casca) | 280 |
| Banana (cacho) | 14 |
| Batata-doce | 1 |
| Batata-inglesa | 274 |
| Café (em grão) Total | 3120 |
| Cana-de-açúcar | 732 |
| Feijão (em grão) | 360 |
| Laranja | 16 |
| Limão | 1 |
| Mandioca | 10 |
| Manga | 1 |
| Milho (em grão) | 800 |
| Tangerina | 1 |
| Tomate | 1 |

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal - IBGE (1988)

O ano de 2020, validando a hipótese, teve seu espaço agrícola alterado no que concerne ao tipo de cultivo que foi plantado nos hectares disponíveis. Os hectares destinados à plantação no município também cresceram, aumentando 24% e passando ao número total de 6.959 hectares. Destes, 70 ha foram destinados ao cultivo da banana; 2.489 ha ao cultivo de café; 1.577 ha ao plantio de cana de açúcar; 120 ha para plantação de feijão; 3 ha para goiaba; 1.700 ha para o milho e 1000 ha destinados ao cultivo de soja (tabela 5).

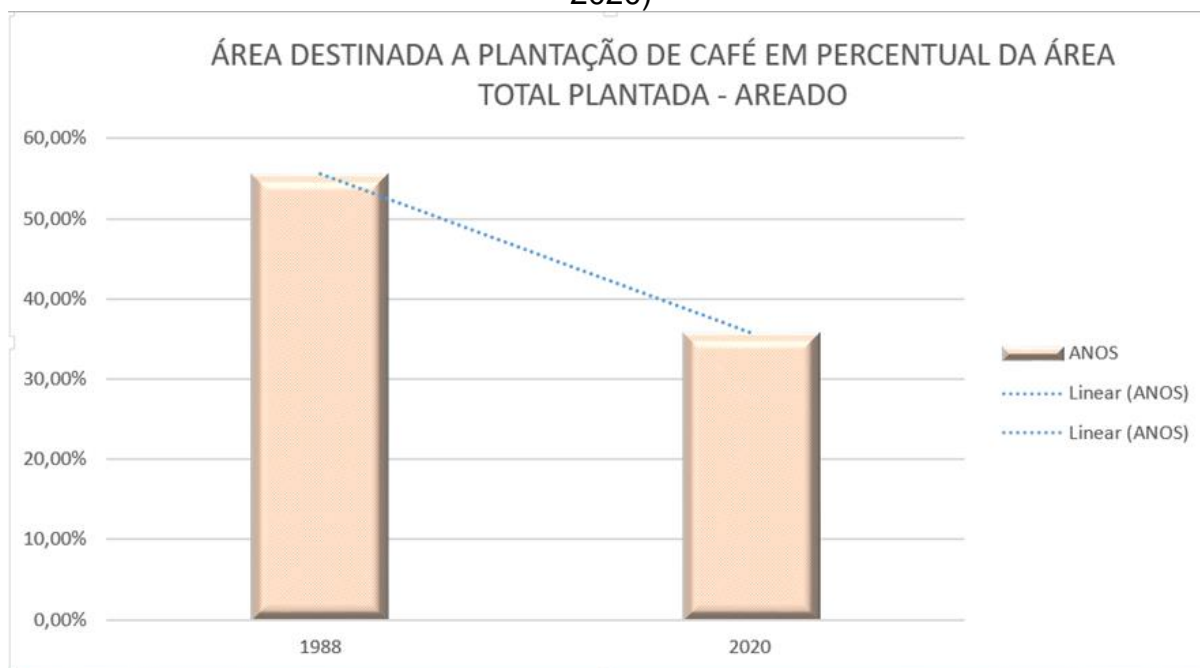
Tabela 5: Área (em hectares) plantada e seus respectivos cultivos - Areado (MG), 2020

| Areado | |
|----------------------|--------------------------------------|
| Produtos agrícolas | Hectares (ha) destinados à plantação |
| Banana (cacho) | 70 |
| Café (em grão) Total | 2489 |
| Cana-de-açúcar | 1577 |
| Feijão (em grão) | 120 |
| Goiaba | 3 |
| Milho (em grão) | 1700 |
| Soja (em grão) | 1000 |

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal - IBGE (2020)

Areado, em contraposição aos demais municípios analisados apresentou uma queda considerável na área destinada ao plantio de café levando em consideração o ano inicial da análise (1988) e o ano final (2020). Aproximadamente, 55% da área total destinada à plantação, no ano de 1988, era utilizada para o plantio do café. Já no ano de 2020 esse percentual caiu para, aproximadamente, 35% (gráfico 3):

Gráfico 3 - Área percentual de cultivo de café no município de Areado (MG) (1988-2020)

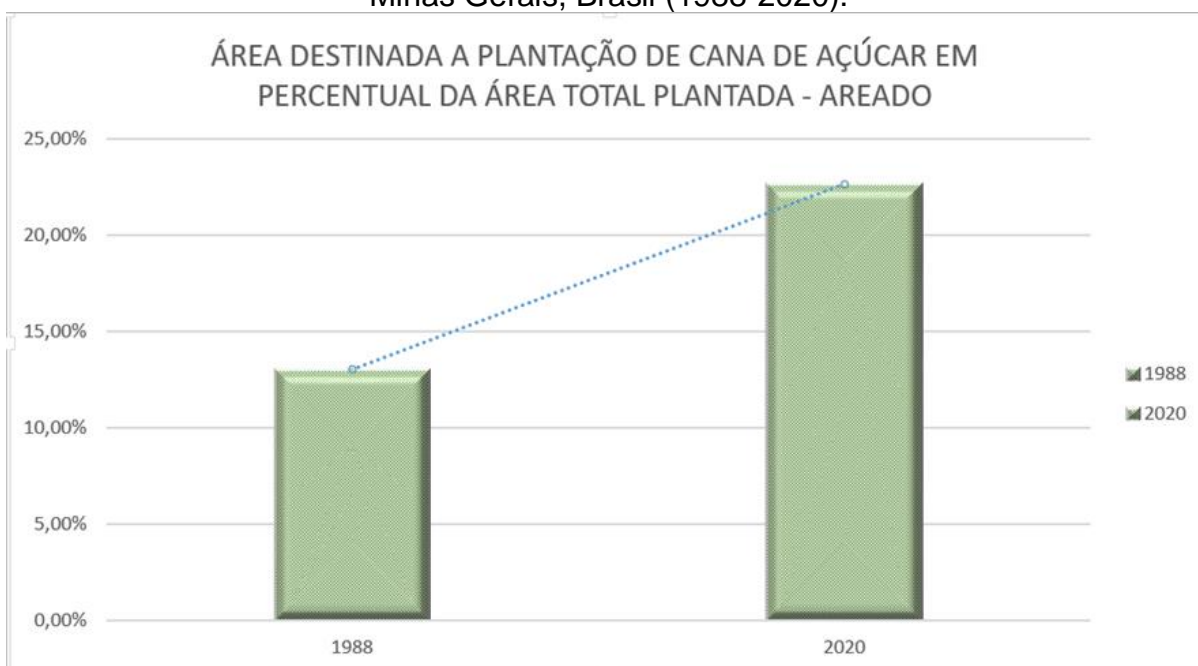


Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (1988-2020).

Claramente, para um detalhamento das possíveis causas desse declínio far-se-ia necessária uma análise complexa do próprio município em si, porém, devido a limitação desse trabalho isso não foi possível. Entretanto, esse declínio na plantação do café no município pode ser justificado por alguns fatores. O primeiro é em relação ao próprio relevo do município, que propicia um ambiente favorável para a plantação de cana de açúcar e para a mecanização da produção. Outro aspecto diz respeito à

usina açucareira Monte Alegre do grupo Adecoagro, disposta entre os municípios de Areado e Monte Belo. A empresa demanda uma grande extensão de terra para o cultivo da cana de açúcar, matéria prima para os produtos da empresa. Essa afirmação é corroborada quando analisamos os dados das áreas plantadas no município de Areado. Houve um aumento significativo na produção de cana de açúcar. Em 1988, aproximadamente 13% da área de cultivo era destinada a essa matéria prima passando para aproximadamente 22% em 2020 (gráfico 4).

Gráfico 4 - Área percentual de cultivo de cana-de-açúcar no município de Areado – Minas Gerais, Brasil (1988-2020).



Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (1988-2020).

Além do aumento na produção canavieira, mais recentemente outra *commodity* vem ocupando o território agrícola, não só do município, mas também da região: a soja. No ano de 1988 não havia, em Areado, hectares destinados a essa cultura. Entretanto, no ano de 2020, a soja ocupou 1000 hectares da área plantada, representando mais de 14% da área total. Em relação esse aumento, obviamente, é necessário estudos mais específicos para que possamos descrever as possíveis causas, porém, provavelmente a usina Monte Alegre pode ser um fator que influencia esse aumento.

3.1.3 Campo do meio

3.1.3.1 Aspectos demográficos

Campo do Meio, segundo o censo do IBGE (2010), possuía uma população de 11.476 pessoas, destas 10.059 (87,65%) eram residentes urbanos, enquanto 1.417 (12,35%) residiam no meio rural do município. No que concerne à área da unidade territorial de Campo do Meio, segundo os dados do IBGE (2021) esse valor era de 275,426 km². A densidade demográfica de Campo do Meio, segundo o censo de 2010, era de 41,67 hab/km². O salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 1,6 salários mínimos, ocupando o 504^o lugar em relação a todos os 853 municípios do estado de Minas Gerais e o 10^o lugar em relação aos demais municípios da Região Geográfica Imediata possuindo um PIB per capita de R\$ 13.435,65 (IBGE, 2019).

Até o ano do último censo (2010), Campo do Meio possuía 4.300 habitantes que exerciam alguma atividade profissional e formalizada fora de sua residência. Deste número total, 1.469 residentes levavam mais de meia hora para deslocarem-se até seu ambiente de trabalho (IBGE, 2010). Esse número significativo representa aproximadamente 34,10% da população total ocupada, mostrando uma tendência de deslocamento e a aproximando de uma caracterização como cidade dormitório. A proximidade com Campos Gerais, cidade maior e mais central que Campo do Meio, pode ter direta relação com a alta taxa de deslocamento de trabalhadores formais.

No que tange a presença de fixos voltados ao capital agropecuário no município só foi possível observar alguns deles (Quadro 3), demonstrando uma baixa monopolização do território pelo café, ou ainda, representando a nuclearidade e a não centralidade do município. Alguns serviços e lojas estão presentes na malha urbana do município, além de um armazém e duas cooperativas.

Quadro 3: Comércio e serviços presentes na paisagem urbana, Campo do Meio (2022)

| Campo do Meio | |
|---------------------|-----------------------------------|
| Cooperativas | Serviços |
| Capebe | Rede do Campo - Base Agropecuária |
| Coopercam | Agropecuária Campomeiense |
| | Agropecuária Baía |
| Armazéns | CAMPOFERTIL - GANSO |
| Capebe Armazém | |

Fonte: O autor.

3.1.3.2 Situação agrícola

Em 1988, o município de Campo do Meio possuía uma extensão de área plantada de 14.488 hectares. Deste total, 20 ha eram destinados ao cultivo de alho; 1.290 ha para o cultivo de arroz; 3 ha para banana; em 34 ha eram plantadas batatas-inglesas; em 6.500 ha o café; 4.485 eram destinados ao plantio de cana de açúcar; 750 ha para o feijão; 8 ha para a laranja; 4 ha para mandioca; 1000 ha para plantação de milho e 394 ha para o plantio de soja. Como veremos durante todo esse trabalho, a soja, majoritariamente, ganhou espaço para o cultivo na região após a virada do século. Entretanto, em campo do meio já era possível observar esse plantio já no ano de 1988 (tabela 6).

Tabela 6: Área (em hectares) plantada e seus respectivos cultivos – Campo do Meio (MG), 2018.

| Campo do Meio | |
|---------------------------|---|
| Produtos agrícolas | Hectares (ha) destinados a plantação |
| Alho | 20 |
| Arroz (em casca) | 1290 |
| Banana (cacho) | 3 |
| Batata-inglesa | 34 |
| Café (em grão) Total | 6500 |
| Cana-de-açúcar | 4485 |
| Feijão (em grão) | 750 |
| Laranja | 8 |
| Mandioca | 4 |
| Milho (em grão) | 1000 |
| Soja (em grão) | 394 |

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal - IBGE (1988)

Em 2020, corroborando com os outros municípios analisados, houve uma mudança significativa nos produtos que foram plantados nas respectivas áreas destinadas ao cultivo agrícola. Porém, em específico a Campo do Meio, a área plantada das fazendas do município tiveram uma grande redução durante esses 30 anos. No respectivo ano, 8.224 hectares foram utilizados para o cultivo dos produtos agrícolas, apresentando, dessa forma, uma redução de 43% na área total. Todavia, do total plantado, 2 hectares foram destinados ao cultivo de abacate; 1 ha ao do alho; 10 ha ao do arroz; 150 ha para o plantio de aveia; 27 ha ao cultivo de banana; 3.500 ha para o cultivo de café; 12 ha ao plantio de cana de açúcar; 850 ha à plantação de feijão; em 3 ha foram cultivados os frutos da goiaba; em 45 ha a mandioca; em 4 ha o cultivo de maracujá; em 1.600 ha foram plantados milho; 2000

ha destinados a soja e 20 ao cultivo de tomate (tabela 7).

Tabela 7: Área (em hectares) plantada e seus respectivos cultivos – Campo do Meio (MG), 2020

| Campo do Meio | |
|----------------------|---|
| Produtos agrícolas | Hectares (ha) destinados a plantação |
| Abacate | 2 |
| Alho | 1 |
| Arroz (em casca) | 10 |
| Aveia (em grão) | 150 |
| Banana (cacho) | 27 |
| Café (em grão) Total | 3500 |
| Cana-de-açúcar | 12 |
| Feijão (em grão) | 850 |
| Goiaba | 3 |
| Mandioca | 45 |
| Maracujá | 4 |
| Milho (em grão) | 1600 |
| Soja (em grão) | 2000 |
| Tomate | 20 |

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal - IBGE (2020)

É interessante refletirmos que mesmo com a diminuição da área total destinada às plantações do município, este, entre os já analisados, apresenta a maior pluralidade de produtos agrícolas plantados no ano de 2020, ademais, demonstra um maior número de produtos agrícolas plantados do que em comparação com o ano inicial da análise. Além do quê, houve uma diminuição significativa na área plantada de café no município, isso em números totais, passando de 6.500 ha em 1988 à 3.500 ha em 2020. Porém, se levarmos em consideração o tamanho da área disponível para plantação a porcentagem mantém-se praticamente inalterada. Em 1988, 45% da área total era ocupada pelo café, passando para 43% em 2020. A soja, novamente ganha espaço, tanto no espaço geográfico analisado, quanto nas reflexões que cabe-se fazer com esses dados. Principalmente levando em consideração que o relevo da região pode ser considerado um obstáculo natural ao plantio dessa commodity, que demanda, muitas vezes, uma especialização tecnológica e disponibilidade de maquinário agrícola para sua manutenção.

3.1.4 Campos Gerais

3.1.4.1 Aspectos demográficos

Campos Gerais, segundo o censo demográfico de 2010, produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística possuía uma população de 27.600 pessoas e uma densidade demográfica de 35,87 hab/km². A área territorial do município é, segundo o IBGE (2021) de 769,504 km². Da população total, 19.156 (69%, aproximadamente) habitantes residiam na cidade, enquanto, 8.444 (31% aproximadamente) eram moradores rurais. O salário médio mensal dos trabalhadores formais em 2020 era de 1,8 salários mínimos, número que colocava o município na 235^o lugar em relação aos municípios de Minas Gerais e em 6^o lugar em comparação aos outros municípios da RGI de Alfenas. Analisando o PIB per capita de Campos Gerais esse valor, segundo o IBGE (2019) era de R\$16.190,96.

Segundo o IBGE (2010), havia em Campos Gerais 9.810 pessoas com trabalhos formais que necessitavam deslocar-se de suas residências para os seus respectivos locais de trabalho. Deste total, 2.453 (25%) levavam mais de 30 minutos para chegar na onde exerciam a sua atividade profissional. Reforçando a variável já utilizada neste exercício, esse recorte temporal foi escolhido baseado no tamanho da malha urbana do município. No caso de Campos Gerais – o 3^o maior município da RGI de Alfenas – segundo o mapeamento do *Google*, a extensão da malha urbana, de uma ponta a outra em linha reta, é de aproximadamente 3,5 km. Essa questão nos ajuda a entender que mesmo sem veículos motorizados é possível praticamente atravessar a cidade neste período de meia hora. Desta forma, mesmo que impreciso, esses valores nos ajudam a observar a realidade espacial dessa população no que concerne ao deslocamento dos trabalhadores, que ou atuam em outros municípios, ou na zona rural.

Ao analisarmos os comércios e serviços de Campos Gerais – daqueles diretamente ligados ao agronegócio – é notável uma maior significância e mudança da paisagem urbana em detrimento ao interesse da manutenção cafeeira no município. Ademais, a própria quantidade de café produzida, que será melhor discutida, é um fator que corrobora com a variedade de bens e serviços vinculados ao agronegócio. Dentro da malha urbana de Campos Gerais é perceptível na paisagem, cooperativas, alguns bancos de crédito rural (mesmo que todos vinculados ao Sicoob), indústria e distribuidora de fertilizantes, armazéns, *tradings* agrícolas e uma quantidade significativa de lojas e serviços (Quadro 4). Além disso,

a cidade conta com a presença da FACICA (Faculdade de Ciências e Tecnologias de Campos Gerais) que disponibiliza um curso superior, particular, de Agronomia.

Quadro 4: Comércios e serviços presentes na paisagem urbana, Campos Gerais (2022)

| Campos Gerais | | |
|-----------------------------------|---|------------------------------|
| Cooperativas | Serviços | Armazéns |
| Coocupé | Sávio Coelho Comércio de Café | Armazém Café - Coopercam |
| Coopercam | Geagro | Coopercam Armazém 2 |
| | Agrocampo | Armazém de Adubo - Coopercam |
| Bancos e crédito rural | EMATER-MG | |
| Sicoob Credcam | Casa da Lavoura de Campos Gerais | |
| Sicoob Credicitrus | RE Agrícola | |
| Sicredi | Agromar | |
| Sicoob Crediacip | IMA - Instituto Mineiro de Agropecuária | |
| | Pró Solo Representações | |
| Fertilizantes | Corpál | |
| Fertilizantes e Campos das Gerais | Laticínios Campos Gerais | |
| | CG Fibra | |
| Trading's agrícolas | Comércio Varejista de Insumos e Cereais | |
| Grão de Ouro Agronegócios | Leandro Tratores | |

Fonte: O autor.

3.1.4.2 Situação agrícola

No ano de 1988, Campos Gerais contava com uma área destinada ao plantio de 30.282 hectares. No respectivo ano, 5 ha foram destinados à plantação de alho; 1.165 ha ao plantio de arroz; 27 ha ao cultivo de banana; 130 ha ao da batata inglesa; 20.055 ha a plantação de café; 4.809 a de cana de açúcar; 1700 ha ao cultivo de feijão; 50 ha ao plantio de laranja; 41 ha foram destinados para o plantio de mandioca e 2300 ha ao cultivo de milho (tabela 7)

Tabela 8: Área (em hectares) plantada e seus respectivos cultivos - Campos Gerais (MG), 1988

| Campos Gerais | |
|----------------------|--------------------------------------|
| Produtos agrícolas | Hectares (ha) destinados a plantação |
| Alho | 5 |
| Arroz (em casca) | 1165 |
| Banana (cacho) | 27 |
| Batata-inglesa | 130 |
| Café (em grão) Total | 20055 |
| Cana-de-açúcar | 4809 |
| Feijão (em grão) | 1700 |
| Laranja | 50 |
| Mandioca | 41 |
| Milho (em grão) | 2300 |

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal - IBGE (1988)

Em relação contrária aos demais municípios, Campos Gerais em 2020

apresentou uma pluralidade maior de produtos agrícolas plantados em relação ao ano inicial da análise, ou seja, 1988. No primeiro ano, o espaço agrícola do município foi utilizado para a plantação de 10 produtos, passando para 18 em 2020. A área total plantada também diminuiu, mesmo que percentualmente praticamente imperceptível, com uma diminuição de 1,5% aproximadamente, passando para o valor total de 29.827. Deste total, 80 ha foram utilizados para a plantação de abacate; 2 ha para a de abacaxi; 3 ha para o plantio de arroz; 150 ha para o cultivo da aveia; 13 ha para a plantação de banana; 15 ha para a de batata inglesa; 22.030 ha para o cultivo do café; 52 ha para o de cana de açúcar; 1700 ha para o cultivo de feijão; 2 ha para o de laranja; 15 ha para o plantio de mandioca; 3600 ha foram utilizados para a plantação do milho; 1800 ha utilizados no plantio de soja; 30 ha para o sorgo; 45 ha para o cultivo de tangerina; 8 ha para a plantação de tomate e 2 ha para o cultivo da uva (tabela 8).

Tabela 9: Área (em hectares) plantada e seus respectivos cultivos - Campos Gerais (MG), 2020

| Campos Gerais | |
|------------------------|---|
| Produtos agrícolas | Hectares (ha) destinados a plantação |
| Abacate | 80 |
| Abacaxi* | 2 |
| Arroz (em casca) | 3 |
| Aveia (em grão) | 150 |
| Banana (cacho) | 13 |
| Batata-inglesa | 15 |
| Café (em grão) Total | 22030 |
| Café (em grão) Arábica | 22030 |
| Cana-de-açúcar | 52 |
| Feijão (em grão) | 1700 |
| Laranja | 2 |
| Mandioca | 15 |
| Milho (em grão) | 3600 |
| Soja (em grão) | 1800 |
| Sorgo (em grão) | 300 |
| Tangerina | 45 |
| Tomate | 8 |
| Uva | 2 |

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal - IBGE (2020)

Mesmo com a maior pluralidade produtiva e uma redução, mesmo que

pequena, na área cultivável do município, é possível observar, corroborando com a maioria dos demais casos, uma diminuição na plantação de alimentos essenciais que deram espaço à produção de *commodities* agrícolas. Enquanto os hectares cultivados no espaço agrícola do município tiveram uma queda percentual de 1,5%, em relação contraditória, o café teve um aumento de aproximadamente 9,8%. O arroz, contudo, teve uma queda de aproximadamente 99,7% em sua produção no município. Ao pensarmos nos alimentos bases da alimentação brasileira, o único que não teve queda – porém, nem aumento – foi o feijão, que manteve 1.700 ha destinados a sua produção. A soja também ganha espaço, tanto na reflexão, quanto no espaço agrícola do município, passando de nenhum hectare destinado ao seu cultivo em 1988 para 1800 ha no ano de 2020.

3.1.5 Alfenas

3.1.5.1 Aspectos demográficos

Alfenas, que nomeia a Região Geográfica Imediata, em 2010, contava com uma população total de 73.774 habitantes, sendo o maior município dentro todos analisados, assim como da RGI de mesmo nome. A área de unidade territorial do município é de 850,446 km² (IBGE, 2021). Quanto à densidade demográfica do município, em 2010, era de 86,75 hab/km². Do total de habitantes, 69.176 (aproximadamente 94%) pessoas residiam nos limites da malha urbana, enquanto 4.598 (aproximadamente 6%) eram moradores do campo. O salário médio mensal entre trabalhadores formais no município em 2020 era de 2,4 salários mínimos, ocupando o 44º lugar dentre os municípios de Minas Gerais e o 1º em comparação aos circunvizinhos dentro da RGI. No que concerne ao PIB per capita, segundo dados do IBGE, em 2019 o valor correspondia a R\$32.281,39.

O município além de ser a maior cidade da RGI possui o maior número de fixos e de serviços em relação aos demais municípios. Pode ser considerada como uma cidade centralizadora dos municípios vizinhos, atraindo serviços, trabalhadores, estudantes – visto a presença de duas instituições de ensino superior – e residentes de municípios vizinhos que procuram serviços, principalmente os relacionados à saúde. Segundo o IBGE (2010) havia 25.977 habitantes em Alfenas que necessitavam deslocar-se para seu local de trabalho. Neste caso é necessário que separemos nossa análise em dois espaços temporais. Isso faz-se necessário pois dependendo do meio de transporte utilizado para se deslocar ao local de trabalho o

tempo necessário pode exceder meia hora. Caso utilizemos só a variável acima de meia hora, desconsideraremos um grande contingente populacional que reside e trabalha no município. O mesmo ocorre de forma antagônica caso consideremos apenas aqueles que demoram mais de 1 hora para o mesmo objetivo. Dessa forma optamos por elencar as duas variáveis. No mesmo ano do censo havia no município 799 pessoas que levavam mais de 1 hora para chegar no ambiente de trabalho, isso corresponde a 3% do total de pessoas ocupadas formalmente e que necessitam de deslocamento. Da mesma forma, haviam 4.109 habitantes que levavam mais de meia hora para chegar no local de trabalho, representando um percentual de aproximadamente 15%. Em ambos os casos, Alfenas apresenta um baixo número de pessoas – comparada a outras localidades – que possivelmente residem no município e trabalham em outro.

Ao analisarmos os serviços e comércios presentes no município nos deparamos com aquele que, como já mencionado, possui o maior número de instalações voltadas para as demandas do agronegócio e do café na região. Mesmo com, possivelmente, alguns fixos em que o reconhecimento não foi possível é notável a grande diferença para os demais municípios, tanto na quantidade como na variedade de serviços e produtos. Existem cooperativas, bancos de crédito agrícola, armazéns, tradings agrícolas, distribuidoras de fertilizantes, feiras do agronegócio, lojas e uma quantidade considerável de prestações de serviços (Quadro 5).

Quadro 5: Comércios e serviços presentes na paisagem urbana, Alfenas (2022)

| Alfenas | | |
|--|---|---|
| Cooperativas | Serviços | Armazéns |
| Cooperativa Agropecuária de Alfenas | S A casa do produtor | CASEMG - Companhia de armazéns gerais de Minas Gerais |
| Cooperativa de crédito em Guaxupé e Região | Rede do campo - agrotécnica | Green Coffee Armazéns Gerais |
| Associação das Cooperativas de leite do sudoeste mineiro | Alka produtos agropecuários | AgroSarto Armazéns Gerais LTDA |
| Coopama Alfenas | Geraesvet Distribuidora de produtos agropecuários | Corn Food Armazéns Gerais |
| Coocupé Alfenas | Comercial Agro Dias | |
| Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda | Líder Agronegócios | Tradings agrícolas |
| Coopercitrus | Nutrimax | Grupo Grão de ouro |
| Corples Alfenas | Renovar - Agronegócio, Ambiental e Topografia | Olam Agrícola LTDA |
| | Agropecuária Fazenda Mineira | Ipanema Coffees |
| Bancos e créditos agrícolas | Chão de minas Agronegócios LTDA | Cofco Internacional |
| Unicred Alfenas | PV agrícola | |
| Sicoob agrocredi | Adicosul | Feiras de agronegócio |
| Sicoob Paraisocred | Cereale | SUPER AGRO |
| Credfenas | Agro Slim | |
| Sicoob Sarom | Agrícola 2B | Fertilizantes |
| Sicredi | A2W Plataforma Agro | Adubos Real |
| | MASTERALFENAS | SAFRA Indústria e Comércio de Fertilizantes de Alfenas LTDA |
| | CASEIH - Racine Tratores | Café Brasil |
| | Somassey | |

Fonte: O autor.

Além dos bens e serviços, assim como aponta Elias (2022), Alfenas conta com instituições de pesquisa voltadas aos interesses agropecuários regionais e

nacionais, corroborando com a variável para delimitar um município como uma cidade do agronegócio. Há o curso de biotecnologia da UNIFAL-MG, responsável também por pesquisas voltadas ao agronegócio, conquanto o destaque vai para a UNIFENAS (Universidade José Rosário Vellano) que possui cursos de graduação em “agronomia” e “medicina veterinária”; especialização em “Direito Ambiental, do Agronegócio e Agrário”; MBA's em “Empreendedorismo do Agronegócio” e “Inovação Tecnológica no Agronegócio”; mestrado em “Ciência Animal”, Reprodução, Sanidade e Bem Estar Animal” e “Sistemas de Produção na Agropecuária”; assim como doutorado em “Reprodução, Sanidade e Bem Estar Animal” (Portal UNIFENAS).

3.1.5.2 Situação agrícola

Alfenas contava em 1988 com um total de hectares destinados à plantação das diversas culturas presentes em seu território de 27.256 ha. Sendo, 8 ha destinados ao cultivo de abacate; 5 ha ao de alho; 2 ha ao de amendoim; 1800 hectares foram utilizados para a plantação de arroz; 50 ha para a de banana; 5 ha destinados ao cultivo da batata doce; 780 ha a plantação de batata inglesa; 11.500 ha utilizados para o plantio de café; 2.478 ha ao cultivo de cana de açúcar; 2.732 ha ao feijão; 2021 ha a laranja; 14 ha ao limão; 50 ha para o cultivo de mandioca; 5000 ha para o plantio de milho; 500 ha ao cultivo de soja; 290 para a tangerina e 21 hectares foram utilizados na plantação de tomate (tabela 9).

Tabela 10: Área (em hectares) plantada e seus respectivos cultivos - Alfenas (MG), 1988

| Alfenas | |
|----------------------|--------------------------------------|
| Produtos agrícolas | Hectares (ha) destinados a plantação |
| Abacate | 8 |
| Alho | 5 |
| Amendoim (em casc | 2 |
| Arroz (em casca) | 1800 |
| Banana (cacho) | 50 |
| Batata-doce | 5 |
| Batata-inglesa | 780 |
| Café (em grão) Total | 11500 |
| Cana-de-açúcar | 2478 |
| Feijão (em grão) | 2732 |
| Laranja | 2021 |
| Limão | 14 |
| Mandioca | 50 |
| Milho (em grão) | 5000 |
| Soja (em grão) | 500 |
| Tangerina | 290 |
| Tomate | 21 |

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal - IBGE (1988)

Já em 2020, houve também um aumento no número de herbáceas plantadas no território de Alfenas, mesmo que menos expressivo do que observado em Campos Gerais, passando de 17 em 1988 para um total de 20 em 2020. Ademais, o número de hectares também aumentou no que concerne o que foi utilizado para o plantio das culturas. O aumento percentual dessa expansão da área agrícola plantada foi de aproximadamente 34,2%, passando de 27.256 hectares em 1988 para 36.588 ha no ano de 2020. Em 2020, o alho ocupou 4 ha do total plantado; a aveia, 200 ha; a banana, 125 ha; a batata doce foi plantada em 20 ha enquanto a batata inglesa ocupou 100 ha; 9.200 ha foram utilizados no cultivo do café; 5.540 na plantação de cana de açúcar; 4.500 ha foram utilizados no plantio de feijão; a goiaba ocupou 11 ha; a laranja, 15 ha; em 5 ha foram plantados limões; 2 ha utilizados no plantio de mamão; 60 ha no de mandioca; 19 ha no de maracujá; o milho ocupou 8.000 hectares; a soja foi cultivada em 7.500 ha; em 600 ha ocupavam o sorgo; 2 ha para o cultivo de tangerina; 35 ha para o tomate e 650 hectares destinados ao cultivo de trigo (tabela 10).

Tabela 11: Área (em hectares) plantada e seus respectivos cultivos - Alfenas (MG), 2020

| Alfenas | |
|----------------------|--------------------------------------|
| Produtos agrícolas | Hectares (ha) destinados a plantação |
| Alho | 4 |
| Aveia (em grão) | 200 |
| Banana (cacho) | 125 |
| Batata-doce | 20 |
| Batata-inglesa | 100 |
| Café (em grão) Total | 9200 |
| Cana-de-açúcar | 5540 |
| Feijão (em grão) | 4500 |
| Goiaba | 11 |
| Laranja | 15 |
| Limão | 5 |
| Mamão | 2 |
| Mandioca | 60 |
| Maracujá | 19 |
| Milho (em grão) | 8000 |
| Soja (em grão) | 7500 |
| Sorgo (em grão) | 600 |
| Tangerina | 2 |
| Tomate | 35 |
| Trigo (em grão) | 650 |

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal - IBGE (2020)

É interessante perceber que em Alfenas houve uma diminuição de 20% – passando de 11.500 ha para 9.500 ha em 2020 – no espaço agrícola utilizado para a plantação de café, o que vai contra a tendência dos demais municípios da RGI. Outrossim, o feijão obteve um aumento de aproximadamente 64,7% – passando de 2.732 ha para 4.500 ha em 2020 – na área total plantada. O que corrobora com o caso anômalo observado nos demais municípios. No que diz respeito à produção do milho em Alfenas, este apresentou um aumento de 60%, passando de 5.000 ha em 1988 para 8.000 hectares no ano de 2020. Ademais, a cana de açúcar sofreu um aumento considerável. Em 1988, a lavoura temporária ocupava 2.478 hectares no município e esse valor aumentou para 5.540 ha em 2020, representando um aumento de 123,5% no total da área. Porém, assim como na maioria dos casos nesse trabalho, a soja foi a que apresentou maior aumento em relação aos demais produtos agrícolas. Em 1988, a *commodity* ocupou 500 hectares no espaço cultivável de Alfenas, aumentando para 7.500 ha em 2020, valores esses que representam um aumento de 1.400% nos hectares destinados à sua plantação. Em

contrapartida, a laranja que ocupou 2021 ha em 1988, responde uma diminuição percentual de 99,2% aproximadamente, ocupando apenas 15 hectares em 2020. Do mesmo modo, o arroz que ocupou uma área considerável em 1988 (1.800 ha) teve sua produção extinta ao longo desses anos analisados.

3.1.6 Carvalhópolis

3.1.6.1 Aspectos demográficos

Carvalhópolis é um município mineiro que faz parte da divisão regional da RGI de Alfenas denominada e caracterizada pelo IBGE. A área da unidade territorial de Carvalhópolis é de 81,101 km² (IBGE, 2021) Segundo o instituto, em 2010 o município contava com uma população residente de 3.341 pessoas e uma densidade demográfica de 41,20 hab/km². Desses moradores, 2.459 habitantes (74 %, aproximadamente) residiam no espaço urbano do município, enquanto a população rural era de 882 pessoas (26%, aproximadamente) (IBGE, 2010). O salário médio mensal dos trabalhadores formais era, no ano de 2020, era de 1,9 salários mínimos, ocupando o 160º lugar no Estado de Minas Gerais e o 5º lugar dentro da RGI de Alfenas (IBGE, 2020). O PIB per capita do município, segundo dados do IBGE (2019) era de R\$13.246,48.

Em 2010, ano do último censo demográfico realizado pelo IBGE, em Carvalhópolis havia 1.438 trabalhadores formais que necessitavam de deslocamento até seu local de trabalho. Este caso assemelha-se a Alfenas em relação a necessidade de utilização de duas variáveis temporais para entendermos melhor a situação do município. O município fica a 16,8 km da cidade de Machado que, comparado aos seus circunvizinhos, pode ser considerada com uma certa centralidade econômica, visto ser o segundo maior município da Região Geográfica Imediata de Alfenas. Essa distância, percorrida por um veículo motorizado, é realizada em menos de 20 minutos, seguindo as leis de trânsito. Dessa forma, se analisarmos apenas aqueles que demoram mais de meia hora para chegarem em seu ambiente de trabalho, iremos ignorar aqueles que se locomovem até Machado diariamente. Porém, a variável de menor valor disponibilizada pelo IBGE possui uma extensão temporal que também abrangeria aqueles que trabalham tanto no município que residem, quanto em Machado, pois parte de 6 até 30 minutos. Por isso, elencamos aqui ambos os casos. Assim a visualização da situação de deslocamento de Carvalhópolis pode ser melhor analisada. Eram 138 aqueles que

levavam mais de meia hora para se deslocarem ao trabalho, totalizando 9,6%. Entretanto, quando analisamos aqueles que demoram de 6 até 30 minutos, esse número sobe para 1054, totalizando 73,3% do total. Sendo que, no último caso poderíamos caracterizar o município como sendo um dormitório para a cidade de Machado.

Carvalhópolis, ao lado de Fama, é um dos municípios com menor número de serviços e comércios presentes na paisagem urbana. Essa variável corrobora com a reflexão dessa cidade como um dormitório para o município de Machado, visto a proximidade com essa centralidade regional e com o alto número de pessoas que possivelmente exercem suas funções profissionais neste segundo município. Os únicos fixos encontrados foram três lojas agrícolas, a EMATER-MG que é presente em significativa parcela dos municípios da região e o Sicoob Credivar que monopoliza boa parte do território da RGI de Alfenas (Quadro 6).

Quadro 6: Comércios e serviços presentes na paisagem urbana, Carvalhópolis (2022)

| Carvalhópolis |
|------------------------------------|
| Bancos e créditos agrícolas |
| Sicoob Credivar |
| Serviços |
| EMATER-MG |
| Casa da Lavoura |
| Agro Moura |
| Café Denê |

Fonte: O autor.

3.1.6.2 Situação agrícola

Em 1988, Carvalhópolis plantou 12 tipos de produtos agrícolas em 2007 hectares que foram utilizados para este fim. Sendo, 5 ha para a plantação de alho; 2 ha para o amendoim; 235 ha para o cultivo de arroz; 10 ha para o plantio de banana; 4 ha para a batata doce; 800 ha para o cultivo de café; 10 ha destinados a cana de açúcar; 330 ha ao feijão; 3 ha de laranja e 3 ha de limão; 5 ha de mandioca e 600 hectares de milho (tabela 11).

Tabela 12: Área (em hectares) plantada e seus respectivos cultivos - Carvalhópolis (MG), 1988.

| Carvalhópolis | |
|----------------------|---|
| Produtos agrícolas | Hectares (ha) destinados a plantação |
| Alho | 5 |
| Amendoim (em casca) | 2 |
| Arroz (em casca) | 235 |
| Banana (cacho) | 10 |
| Batata-doce | 4 |
| Café (em grão) Total | 800 |
| Cana-de-açúcar | 10 |
| Feijão (em grão) | 330 |
| Laranja | 3 |
| Limão | 3 |
| Mandioca | 5 |
| Milho (em grão) | 600 |

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal - IBGE (1988)

Em 2020 a variedade agrícola presente no município caiu significativamente, passando de 12 para 7 tipos de cultivos diferentes. A área plantada – em hectares – sofreu um aumento de 2,5%, aproximadamente, passando de 2007 ha em 1988 para 2057 hectares em 2020 mesmo com a diminuição da pluralidade de culturas. Dos 2057 ha utilizados, 1 hectare foi ocupado pelo plantio de batata doce; 1705 ha para o cultivo do café; 5 ha para cana de açúcar; 125 ha ao cultivo do feijão; o milho ocupou 140 ha; a soja foi plantada em 80 ha enquanto o tomate ocupou 1 hectare do território agrícola do município (tabela 12).

Tabela 13: Área (em hectares) plantada e seus respectivos cultivos - Carvalhópolis (MG), 2020

| Carvalhópolis | |
|----------------------|---|
| Produtos Agrícolas | Hectares (ha) destinados a plantação |
| Batata-doce | 1 |
| Café (em grão) Total | 1705 |
| Cana-de-açúcar | 5 |
| Feijão (em grão) | 125 |
| Milho (em grão) | 140 |
| Soja (em grão) | 80 |
| Tomate | 1 |

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal - IBGE (2020)

A situação agrícola de Carvalhópolis corrobora com a informação de que as commodities agrícolas, ao longo dos anos, vêm ocupando o território agrário da RGI e substituindo outros alimentos que são importantes para a segurança alimentar

brasileira. A plantação de feijão teve uma queda de aproximadamente 62% em relação ao ano inicial da análise. Em contrapartida, o café, principal commodity agrícola da região, aumentou cerca de 113% em comparação aos dois anos analisados. A única fruta que manteve sua produção foi o tomate, porém representado por apenas 1 hectare no espaço agrícola do município. Enquanto a soja aparece, mesmo que de forma discreta, ocupando o território de outros alimentos, com 80 hectares no ano de 2020.

3.1.7 Conceição da Aparecida

3.1.7.1 Aspectos demográficos

O município conta com uma área territorial de 352,521 km² (IBGE, 2019). A população contabilizada no último censo (2010) era de 9.820 pessoas com uma densidade demográfica de 27,86 hab/km². Dentre a população total, 6.199 habitantes (aproximadamente, 63%) residiam na malha urbana do município, enquanto 3.621 (37%, aproximadamente) eram moradores rurais. O salário médio mensal de trabalhadores formais em Conceição da Aparecida era de 2,1 salários mínimos no ano de 2020 (IBGE), ocupando o 95º lugar dentre os municípios do estado e o 2º lugar na Região Geográfica Imediata de Alfenas. O PIB per capita do município era de R\$16.991,81 até o ano de 2019 (IBGE).

Segundo o IBGE (2010), havia no momento da pesquisa 3.943 trabalhadores formais no respectivo município que não exerciam função profissional em sua residência, ou seja, necessitavam de deslocamento até o local de trabalho, seja dentro, ou fora da malha urbana de Conceição da Aparecida. Utilizamos, intentando perceber quantos residentes trabalhavam fora do município a variável temporal acima de meia hora, visto que os outros municípios mais próximos ficam aproximadamente à uma distância que necessita desse tempo de locomoção. Desta forma, 828 habitantes levavam meia hora, ou mais, para se deslocarem de suas residências até seu ambiente profissional, representando 20,10% da população economicamente ativa de Conceição da Aparecida. É necessário, apenas destacar, novamente, que essa variável tende a ser imprecisa, pois não necessariamente nos mostra aqueles que são trabalhadores urbanos os diferenciando dos rurais.

Em relação aos fixos que alteram a paisagem urbana em detrimento do interesse do capital agropecuário, Conceição da Aparecida conta com uma cooperativa – A COOXUPÉ, presente em boa parte dos municípios analisados –, um

banco de crédito agrícola – SICOOB, que também é fortemente territorializado na RGI –, três armazéns e algumas lojas e serviços agrícolas (Quadro 7).

Quadro 7: Comércios e serviços presentes na paisagem urbana, Conceição da Aparecida (2022)

| Conceição da Aparecida | |
|----------------------------------|--------------------------------------|
| Cooperativas | Serviços |
| Cooxupé | Agropecuária Casa do Produtor |
| | Verdeagro Comércio Agropecuária LTDA |
| Bancos e crédito agrícola | Monte Cristo Agronegócios |
| Sicoob Credialp | Agrinova Consultoria |
| | Kokão Tratores |
| Armazéns | Torrefação Grão de Minas |
| Super Safra Armazém | |
| Armazéns Gerais Pontal do Café | |
| Armazéns Gerais Morro Alto | |

Fonte: O autor.

3.1.7.2 Situação agrícola

Seguindo o mesmo princípio de análise que utilizamos nos objetos de pesquisa anteriores a área em hectares utilizados para o cultivo em Conceição da Aparecida no ano de 1988 foi de 5.944 ha. 2 desses hectares foram utilizados na plantação do alho; 350 ha na do arroz; 50 ha para o cultivo de banana; 3.500 ha no cultivo do café; 700 ha no do feijão; 12 ha para o plantio de laranja; 30 ha para o de mandioca e 1.300 ha foram ocupados pela cultura do milho (tabela 13).

Tabela 14: Área (em hectares) plantada e seus respectivos cultivos - Conceição da Aparecida (MG), 1988

| Conceição da Aparecida | |
|------------------------|--------------------------------------|
| Produtos agrícolas | Hectares (ha) destinados à plantação |
| Alho | 2 |
| Arroz (em casca) | 350 |
| Banana (cachos) | 50 |
| Café (em grão) Total | 3500 |
| Feijão (em grão) | 700 |
| Laranja | 12 |
| Mandioca | 30 |
| Milho (em grão) | 1300 |

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal - IBGE (1988).

Já em 2020 houve um aumento de 66%, aproximadamente, na área total do território que foi utilizado para a plantação dos diversos produtos agrícolas, passando de 5.944 ha para 9.872 hectares em 2020. No mesmo ano, foram plantados em 7.354 hectares a cultura do café; a cana de açúcar foi cultivada em 3

ha; o feijão em 150 ha; o girassol em 400 ha; 1.150 hectares foram destinados ao cultivo do milho; 800 ha para a plantação de soja e 15 para a de tomate (tabela 14).

Tabela 15: Área (em hectares) plantada e seus respectivos cultivos - Conceição da Aparecida (MG), 2020

| Conceição da Aparecida | |
|------------------------|--------------------------------------|
| Produtos agrícolas | Hectares (ha) destinados a plantação |
| Café (em grão) Total | 7354 |
| Café (em grão) Arábica | 7354 |
| Cana-de-açúcar | 3 |
| Feijão (em grão) | 150 |
| Girassol (em grão) | 400 |
| Milho (em grão) | 1150 |
| Soja (em grão) | 800 |
| Tomate | 15 |

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal - IBGE (2020).

Esse aumento significativo na área total agrícola utilizada no município não resultou, como consequência, em um aumento na produção de alimentos essenciais à saúde e ao bem estar humano no que diz respeito à segurança alimentar e a luta contra a fome. Pelo contrário, o cultivo de arroz também extinguiu-se durante os anos, assim como o da mandioca, da banana e da laranja. O feijão, que permanece na paisagem agrícola do território, teve uma perda de hectares destinados a sua plantação e apresentou uma redução de cerca de 78,5% do total da área plantada. Em contrapartida, no que concerne aos outros produtos agrícolas, mas, corroborando com a situação vigente da maioria dos municípios, o café – que passou de 3.500 ha para 7.354 hectares em 2020 – teve um aumento de aproximadamente 110,1% em todo o espaço destinado ao seu cultivo.

3.1.8 Divisa Nova

3.1.8.1 Aspectos demográficos

Divisa nova, assim como os demais analisados neste exercício, é um município mineiro que faz parte da RGI de Alfenas, definida pelo IBGE. Em 2010, a população total era de 5.763 pessoas com uma densidade demográfica de 26,56 hab/km² e uma área territorial de 216,955 km² (IBGE, 2019). Do total de residentes, 4.659 pessoas (81%) residiam no centro urbano do município, enquanto 1.104 (19%) eram moradores do campo. Dentre os trabalhadores formais, o salário médio mensal era de 1,6 salários mínimos em 2020 (IBGE, 2020). Esse número coloca o

município no 504º lugar em relação aos demais municípios do estado e no 10º lugar no que diz respeito à comparação com outros municípios da RGI. Assim como, o PIB per capita de Divisa Nova era de R\$13.175,15 até o ano de 2019 (IBGE).

No município havia, em 2010, 2.261 trabalhadores formais que necessitavam de deslocamento para ir ao trabalho (IBGE, 2010). Da mesma forma em que Conceição da Aparecida, os municípios mais próximos ficam aproximadamente à meia hora da cidade de Divisa Nova o que nos leva a utilizar esta variável temporal para análise do deslocamento da população. Do número total de trabalhadores formais que se deslocavam, em 2010, para seus respectivos empregos ou funções profissionais, 689 demoravam meia hora ou mais no trajeto, representando 30,5% da população economicamente ativa de Divisa Nova. Em outras palavras, praticamente 1/3 da população analisada, possivelmente, trabalhava em outro município ou na zona rural o que também é um indicativo da perda de centralidade de Divisa Nova em relação às cidades vizinhas, podendo ser um comparativo para pensarmos no município como uma cidade dormitório.

O que revalida a reflexão sobre pensar Divisa Nova como uma cidade dormitório é a quantidade de fixos voltados ao interesse do agronegócio e da agricultura presentes na paisagem do município. São encontrados na cidade apenas três cooperativas, um banco de crédito agrícola, uma loja e dois prestadores de serviços (Quadro 8).

Quadro 8: Comércio e serviços presentes na paisagem urbana, Divisa Nova (2022)

| Divisa Nova | |
|---|--|
| Cooperativas | Serviços |
| Cooperativa Regional de Produtores de Leite de Serrania | Celeiro AgroPet |
| Corples Divisa Nova | Barbosa Cafeeira - Cleyton Café |
| AgroFet | Torrefação de Café Oriente do Sul de Minas |
| Bancos e crédito rural | |
| Sicoob Agrocredi | |

Fonte: O autor.

3.1.8.2 Situação agrícola

O município contava com um total de 4.652 hectares utilizados na plantação no que diz respeito ao ano de 1988. Desses, 1 hectare foi ocupado pelo cultivo do alho; 192 ha para o arroz; 1 hectare para a banana; 90 ha ao cultivo da batata inglesa; 2050 ha a plantação do café; 198 ha a cana de açúcar; 850 ha para a plantação de feijão; 133 ha foram ocupados pelo cultivo de laranja; 10 ha com o

cultivo de limão; a mandioca foi plantada em 7 ha; o milho em 1.100 hectares e a soja aparecia modestamente com 20 ha (tabela 15).

Tabela 16: Área (em hectares) plantada e seus respectivos cultivos - Divisa Nova (MG), 1988

| Divisa Nova | |
|---------------------------|---|
| Produtos agrícolas | Hectares (ha) destinados a plantação |
| Alho | 1 |
| Arroz (em casca) | 192 |
| Banana (cacho) | 1 |
| Batata-inglesa | 90 |
| Café (em grão) Total | 2050 |
| Cana-de-açúcar | 198 |
| Feijão (em grão) | 850 |
| Laranja | 133 |
| Limão | 10 |
| Mandioca | 7 |
| Milho (em grão) | 1100 |
| Soja (em grão) | 20 |

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal - IBGE (1988)

Houve, então, em 2020 uma diminuição nos hectares plantados no município de Divisa Nova, passando para 4.462 ha, o que representa uma redução de 8,3%, aproximadamente, do território agrícola municipal. Essa diminuição foi acompanhada pela redução de alimentos plantados sendo, que do total, 12 ha foram utilizados para o cultivo da banana; 80 ha para o da batata inglesa; 1.980 ha foram ocupados pelo café; 627 pela cana de açúcar; 410 ha pelo feijão; a laranja ocupou 50 ha; a mandioca, 2 ha; em 700 ha o milho foi cultivado; 400 ha destinados à soja e 3 à tangerina (tabela 16). O relevo do município também um fator auxiliar para o aumento da plantação de milho, cana e soja, visto a possibilidade de mecanização da colheita.

Tabela 17: Área (em hectares) plantada e seus respectivos cultivos - Divisa Nova (MG), 2020

| Divisa Nova | |
|---------------------------|---|
| Produtos agrícolas | Hectares (ha) destinados a plantação |
| Banana (cacho) | 12 |
| Batata-inglesa | 80 |
| Café (em grão) Total | 1980 |
| Cana-de-açúcar | 627 |
| Feijão (em grão) | 410 |
| Laranja | 50 |
| Mandioca | 2 |
| Milho (em grão) | 700 |
| Soja (em grão) | 400 |
| Tangerina | 3 |

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal - IBGE (2020)

Em Divisa Nova, além da diminuição já observada em outros municípios na produção de alimentos para abastecimento interno, aqui, o café também perdeu território, cerca de 3%, mesmo que praticamente tenha mantido sua produção ao longo dos anos. O que difere da maior parte da região é que o café não sofreu aumento de área destinada à sua cultura, mantendo-se praticamente territorializado da forma que era 30 anos atrás. Conquanto, a diminuição de outros alimentos e o não crescimento do café, propiciou uma maior espacialização de outros produtos agrícolas como a soja – que cresceu 1900%, passando de 20 para 400 hectares plantados – e a cana de açúcar – que cresceu 216%, passando de 198 para 627 hectares plantados.

3.1.9 Fama

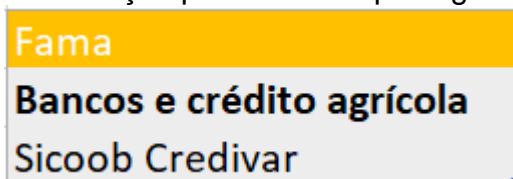
3.1.9.1 Aspectos demográficos

A área territorial de Fama é de 86,024 km² (IBGE, 2020) e o município possuía, até o último censo, uma população de 2.350 pessoas, assim como uma densidade demográfica de 27,32 hab/km². 1.515 moradores (64%) residiam na malha urbana do município e 835 (26%) nas áreas rurais. Fama também possui uma média salarial mensal de 2,1 salários mínimos que coloca o município em 2º lugar em relação aos municípios da RGI de Alfenas, ao lado de Conceição da Aparecida e em 95º lugar em comparação aos diferentes municípios de Minas Gerais (IBGE, 2020). Em relação ao PIB per capita, o valor levantado pelo IBGE foi de R\$16.236,07 no ano de 2019.

Fama, em 2010, possuía uma população economicamente ativa que

necessitava de deslocamento até seu local de trabalho de 827 pessoas (IBGE, 2010). Entretanto, neste caso, para pensarmos o deslocamento desta população optamos pela variável temporal de 6 minutos à meia hora e isso deve-se a algumas características pontuais. A cidade de Fama está espacialmente localizada entre duas das maiores cidades da Região Geográfica Imediata de Alfenas, sendo a de Paraguaçu e Alfenas. Ambos os municípios ficam a menos de meia hora da cidade de Fama. No caso de Alfenas ainda existem duas vias de acesso entre uma cidade e outra, sendo uma asfaltada (mais distante) e uma em solo exposto, uma estrada de terra (bem mais próxima). Se considerarmos apenas aqueles que levam mais de meia hora para chegar no trabalho, desconsideraremos aqueles trabalhadores que exercem sua função profissional nestes dois municípios. Ademais, além da quantidade de população residente em Fama e sua extensão territorial no que refere-se à sua malha urbana, a cidade é conhecida por sua característica turística que atrai pessoas dos municípios vizinhos principalmente aos finais de semana. Como resultado, os poucos comércios e serviços do município estagnam-se durante a semana. Esse fator nos ajuda a corroborar que muitos dos habitantes necessitam buscar trabalho e renda em outros municípios da região, ainda mais inter relacionando essa questão com a centralidade que Alfenas exerce sobre os demais municípios vizinhos. Por conseguinte, analisando o contingente populacional que leva de 6 minutos à meia hora (e acima desse tempo) para chegar no ambiente profissional temos o número de 544 habitantes, representando 65,8% de toda população economicamente ativa. Devemos considerar que englobamos nesta análise muitas pessoas que residem e trabalham em Fama, porém, devido à todo contexto econômico e social do município esse valor corrobora com a paisagem observada durante a semana, com a estagnação dos comércios e serviços, e possivelmente, mostrando as características de uma cidade dormitório.

Reforçando, novamente, o caráter dormitório do município, Fama possui em seus fixos voltados à produção agrícola uma característica singular em relação ao objeto de estudo analisado. Dentre todos os demais, a cidade de Fama é a com menor número de serviços prestados ao agronegócio. Ainda mais, apenas um fixo com essa finalidade foi observado na paisagem da cidade, o Sicoob (Quadro 9). Além dessa variável reforçar a idealização de Fama poder ser considerada uma cidade dormitório para Alfenas, demonstra a monopolização do território pelo banco Sicoob, mesmo onde os interesses do capital não se fazem presentes.

Quadro 9: Comércio e serviços presentes na paisagem urbana, Fama (2022)

Fonte: O autor.

3.1.9.2 Situação agrícola

Ao observarmos o número de hectares plantados no município de Fama, em 1988 esse número era de 2.292 ha. O alho foi cultivado em 5 ha; o arroz, por sua vez, foi plantado em 100 ha; 3 ha foram utilizados para o cultivo de banana; 28 ha para o de batata inglesa; 1.200 ha foram utilizados para o plantio de café; 3 ha para o de cana de açúcar; 330 ha para o feijão; 116 ha para o cultivo de laranja; 7 ha para a mandioca e 500 ha para a plantação de milho (tabela 17).

Tabela 18: Área (em hectares) plantada e seus respectivos cultivos - Fama (MG), 1988

| Fama | |
|----------------------|--------------------------------------|
| Produtos agrícolas | Hectares (ha) destinados a plantação |
| Alho | 5 |
| Arroz (em casca) | 100 |
| Banana (cacho) | 3 |
| Batata-inglesa | 28 |
| Café (em grão) Total | 1200 |
| Cana-de-açúcar | 3 |
| Feijão (em grão) | 330 |
| Laranja | 116 |
| Mandioca | 7 |
| Milho (em grão) | 500 |

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal - IBGE (2020)

Em contrapartida, no ano de 2020, os hectares ocupados por culturas agrícolas tiveram uma diminuição considerável em comparação ao primeiro ano analisado. O número total de hectares plantados passou de 2.292 ha para 1.706, representando uma diminuição de aproximadamente 25,5%. Foram plantados abacates em 3 hectares do município no respectivo ano; 1.200 ha de café; 30 ha de feijão; 2 ha de mandioca; 400 ha foram utilizados para o cultivo de milho; 70 ha para a soja e 1 hectare para o tomate (tabela 18).

Tabela 19: Área (em hectares) plantada e seus respectivos cultivos - Divisa Nova (MG), 2020

| Fama | |
|----------------------|--------------------------------------|
| Produtos agrícolas | Hectares (ha) destinados a plantação |
| Abacate | 3 |
| Café (em grão) Total | 1200 |
| Feijão (em grão) | 30 |
| Mandioca | 2 |
| Milho (em grão) | 400 |
| Soja (em grão) | 70 |
| Tomate | 1 |

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal - IBGE (2020)

Mesmo com a considerável diminuição da área plantada, o café não perdeu espaço no território agrícola de fama, mantendo 1200 hectares em sua plantação. Porém, se levarmos em consideração o percentual de terras que foram utilizadas para o plantio dos produtos agrícolas considerando o total disponível, podemos concluir que a territorialização do café foi ainda maior que no ano de 1988. No ano citado, o percentual ocupado pelo café era 52,36% em relação ao total disponível. Mesmo com o número total inalterado esse percentual, no ano de 2020 passa para 70,34%, em relação ao total plantado, podendo demonstrar essa “monopolização” do território agrícola pela plantação dessa *commodity*. Vale ainda, ressaltar que boa parte dos serviços e comércios instalados no município advém da incidência turística na cidade e seus arredores, banhados pela represa de Furnas.

3.1.10 Serrania

3.1.10.1 Aspectos demográficos

Serrania, um município que faz fronteira com Alfenas, possuía uma população total de 7.542 pessoas em 2010 (IBGE, 2010), densidade demográfica de 36,04 hab/km² e uma área territorial total de 209,270 km² (IBGE 2010, 2020). Dentre toda a população, 6.576 habitantes (87%) residiam no perímetro urbano em comparação aos 966 (13%) residentes rurais. Em 2020, o salário médio mensal dos trabalhadores rurais era de 1,8 salários mínimos fazendo com que o município ocupasse o 6º lugar entre os demais da RGI de Alfenas e a 235ª posição em comparação com os outros municípios de Minas Gerais (IBGE, 2020). O valor do PIB per capita de Serrania foi de R\$16.069,08 em 2020 (IBGE, 2020).

Em 2010, segundo dados do censo demográfico do IBGE, 2.827 habitantes eram trabalhadores formais que precisavam de deslocamento até o emprego, ou

seja, aqueles que não trabalhavam em casa. Visto a distância média de Serrania aos municípios próximos optamos pela variável acima de meia hora para aproximarmos da ideia de quantos residentes do município atuam profissionalmente em outro. Até o ano da pesquisa, 568 pessoas levavam mais de meia hora até seu trabalho, representando $\frac{1}{5}$ da população de Serrania, ou em números percentuais, 20,1%. São números significativos que podem indicar uma certa nuclearidade entre os municípios da região.

Quanto aos fixos demandados pela produção cafeeira e pelo agronegócio da região, Serrania não apresenta uma quantidade significativa ou uma grande variedade de instalações. Conquanto, visto o tamanho demográfico do município, o número total de comércios e serviços não deve ser considerada isoladamente. Em suma, essa reflexão deve ser feita para todos os municípios aqui analisados. É possível analisar na paisagem de Serrania, cooperativas, armazéns, banco de crédito agrícola, assim como algumas lojas e serviços (Quadro 10).

Quadro 10: Comércios e serviços presentes na paisagem urbana, Serrania (2022)

| Serrania |
|---|
| Cooperativas |
| Cooperativa Regional de produtores de leite de Serrania Ltda. |
| Armazéns |
| Monte Sinai Armazém de Café |
| Serviços |
| Campo Forte Agronegócio |
| Gestão Agrominas |
| Nitrogene Agropecuária |
| EMATER-MG |
| Bancos e crédito agrícola |
| Sicoob Agrocredi |

Fonte: O autor.

3.1.10.2 Situação agrícola

No ano de 1988, Serrania contava com 4.584 hectares plantados em todo seu território agrícola. Sendo, 3 ha destinados ao cultivo de alho; 250 ha ao de arroz; 18 ha ao plantio de banana; 90 ha para a cultura de batata inglesa; 2.900 para o café; 90 ha de plantação de cana de açúcar; o feijão ocupava 200 ha; a laranja ocupava 20 ha e o limão 1 hectare; 10 ha eram provenientes da cultura da mandioca; 1.000 ha da do milho; 1 ha para a tangerina e 1 ha para o tomate (tabela 19).

Tabela 20: Área (em hectares) plantada e seus respectivos cultivos - Serrania (MG), 1988

| Serrania | |
|-----------------------------|---|
| Produtos agrícolas | Hectares (ha) destinados a plantação |
| Alho | 3 |
| Arroz (em casca) | 250 |
| Banana (cacho) | 18 |
| Batata-inglesa | 90 |
| Café (em grão) Total | 2900 |
| Cana-de-açúcar | 90 |
| Feijão (em grão) | 200 |
| Laranja | 20 |
| Limão | 1 |
| Mandioca | 10 |
| Milho (em grão) | 1000 |
| Tangerina | 1 |
| Tomate | 1 |

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal - IBGE (1988)

Assim como diversos outros municípios houve uma diminuição na pluralidade de alimentos plantados em Serrania, passando de 13 culturas em 1988 para 9 em 2020. Todavia, os hectares utilizados para a plantação dos produtos agrícolas no território do município tiveram um aumento considerável partindo de 4.584 ha em 1988 para 5.611 hectares em 2022, representado por um aumento de 22,4% no total do espaço agrícola utilizado. Desse total de ha, 3.400 foram utilizados na cultura cafeeira; 540 ha na cana de açúcar; 310 ha na do feijão; a mandioca ocupou 5 hectares das plantações do município; assim como o maracujá ocupou apenas 3 ha; o milho, por outro lado, ocupou 850 ha; a soja, 500 ha; 2 hectares foram ocupados pelo cultivo do tomate e 1 ha para o cultivo da uva (tabela 20).

Tabela 21: Área (em hectares) plantada e seus respectivos cultivos - Serrania (MG), 2020

| Serrania | |
|---------------------------|---|
| Produtos agrícolas | Hectares (ha) destinados a plantação |
| Café (em grão) Total | 3400 |
| Cana-de-açúcar | 540 |
| Feijão (em grão) | 310 |
| Mandioca | 5 |
| Maracujá | 3 |
| Milho (em grão) | 850 |
| Soja (em grão) | 500 |
| Tomate | 2 |
| Uva | 1 |

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal - IBGE (2020)

Alimentos com alto índice nutricional, como o arroz e a batata, deixaram de ser produzidos ao longo dos anos no município de Serrania, restando apenas o feijão, a mandioca e frutas como tomate, maracujá e uva. O feijão merece destaque por apresentar um aumento na área destinada à produção, subindo cerca de 55% – 200 ha para 310 hectares em 2020–. Porém, isso não deve ser considerado como uma subversão ao modo de produção especializado pelo agronegócio, visto o desaparecimento de vários outros alimentos essenciais à saúde humana e ainda o aumento significativo da área destinada ao cultivo de *commodity*. O café apresentou um aumento de aproximadamente 17,2% no que diz respeito à área total destinada ao cultivo. Ademais, a soja, assim como vem comprovando-se ao longo desse exercício, aparece de forma significativa no espaço agrícola do município, com 500 ha destinados ao seu plantio no ano de 2020.

3.1.11 Machado

3.1.11.1 Aspectos demográficos

Machado é o município com o segundo maior contingente populacional dentre os demais analisados, possuindo uma população de 38.688 residentes até o ano de 2010 (IBGE, 2010), uma área territorial de 585,958 km² (IBGE, 2020) e uma densidade demográfica de 66,03 hab/km². Boa parte da população reside na cidade, ou nos limites da malha urbana, sendo um total de 32.068 pessoas (83%), em relação aos 6.620 (17%) moradores do campo. A média salarial dos trabalhadores formais em Machado foi de 2 salários mínimos no ano de 2020 (IBGE, 2020) ocupando o 4º lugar na RGI de Alfenas e a 130ª posição em comparação aos demais municípios do estado. Ademais, o PIB per capita de Machado foi de R\$23.175,74 no ano de 2019 (IBGE, 2019).

Machado possuía em 2010, 14.725 trabalhadores formais que necessitavam deslocar-se até seu trabalho. Destes, 2.355 pessoas levavam meia hora ou mais até seu destino, representando 16% do total. Escolhemos a variável acima de meia hora pois dentre os municípios circunvizinhos à Machado, este é o que apresenta maior número de fixos de serviços e comércios. Pensando assim, é mais provável que os habitantes de Poço Fundo e Carvalhópolis se desloquem até Machado, do que a situação contrária. Obviamente, não descartamos essa possibilidade visto a dinâmica da realidade espacial e econômica do mundo globalizado.

O município possui uma grande quantidade de serviços e comércios no que tange àqueles com relação direta ao complexo agropecuário. A grande variedade de serviços com essa finalidade condiz com a posição do município em relação ao tamanho demográfico e populacional, assim como a alta produção cafeeira. Uma questão que deve ser levantada é sobre a não presença da COOXUPÉ no território do município, este, tendo sua paisagem dominada pela COOPAMA - Cooperativa Agrária de Machado. Ademais, também é observável *tradings* agrícolas, lojas, serviços, bancos de crédito rural, distribuidores de fertilizantes e feira de agronegócio, também realizada pela COOPAMA (Figura). Além dos fixos, há também na cidade a possibilidade de pesquisas e especialização na área agropecuária com o Instituto Federal do Sul de Minas (IFSULDEMINAS), campus Machado. Além dos cursos técnicos em agropecuária, que podem tanto ser realizados por estudantes do ensino médio, quanto por aqueles recém formados nessa etapa do ensino, possui também os cursos superiores de agronomia e zootecnia (Quadro 11).

Quadro 11: Comércios e serviços presentes na paisagem urbana, Machado (2022)

| Machado | | |
|--|---|--|
| Cooperativas COOPAMA | Bancos e crédito agrícola Unicred Machado Sicredi Sicoob Credivar | Celeiro Agronegócios Terra Fértil Agropecuária Agro e Pet Agro Mudas Corsini Agrobrás |
| Armazéns Bernardes Armazéns Gerais LTDA Brancher & Ribeiro - Armazéns Gerais D'Italia - Armazéns Gerais Santa Fé Armazéns Gerais Eireli | Serviços COOPAMA - Tratores e Implementos Café Santo Agostinho Sannetti Comércio e Representações de Café Café Montanha de Ouro Coopama Cafés Especiais Café Creme Shamah Comércio de Café Brancafé Representações Machado Agropecuária Comave - Comércio de Máquinas e Veículos Agro & Rações Comercial Vieira Agro | Giro Produtos Agrícolas EPAMIG - Campo Experimental de Machado Comercial Agropecuária JS DATERRA Casa da Lavoura Agrimaquinas Minas Rural Sossimag - Máquinas Agrícolas Dinamo Inter-agrícola LabFert |
| Fertilizantes GIROAgro Agropecuária Terra Verde | | |
| Feiras do agronegócio Fenec - Feira de Negócios Coopama | | |
| Trading's agrícolas Caixeta & Scalco - Comércio de Importação e Exportação de Café e Cereais | | |

Fonte: O autor.

3.1.11.2 Situação agrícola

Em 1988, Machado possuía uma área plantada de 19.574 hectares. Sendo, 5 hectares destinados à plantação do abacate; 18 ha para o plantio de alho; 3 ha para

o de amendoim; 1.050 ha foram utilizados nas plantações de arroz; 300 ha para o cultivo da banana; 10 ha para a batata doce; o café, por sua vez ocupou uma área de 11.000 hectares no respectivo ano; a cana de açúcar foi plantada em 171 ha; 1.600 ha utilizados na cultura do feijão; 10 ha destinados ao plantio de fumo; 1.073 ha à laranja e 6 ha ao limão; 45 ha foram utilizados para a plantação de mandioca; 4 ha para a manga; o milho ocupou 4.200 ha da área total do município; a soja, por sua vez, ocupou 36 ha; a tangerina, 40 ha e o tomate 3 ha (tabela 21).

Tabela 22: Área (em hectares) plantada e seus respectivos cultivos - Machado (MG), 1988

| Machado | |
|----------------------|--------------------------------------|
| Produtos agrícolas | Hectares (ha) destinados a plantação |
| Abacate | 5 |
| Alho | 18 |
| Amendoim (em casca) | 3 |
| Arroz (em casca) | 1050 |
| Banana (cachos) | 300 |
| Batata-doce | 10 |
| Café (em grão) Total | 11000 |
| Cana-de-açúcar | 171 |
| Feijão (em grão) | 1600 |
| Fumo (em folha) | 10 |
| Laranja | 1073 |
| Limão | 6 |
| Mandioca | 45 |
| Manga | 4 |
| Milho (em grão) | 4200 |
| Soja (em grão) | 36 |
| Tangerina | 40 |
| Tomate | 3 |

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal - IBGE (2020)

No que concerne ao ano de 2020, houve um aumento no número de hectares que foram utilizados para a plantação dos produtos agrícolas no município, passando para 24.215 ha, ou seja, houve um aumento de 23,7% na área total. Os produtos agrícolas também demonstraram uma maior pluralidade de alimentos e herbáceas que foram cultivadas neste ano, passando de 18 em 1988 para 24 em 2020. O abacate ocupou uma área de 11 ha; o alho 1 hectare; a aveia foi cultivada em 300 ha; 35 ha foram destinados a plantação de banana; 20 ha para a batata doce e 120 ha para a batata inglesa; o café foi produzido em uma área total de 13.430 ha; a cana de açúcar em 330 ha; o caqui em 10 ha; já o feijão foi plantado em 750 ha; 10 hectares à plantação de goiaba; 3 ha para a laranja e 6 para o limão; 2 ha para o cultivo da maçã; 7 ha para a mandioca; 2 ha para o maracujá; o milho, em contrapartida ocupou 5.000 hectares no espaço agrícola do município; o palmito

ocupou 2 ha; 7 ha foram utilizados no plantio de pêsego; a soja foi plantada em 3.550 hectares; o sorgo em 500 ha; a tangerina em 7 ha; o tomate em 12 ha e o trigo ocupou 100 hectares (tabela 22).

Tabela 23: Área (em hectares) plantada e seus respectivos cultivos - Machado (MG), 2020

| Machado | |
|-------------------|--------------------------------------|
| Produtos agrícola | Hectares (ha) destinados a plantação |
| Abacate | 11 |
| Alho | 1 |
| Aveia (em grão) | 300 |
| Banana (cacho) | 35 |
| Batata-doce | 20 |
| Batata-inglesa | 120 |
| Café (em grão) Tc | 13430 |
| Cana-de-açúcar | 330 |
| Caqui | 10 |
| Feijão (em grão) | 750 |
| Goiaba | 10 |
| Laranja | 3 |
| Limão | 6 |
| Maçã | 2 |
| Mandioca | 7 |
| Maracujá | 2 |
| Milho (em grão) | 5000 |
| Palmito | 2 |
| Pêssego | 7 |
| Soja (em grão) | 3550 |
| Sorgo (em grão) | 500 |
| Tangerina | 7 |
| Tomate | 12 |
| Trigo (em grão) | 100 |

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal - IBGE (2020)

É interessante notarmos que houve um aumento na plantação de frutas no município, ou melhor, houve a distribuição espacial no território agrícola por algumas frutas que não eram cultivadas no ano de 1988, como o caqui, goiaba, maçã, maracujá e pêsego. Conquanto, os hectares somados destinados a estes cultivos somam 31 ha. Em números percentuais esse espaço representa aproximadamente 0,1% do território agrícola total do município. Por outro lado, a soja cresceu 9.761% e o café – que já possuía uma área considerável destinada ao seu cultivo – cresceu 22%, demonstrando essa territorialização das *commodities* em detrimento do desaparecimento, ou ao menos da diminuição, de alimentos voltados para a subsistência.

3.1.12 Paraguaçu

3.1.12.1 Aspectos demográficos

Paraguaçu, em 2010 possuía uma população contabilizada de 20.245 pessoas, uma densidade demográfica de 47,71 hab/km² e uma área territorial de 424,296 km² (IBGE, 2010, 2020). Na cidade residiam 16.679 habitantes (82%) em relação à população rural que totalizava 3.566 pessoas (18%). O salário médio mensal da população em situação de emprego formal foi de 1,5 salários mínimos no ano de 2020 (IBGE, 2020), número esse que faz o município ocupar o 13º lugar dentre os demais da RGI e a 652ª posição em relação comparativa aos demais municípios de Minas Gerais. Outrossim, o PIB per capita de Paraguaçu somou R\$23.698,69 no ano de 2019 (IBGE, 2019).

No caso de Paraguaçu, 7.744 trabalhadores formais trabalhavam fora de sua residência e necessitavam de um deslocamento diário até o seu espaço profissional (IBGE, 2010). 1.023 pessoas desse total levavam mais de meia hora até o local do trabalho, representando 13,20%. Essa variável temporal foi escolhida pela distância média entre os municípios circunvizinhos e as centralidades mais próximas, visto o caso de Fama. O deslocamento até Fama leva menos do que esse tempo médio, entretanto, o número de fixos em Paraguaçu é bem maior, assim como seu contingente populacional, o que seria possivelmente uma consideração contraditória se levássemos em conta que boa parte da população residente de Paraguaçu trabalhasse em Fama. Ademais, Paraguaçu é conhecida regionalmente por suas fábricas de ternos, o que conseqüentemente emprega boa parcela da população.

Na situação comercial e de serviços voltados à produção agrícola, instalados na paisagem urbana, Paraguaçu conta com cooperativas, bancos de crédito agrícola, distribuidora de fertilizantes, armazéns e lojas e prestadoras de serviços (Quadro 12).

Quadro 12: Comércio e serviços presentes na paisagem urbana, Paraguaçu (2022)

| Paraguaçu | |
|---|--|
| Cooperativas | Serviços |
| Cooperativa Mista Agropecuária de Paraguaçu | Bela Safra Comércio de Café |
| | Vitória Colheita Mecanizada em Paraguaçu e Colheitadeira de Café |
| Banco e crédito agrícola | Café Forte Agronegócios |
| Sicredi | Santa Terra |
| Siccob Credivar | Tractor Truck |
| | Feijão do Dia |
| Fertilizantes | Cerealista Campo Grande |
| FitoVet - Insumos Agropecuários | Romeu R Pereira |
| | BR Tratores |
| Armazéns | Cassimaq |
| Terra Forte Armazéns Gerais | |
| Santa Cecília Armazéns Gerais | |

Fonte: O autor.

3.1.12.2 Situação agrícola

No ano de 1988, Paraguaçu possuía uma área cultivada de 9.184 hectares. Sendo 2 ha destinados ao cultivo do abacate; 6 ha para o do alho; 4 ha para o amendoim; 472 ha provenientes da plantação de arroz; 14 ha para a banana; 4 ha ao cultivo de batata doce e 143 ha para o plantio de batata inglesa; 5.500 ha foram destinados a plantação de café; 12 ha para a de cana de açúcar; 1.150 ha utilizados no cultivo de feijão; 8 ha no cultivo da laranja; 10 ha no da mandioca; o milho ocupou 1.850 hectares no espaço agrícola do município; a tangerina 5 ha e o tomate 4 ha (tabela 23).

Tabela 24: Área (em hectares) plantada e seus respectivos cultivos - Paraguaçu (MG), 1988.

| Paraguaçu | |
|----------------------|--------------------------------------|
| Produtos agrícolas | Hectares (ha) destinados a plantação |
| Abacate | 2 |
| Alho | 6 |
| Amendoim (em casca) | 4 |
| Arroz (em casca) | 472 |
| Banana (cachos) | 14 |
| Batata-doce | 4 |
| Batata-inglesa | 143 |
| Café (em grão) Total | 5500 |
| Cana-de-açúcar | 12 |
| Feijão (em grão) | 1150 |
| Laranja | 8 |
| Mandioca | 10 |
| Milho (em grão) | 1850 |
| Tangerina | 5 |
| Tomate | 4 |

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal - IBGE (2020)

Paraguaçu foi o município que mais teve aumento de área destinada ao cultivo em sua extensão territorial. O valor mais do que dobrou, passando para

18.393 hectares plantados no ano de 2020. A quantidade de alimentos e herbáceas plantadas, por sua vez, praticamente manteve-se inalterada, salvo pela troca de algumas culturas e surgimento de outras, passando de 15 em 1988 para 16 em 2020. Desse total de área cultivada 300 ha foram destinados a plantação de aveia; 3 ha a plantação de banana; 100 ha utilizados no cultivo de batata inglesa; o café ocupou 9.050 hectares; a cana de açúcar, 78 ha; 1.200 foram ocupados pelas plantações de feijão; 115 ha pela de limão, 10 ha para o cultivo da mandioca; 1 ha para a manga e 1 ha para o maracujá; 3.600 ha destinados ao plantio de milho; 3.700 ha para o cultivo da soja; o sorgo ocupou 200 ha do espaço agrícola; a tangerina ocupou 2 ha; o tomate, 3 ha e o trigo 30 ha (tabela 24).

Tabela 25: Área (em hectares) plantada e seus respectivos cultivos - Paraguaçu (MG), 2020

| Paraguaçu | |
|----------------------|--------------------------------------|
| Produtos agrícolas | Hectares (ha) destinados a plantação |
| Aveia (em grão) | 300 |
| Banana (cachos) | 3 |
| Batata-inglesa | 100 |
| Café (em grão) Total | 9050 |
| Cana-de-açúcar | 78 |
| Feijão (em grão) | 1200 |
| Limão | 115 |
| Mandioca | 10 |
| Manga | 1 |
| Maracujá | 1 |
| Milho (em grão) | 3600 |
| Soja (em grão) | 3700 |
| Sorgo (em grão) | 200 |
| Tangerina | 2 |
| Tomate | 3 |
| Trigo (em grão) | 30 |

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal - IBGE (2020)

É possível percebermos que a maioria dos valores, refletindo sobre alimentos ricos em nutrientes e primordiais para a manutenção da saúde humana, praticamente foram inalterados, visto o apontamento feito sobre a mudança das culturas. Por outro lado, o café e o milho, respectivamente, tiveram um aumento de 64,5% e 94,5%. Da mesma forma a soja ocupou uma parcela significativa do território de Paraguaçu, aproximadamente 20% de todo o espaço destinado à plantação, reforçando, mais uma vez, a *commoditização* aparente na paisagem do espaço geográfico do município.

3.1.13 Poço Fundo

3.1.13.1 Aspectos demográficos

Poço Fundo, por fim, contava com uma população residente de 15.959 habitantes em 2010, uma densidade demográfica de 33,65 hab/km² e uma área territorial de 474,244 km². Na cidade residiam 9.281 (58%) pessoas e um número significativo de habitantes, 6.678 (42%), eram moradores rurais. Esse município é o que apresenta maior número de pessoas que residem no campo, assim como seu espaço urbano é dotado de ruralidades e de fixos e fluxos que visam atender as demandas do agronegócio cafeeiro do município, espacialmente territorializado e largamente especializado. A área territorial de Poço Fundo é de 474,244 km² (IBGE, 2020) e sua média salarial foi de 1,7 salários mínimos no ano de 2020 (IBGE, 2020), ocupando o 9º lugar na RGI e o 351º lugar em Minas Gerais. Além do mais, seu PIB per capita foi de R\$17.461,59 no ano de 2019 (IBGE, 2019).

Poço Fundo fica localizado a 16km da cidade de Machado, a segunda maior cidade da RGI de Alfenas. Respeitando as leis de trânsito o trajeto leva cerca de 17 minutos para ser realizado. Essa afirmativa é importante para explicitarmos nossa variável de análise no que diz respeito ao deslocamento da população trabalhadora formal e economicamente ativa. Como já aconteceu em outros municípios dessa reflexão, se levarmos em consideração apenas aquela população que leva mais de meia hora para chegar no ambiente de trabalho, desconsideraremos, provavelmente, a maior parcela de trabalhadores que residem em Poço Fundo mas exercem algum tipo de atividade profissional em outra cidade, no caso a de Machado. Por isso, mesmo abrangendo uma população que reside e trabalha em Poço Fundo, optamos por utilizar a variável temporal de 6 minutos até meia hora, somados aos que levam mais de meia hora para chegar no trabalho, assim podemos ter uma ideia mais aproximada de quantas pessoas trabalham em municípios vizinhos.

Em 2010, segundo os dados do IBGE, Poço Fundo contava com 7.107 pessoas em trabalhos formais que necessitavam de deslocamento até seu local de trabalho. Destes, 5.463 levavam de seis minutos até meia hora (e mais tempo) para chegar no serviço, número muito significativo que representa 76,90% da população total analisada. Porém, como mencionado, possivelmente boa parte dessa população reside e trabalha em Poço Fundo. Devido a esta questão é importante que analisemos também apenas as pessoas que levam mais de meia hora para chegar no trabalho, que são representados por 1.127 pessoas, ou seja, 15,8% da

população trabalhadora e economicamente ativa. A disparidade entre estes dois valores revela e possivelmente corrobora com a situação de que boa parte do contingente populacional de Poço Fundo trabalha na centralidade mais próxima, a cidade de Machado.

Ao olharmos para a variável de fixos necessários à produção agrícola instalados na cidade, Poço Fundo difere-se dos demais municípios levando em consideração dois pontos. O primeiro diz respeito ao próprio contingente populacional. A segunda questão é em relação ao possível deslocamento dos residentes do município para trabalhar em outras localidades, pensando novamente na importância de Machado para a região e a distância entre essas duas cidades. No caso de Divisa Nova, ou Fama, os fixos instalados corroboram com o deslocamento e com a quantidade de habitantes. Entretanto, ao analisarmos Poço Fundo, há uma quantidade considerável e que, possivelmente, mais do que supre as necessidades do campo produtor. O número de cooperativas e de armazéns é bem grande, sendo que o segundo ultrapassa até mesmo os instalados em Alfenas. Outrossim, a variedade de serviços também é significativa (Quadro 13).

Quadro 13: Comércios e serviços presentes na paisagem urbana, Poço Fundo (2022)

| Poço Fundo | |
|---|--|
| Cooperativas | Serviços |
| COOPAMA | Aprocem |
| Cooperativa Agropecuária de Poço Fundo | Torrefação e Moagem Poço Fundo |
| Cooperativa de Crédito Rural do Vale do Rio Verde | Casa do produtor |
| Coocaminas | Agropecuária Mãe Rainha |
| Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo | Agropecuária Poço Fundo |
| | Gota Fértil - Irrigação e Máquinas Agrícolas |
| Banco e crédito rural | Celeiro Agronegócios |
| Sicoob Credivar | AgroMinas |
| | Indústria de laticínios Poço Fundo |
| Armazéns | EMATER-MG |
| Armazém Coopfam | Terra Fértil |
| Cafeminas Armazém e Corretora de café | Terra Mãe Consultoria Ambiental e Agrônômica |
| Santa Helena Armazéns Gerais e Beneficiamento de Café | Comercial Agropecuária Treslaudino |
| Almeida Dias Armazéns | |
| Armazém Ferreira | |
| Damasco Armazéns Gerais | |
| Tavares & Tavares Armazéns Gerais | |
| Nannetti & Almeida Armazéns Gerais | |

Fonte: O autor.

A COOXUPÉ também não está presente na malha urbana ou na área rural do município, dando espaço a outras cooperativas, inclusive a Cooperativa de Agricultores Familiares de Poço Fundo que desempenha um papel importante para os agricultores familiares incluídos na cadeia agroprodutiva. A grande variedade de

serviços e comércios pode ser um fator que contribui para a conceituação desse pequeno centro urbano como uma cidade do agronegócio, com seus fixos, fluxos e a principal renda advinda da cadeia agroexportadora e suas demandas econômico-produtivas.

3.1.13.2 Situação agrícola

Em 1988, o município de Poço Fundo plantou produtos agrícolas em 7.622 hectares, sendo: 4 ha utilizados no plantio de alho; 580 ha no de arroz; 115 ha no de banana; 5 ha para a plantação de batata doce e 96 ha para a de batata inglesa; o café foi plantado em 3.400 hectares; a cana de açúcar em 60 ha; 440 ha foram utilizados para o plantio de feijão; 8 ha para o de figo; 350 ha para o de fumo; 11 ha para o cultivo da laranja; 4 ha para o de limão; 20 ha para a mandioca; 2.500 ha para o de milho; 6 ha para a plantação de pessegueiros; 8 ha utilizados no cultivo de tangerina e 15 ha no de tomate (tabela 25).

Tabela 26: Área (em hectares) plantada e seus respectivos cultivos - Poço Fundo (MG), 1988

| Poço Fundo | |
|---------------------|--------------------------------------|
| Produtos Agrícolas | Hectares (ha) destinados a plantação |
| Alho | 4 |
| Arroz (em casca) | 580 |
| Banana (cacho) | 115 |
| Batata-doce | 5 |
| Batata-inglesa | 96 |
| Café (em grão) Tota | 3400 |
| Cana-de-açúcar | 60 |
| Feijão (em grão) | 440 |
| Figo | 8 |
| Fumo (em folha) | 350 |
| Laranja | 11 |
| Limão | 4 |
| Mandioca | 20 |
| Milho (em grão) | 2500 |
| Pêssego | 6 |
| Tangerina | 8 |
| Tomate | 15 |

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal - IBGE (2020)

No ano de 2020, Poço Fundo teve um aumento de 21,1% de toda sua área cultivada, passando para 9.231 o total de hectares. Ademais, a variedade agrícola diminuiu, contradizendo o aumento do espaço destinado ao plantio. Do total de hectares, 3 ha foram utilizados no cultivo de abacate; 88 ha na plantação de banana;

20 ha na de batata doce e 20 ha na de batata inglesa; 7.801 hectares foram ocupados pelo café; 81 ha pela cana de açúcar; 146 ha pelo feijão; 120 ha para o fumo; 2 ha para a mandioca; 930 ha para a plantação de milho e 20 ha para a de tomate (tabela 26).

Tabela 27: Área (em hectares) plantada e seus respectivos cultivos - Poço Fundo (MG), 2020

| Poço Fundo | |
|---------------------|--------------------------------------|
| Produtos agrícolas | Hectares (ha) destinados a plantação |
| Abacate | 3 |
| Banana (cacho) | 88 |
| Batata-doce | 20 |
| Batata-inglesa | 20 |
| Café (em grão) Tota | 7801 |
| Cana-de-açúcar | 81 |
| Feijão (em grão) | 146 |
| Fumo (em folha) | 120 |
| Mandioca | 2 |
| Milho (em grão) | 930 |
| Tomate | 20 |

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal - IBGE (2020)

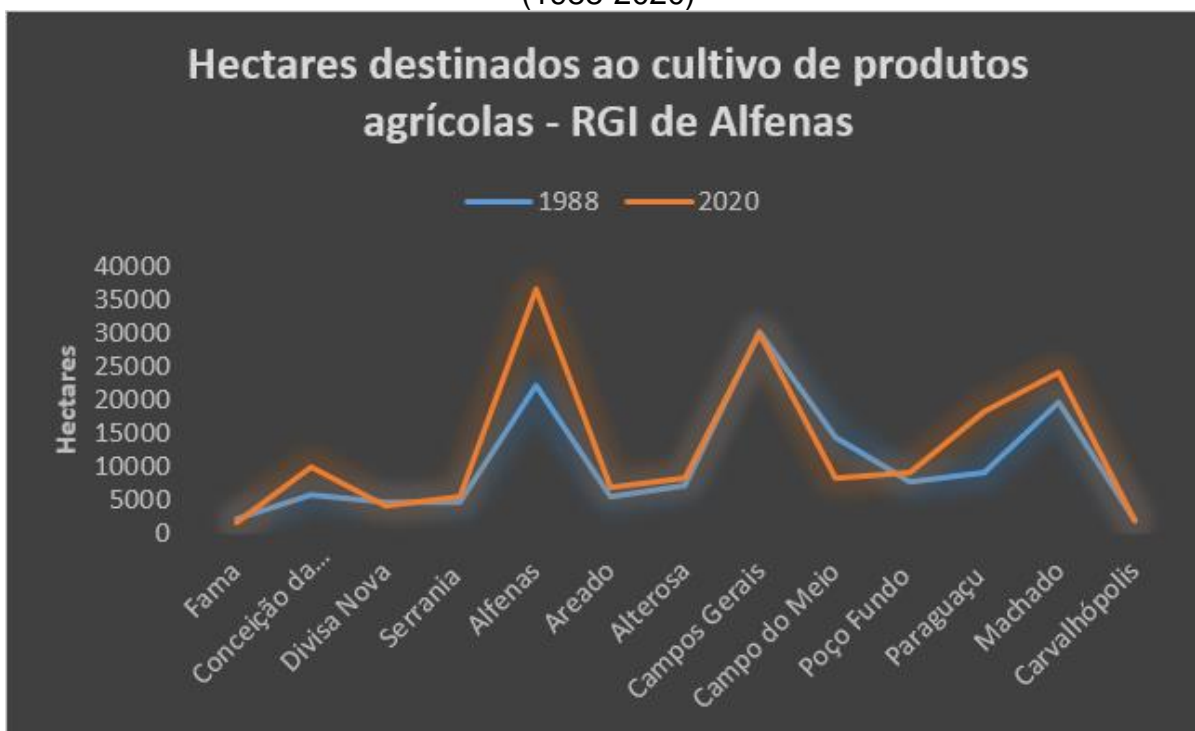
É necessário ressaltar que Poço Fundo é regionalmente conhecido pela plantação de fumo e na própria fabricação de cigarros de palha que carregam o nome do município em sua marca: Palheiros Poço Fundo. Mesmo com a importância do produto para a economia e para a geração de empregos locais, este vem cedendo espaço para o aumento da plantação de café. A commodity teve um aumento de 129,5% em contradição pela diminuição da plantação de fumo em 65,7%. Outro ponto interessante do município, além da diminuição dos alimentos essenciais é que este, entre todos os analisados, foi o único em que a soja não foi plantada em ambos os anos. Apenas em 2003 e 2019 é que algum espaço agrícola foi destinado ao seu cultivo, porém em números pouco significativos, sendo, respectivamente, 50 hectares e 12 ha. É necessário uma pesquisa mais aprofundada sobre o próprio município para que entendamos quais são os reais fatores dessa negação à *commodity* agrícola que vêm ganhando espaço na região, principalmente, na última década. Entretanto, a geomorfologia local pode ser um fator que corrobora com a falta dessa herbácea no território do município. Os morros demasiados acentuados de Poço Fundo são um obstáculo à mecanização do campo em boa parte de sua extensão, fator esse necessário para a manutenção das

grandes lavouras de soja.

3.2 Da diversidade agrícola a especialização na RGI de Alfenas

É preciso apresentar que a área total destinada ao plantio de produtos agrícolas da RGI de Alfenas alterou-se durante os 30 anos que foram analisados neste trabalho (gráfico 5). Em 1988, 135.760 hectares foram utilizados para os diversos cultivos existentes no recorte espacial analisado. Esse número subiu para 165.361 ha no ano de 2020.

Gráfico 5: Área disponível para o plantio de culturas agrícolas - RGI de Alfenas (1988-2020)

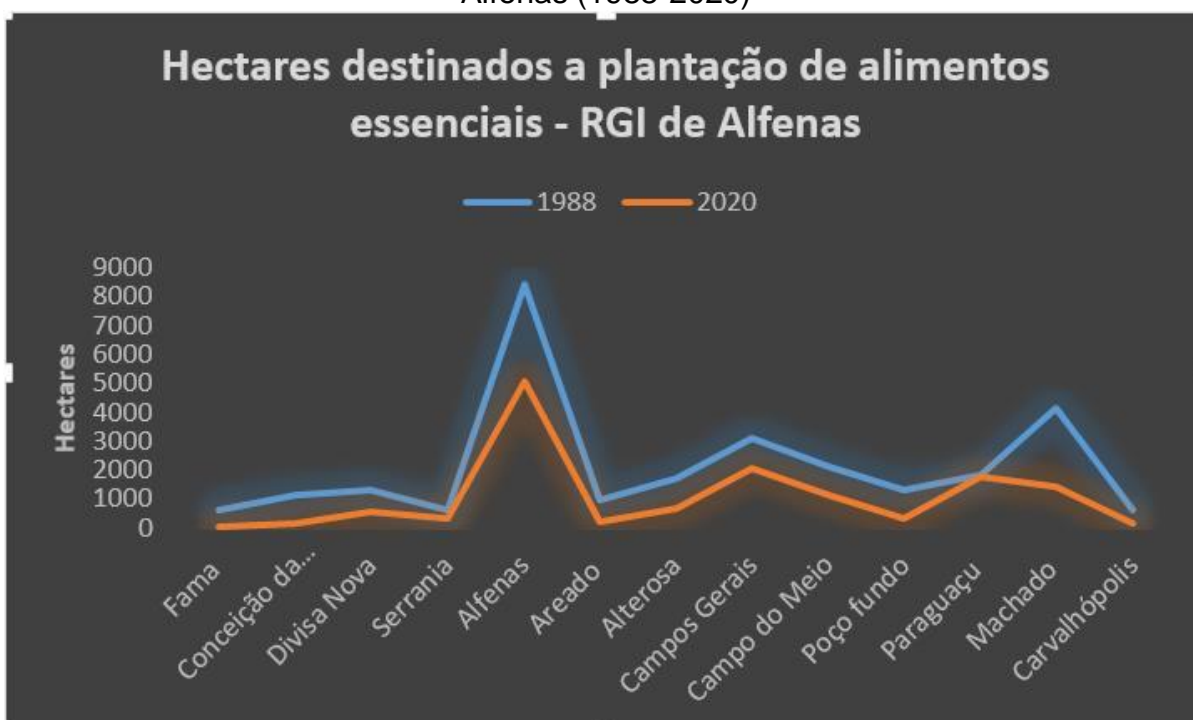


Fonte: IBGE (1988-2020)

Houve um aumento considerável na área destinada à plantação nos municípios que fazem parte da Região Geográfica Imediata de Alfenas, em números percentuais este aumento foi de aproximadamente 22%, com destaque para o município de Alfenas que contava com 22.265 ha em 1988 e passou a plantar em 36.588 ha no ano de 2020. Entretanto, os hectares dedicados ao cultivo de alimentos essenciais à manutenção humana e à segurança alimentar apresentaram um decréscimo considerável em detrimento do aumento da produção de *commodities* na região. No ano de 1988, 27.742 hectares – 20,5% em relação à área total – foram utilizados para plantar alimentos essenciais, que elencamos aqui como

verduras, leguminosas e grãos de consumo diário e necessário para uma dieta balanceada e com um bom nível nutricional (arroz e feijão). Em contrapartida, apenas 13.781 hectares – aproximadamente 8% em relação à área total – foram utilizados para o plantio desses mesmos alimentos em 2020, demonstrando uma queda de mais da metade da produção desses alimentos ao longo dessas três décadas (gráfico 6).

Gráfico 6: Hectares destinados à plantação de alimentos essenciais - RGI de Alfenas (1988-2020)



Fonte: IBGE (1988-2020)

Em uma relação antagônica e contraditória a plantação de café, que em 1988 era cultivada em 73.375 hectares (54%) da região teve um aumento em números totais da área destinada ao plantio. Em 2020, 87.394 hectares (53%) foram utilizados para a plantação da *commodity* (gráfico 7). Temos que considerar que os números percentuais no que concerne a produção de *commodities* podem ser tendenciosos. No caso do café e de vários outros produtos destinados à exportação, normalmente, há uma necessidade maior de tecnologias, tanto maquinário, quanto sementes, insumos e agrotóxicos ditados pela necessidade do capital agroexportador em lucrar. Mesmo que os números percentuais se assemelham entre os anos, a produção tende, hoje, a ser maior do que a três décadas atrás, devido a essas variáveis. O que não serve como referência quando refletimos sobre a produção de alimentos essenciais, de forma geral. Conquanto, mesmo com a semelhança entre os

percentuais entre os anos, o número total ainda tornou-se maior, refletindo a territorialização cafeeira acompanhada pelo aumento das áreas plantadas da região.

Gráfico 7: Hectares destinados à plantação de café - RGI de Alfenas (1988-2020)



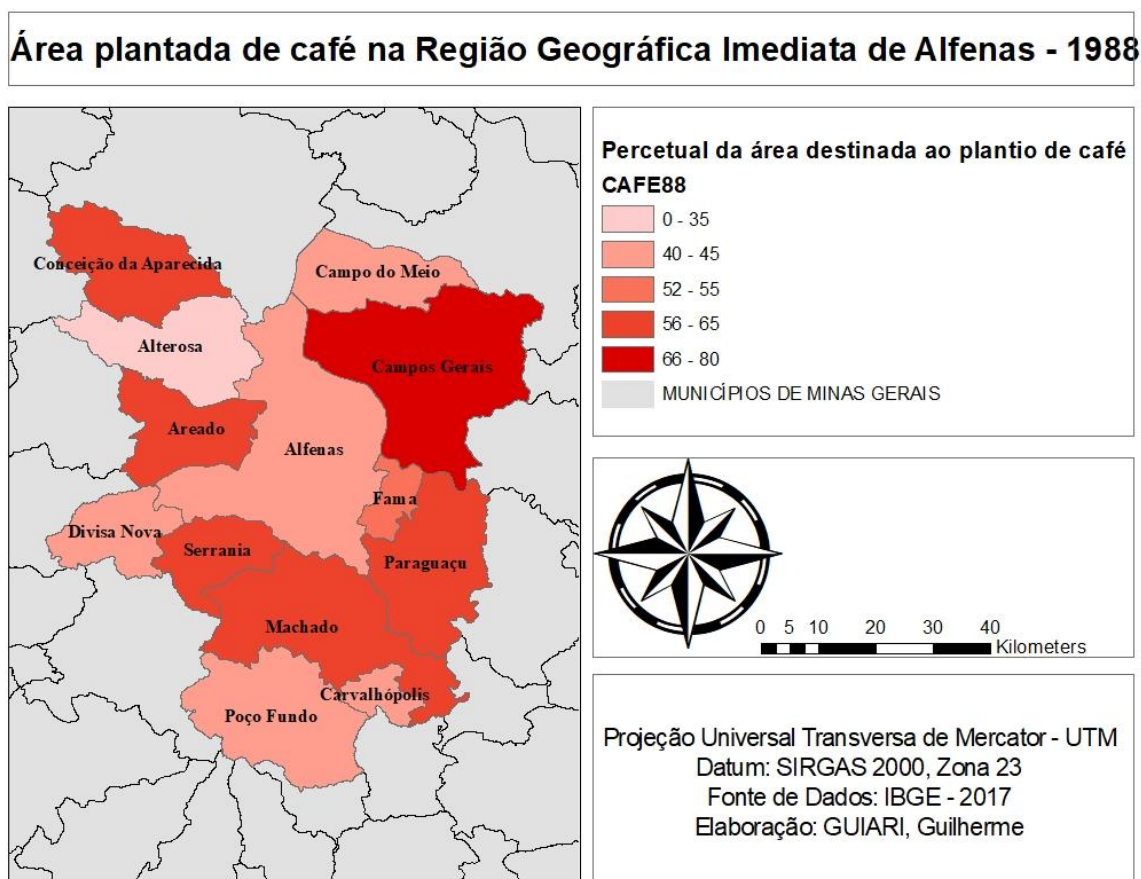
Fonte: IBGE (1988-2020)

Esse aumento exponencial na maior parte dos municípios da região Geográfica Imediata demanda algumas considerações. A produção dessa commodity vem substituindo o espaço rural, antes destinado à plantação de alimentos essenciais à vida humana (Mapas 3 e 4)⁴. Em Carvalhópolis, por exemplo, havia em 1988, 235 hectares de área destinados ao plantio de arroz e 330 hectares para o plantio de feijão. Em 2020 a área total plantada de feijão no município foi de 125 hectares. A de arroz, por sua vez, foi extinta, não sendo destinado nenhum hectare para sua plantação (IBGE, 2020). Para explicitar melhor essa relação, analisemos o total de hectares destinados ao plantio de alimentos que, aqui, consideramos como essenciais para a manutenção da vida humana – grãos, leguminosas, verduras e frutas – e sua comparação entre os anos de 1988 e 2020. No que tange todo o espaço da RGI de Alfenas, em 1988, 27.742 hectares foram

⁴ Optamos por utilizar o percentual de área destinada ao café em relação à área total nos mapas para facilitar a visualização.

utilizados para a plantação de alimentos essenciais. Antagonicamente, em 2020, esse número caiu para 13.781 hectares, ou seja, uma redução de 50,32% no que concerne ao espaço destinado para plantação na RGI (IBGE, 2020). Esses números corroboram espacialmente a *commoditização* (ALVES, 2021) do território da região ao encontro dos interesses e necessidades do capital agroindustrial.

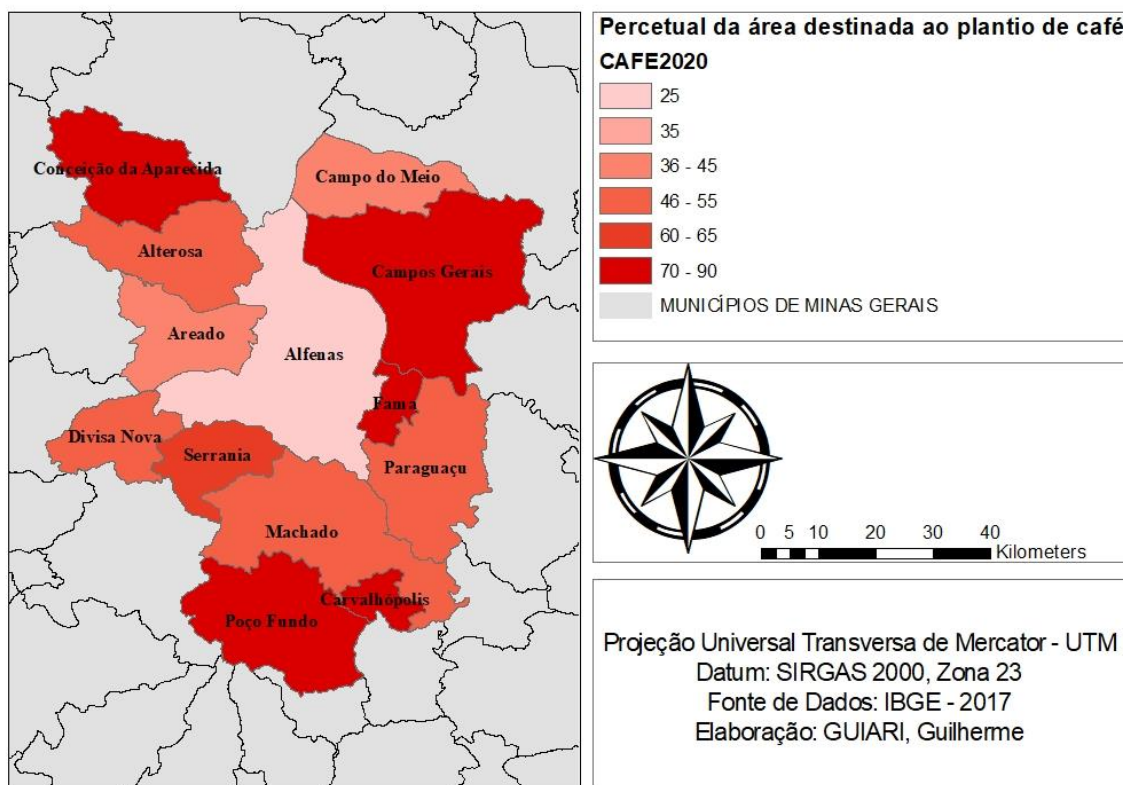
Mapa 3 - Área percentual de cultivo de café na Região Geográfica Imediata de Alfenas – Minas Gerais, Brasil (1988).



Fonte: O autor.

Mapa 4 - Área percentual de cultivo de café na Região Geográfica Imediata de Alfenas – Minas Gerais, Brasil (2020).

Área plantada de café na Região Geográfica Imediata de Alfenas - 2020



Fonte: O autor.

Pensando na totalidade concreta dessa relação, ela denota – além da fragilidade alimentar consequente da diminuição desse cultivo – ou a expulsão dos agricultores familiares que antes plantavam esses alimentos, ou o aumento da inserção deles na cadeia produtiva agroindustrial, reflexão essa corroborada na região pelo alto índice de agricultores familiares cooperados pela COOXUPÉ, representando mais de 95% de todos os mais de 14 mil agricultores incluídos na cooperativa (MELO & ALVES, 2020, p. 219) , não excluindo a eventual relação dialética entre essas duas possibilidades. Ademais, uma vez que esses alimentos deixam de ser cultivados localmente, o próprio ciclo econômico e funcional da cidade demanda a importação destes para a manutenção e o funcionamento da dela, consequentemente, criando fluxos logísticos de transporte e potencializando o fluxo de pessoas dentro desses centros urbanos. Conquanto, como resultado, há o aumento do preço desses alimentos, fragilizando ainda mais a população e tornando-se mais um obstáculo para a segurança alimentar e o combate à fome.

Outra *commodity* que merece destaque na discussão é a soja. Se somarmos

todos os municípios da região geográfica imediata de Alfenas foram plantados, em 1988, 950 hectares desta herbácea. Esse número, em 2020 passou para 22.600 hectares representando um aumento percentual de 2.279% aproximadamente. O gráfico 8, mostra, através de uma análise cronológica e quantitativa, em quais anos os aumentos foram mais significativos, levando em consideração todos os municípios da RGI somados.

Gráfico 8: Área cultivada de soja entre os anos de 1988 e 2020



Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal, 1988-2020.

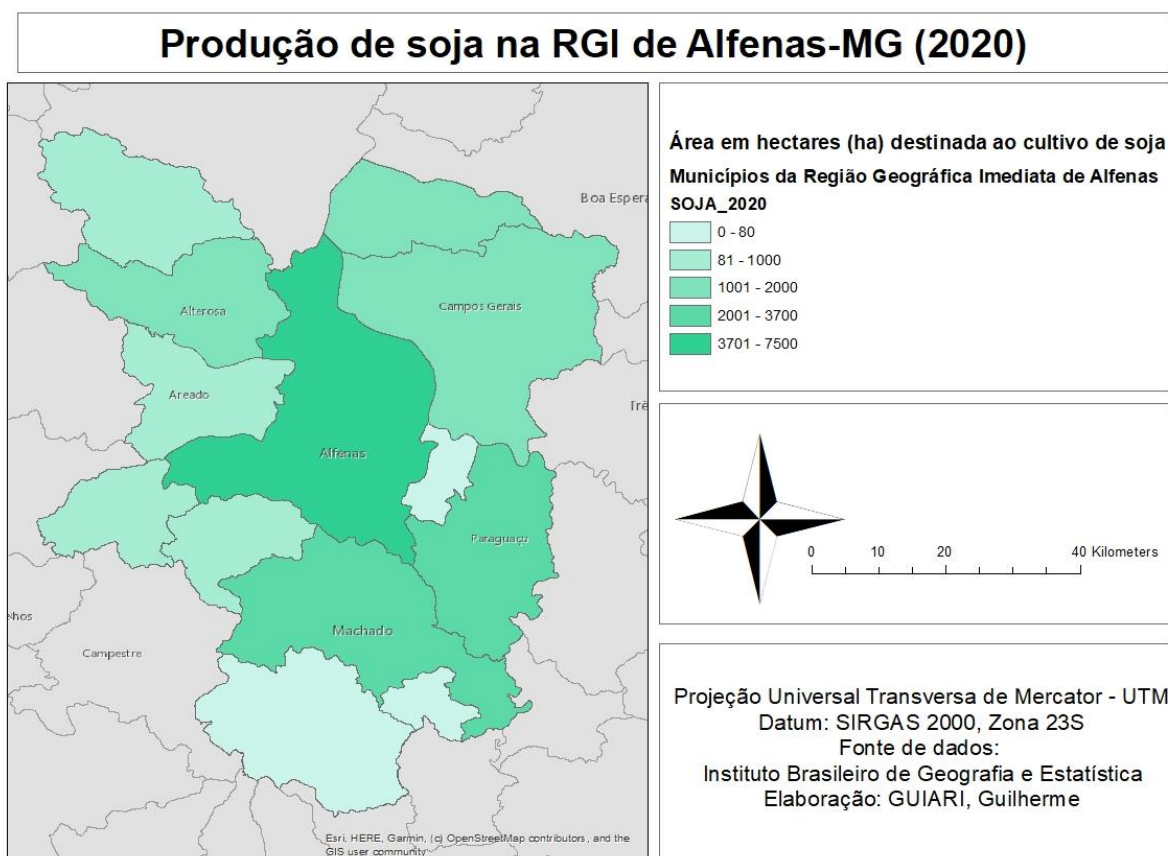
Uma importante reflexão dá-se ao analisarmos os anos em que o aumento foi mais significativo. Em 2012 a produção ocupava 1.003 hectares. Esse número mais do que dobrou em 2013, passando para 2.075 h. Da mesma forma, nos anos subsequentes o aumento foi substancial, representado pelos seguintes números:

- 2014: 5.430 hectares;
- 2015: 9.870 hectares;
- 2016: 14.970 hectares;
- 2017: 17.341 hectares;
- 2018: 17.931 hectares;
- 2019: 19.832 hectares;
- 2020: 22.600 hectares.

Coincidentemente, ou – provavelmente – não, foram na temporalidade de mudanças políticas e ideológicas no Estado brasileiro que o aumento da produção de soja na região cresceu de forma única. Ademais, foi a partir da extinção do

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que a produção desse grão ultrapassou os 15 mil hectares, chegando a 22 mil em 2020. A distribuição espacial do cultivo da soja em 2020 pode ser vista através do mapa 5, sendo Alfenas, o município que mais dedica hectares à sua plantação, totalizando, em 2020, 7.500 h.

Mapa 5: Área cultivada de soja na RGI de Alfenas, 2020



Fonte: O autor.

A diminuição do plantio de alimentos essenciais, aliada ao aumento significativo da plantação de soja, do aumento e manutenção da plantação de café e da especialização produtiva observada tanto no campo, como nas cidades da RGI, revalida a conceituação feita por Alves (2021) e representa uma *commoditização* do território em favor do capital do agronegócio. Ainda, algumas cidades da RGI demonstram tendências de ser, ou tornar-se, segundo as classificações de Corrêa (2011) e de Andrade e Alves (2021), cidades dormitório, como no caso de Fama, Divisa Nova e de Carvalhópolis, visto a pouca dinamicidade de fixos voltados à agricultura, o possível alto índice de migração pendular correlacionado à proximidade das duas centralidades da RGI: Alfenas e Machado. Essas últimas, com forte especialização produtiva do agronegócio.

Elias (2022), ao discorrer as cidades do agronegócio, elenca alguns tipos de consumo produtivo que são comuns na paisagem das referidas cidades, sendo: “Comercialização de sementes, fertilizantes, defensivos e máquinas”; “*Tradings agrícolas*”; “Feiras agropecuárias”; “Sistema financeiro”; “Ensino técnico, tecnológico e superior” e “Pesquisa agropecuária”. Dentre todas as cidades analisadas, apenas Alfenas e Machado possuem todos esses fixos e serviços presentes no território urbano do município. Desta forma, podemos tendenciar que ambas as cidades, devido à alta especialização voltada ao capital do agronegócio, podem ser consideradas como tal. Poço Fundo, por sua vez, apresenta boa parte desses consumos produtivos, assim como uma grande variedade de bens e serviços voltados ao agronegócio. Poderia então, assim sendo, que Alfenas e Machado, devido seus contingentes populacionais fossem caracterizadas como cidades médias do agronegócio, enquanto Poço Fundo, seguindo as mesmas variáveis, fosse considerada uma cidade pequena do agronegócio. Entretanto, ao pensarmos nas possíveis migrações sazonais observadas pelo tempo que as pessoas com trabalho formal do município levam até seu trabalho, a centralidade agrícola do município entra em questão. Seria necessária, para uma afirmação mais contundente, uma análise empírica e da estrutura fundiária do município. O que queremos apontar, é que mesmo com os fixos e fluxos necessários para uma caracterização de Poço Fundo como uma cidade do agronegócio, a possível “não centralidade” do município o poderia transformar em município “reserva” de Machado, pensando em suas relações econômicas e fundiárias. Por fim, os outros municípios, em primeiro momento, nos parecem estar na confluência entre as cidades do agronegócio e aquelas pequenas cidades que em detrimento das primeiras, perderam sua importância econômica e política, face ao cruel interesse especulador do agronegócio.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Boa parte das discussões que refletem sobre as dinâmicas espaciais causadas pelo agronegócio ora pautam-se em consequências sociais, ora econômicas e, em outros casos, ambientais. Sem me submeter a uma generalização alienada dos diversos debates sobre o rural e as cidades, majoritariamente as variáveis citadas aparecem de forma dicotômica ou separada da realidade totalizada e que ignora as complexidades das mudanças socioespaciais, resultado da dinâmica da realidade concreta em constante evolução. Principalmente após a mundialização econômica e conseqüentemente agrícola, o agronegócio tem transformado o espaço geográfico no que concerne a quase todas as escalas de análise, inclusive perpassa por todos os conceitos geográficos e se legitima como uma temática essencialmente geográfica no que diz respeito à própria epistemologia da Geografia.

Com esse exercício de estudo sobre o campo e as cidades da RGI de Alfenas, foi possível comprovar a tendência de *commoditização* (ALVES, 2021), do território, que como apresentado nas reflexões presentes nesse trabalho, traduz em uma prática prejudicial tanto ao bem estar humano, quanto às necessidades de sustentabilidade às próximas gerações e que gera, cada vez mais, desigualdades, fome e fragilidades para a população e para o meio ambiente. As cidades refletem os interesses do campo agroexportador buscando tanto sua integração macroeconômica quanto o atendimento dos interesses dos grandes “agro-capitalistas”. Em consequência, algumas cidades sobressaem-se economicamente em detrimento de outros pequenos centros urbanos incapazes de acompanhar os investimentos do agronegócio e a disputa mercadológica, ora atraindo investimentos – no caso dos primeiros centros urbanos – ora, causando uma estagnação econômica comparado à outros municípios da hinterlândia. Os debates sobre o desenvolvimento rural também mostraram preocupar-se com os obstáculos que esse modo de produção podem acarretar à este objetivo, principalmente no que concerne ao papel dos agricultores familiares na cadeia agroindustrial e na agricultura de subsistência.

Será, então, que os retornos macroeconômicos – e unitários, pensando na acumulação do capital por parte dos barões do agronegócio – compensam as problemáticas envoltas nesse modo de produção? Assim, essa pesquisa não intenta encerrar a discussão da temática na região, mas pelo contrário, ela nos possibilita, a

partir de agora, pensar a região e seus municípios, entendendo parte da estrutura das cidades, assim como do campo e talvez auxiliar no desenvolvimento e na melhoria das condições de vida de seus habitantes.

5 - REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural, Economia Aplicada – nº número 2, vol. IV: 379-397, abril/junho 2000.

ALVES, F. D. et al. TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA, IDENTIDADE E REPRODUÇÕES SOCIAIS: os assentamentos rurais na metade sul do Rio Grande do Sul. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v.2, n. 4, p. 82-97, ago. 2007.

ALVES, F. D., et al. A Dimensão política no espaço: conflitos e desigualdades territoriais na sociedade contemporânea. Alfenas – MG: Ed. Universidade Federal de Alfenas, p. 306-323, 2019.

ALVES, F. D., LINDNER, M. AGRONEGÓCIO DO CAFÉ NO SUL DE MINAS GERAIS: territorialização, mundialização e contradições. Revista OKARA: Geografia em debate, v. 14, n. 2, p. 433-451, 2020.

ALVES, Flamarion Dutra. Da diversidade agrícola à commoditização do território: os efeitos do agronegócio na Região Imediata de Alfenas – Minas Gerais. **Boletim Alfense de Geografia**. Alfenas. v. 1, n.2, p. 129-150, 2021.

ANDRADE, A. C.; ALVES, F. D. A Geografia das pequenas cidades no Sul de Minas Gerais: uma proposta classificatória. In: A geografia das pequenas cidades: estudos teóricos e práticos / Vanessa Manfio; Gilda Maria Cabral Benaduce (Organizadoras). – Rio de Janeiro: Libroe, 2021. 286 p.

BRENNEISEN, E. “Vida na Roça”: um projeto multidimensional de desenvolvimento rural. Estudos, sociedade e agricultura. Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, 2005. p.230-279.

CASTILLO, R. et al. REGIÕES DO AGRONEGÓCIO, NOVAS RELAÇÕES CAMPO-CIDADE E REESTRUTURAÇÃO URBANA. Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em Geografia (Anpege). p.265-288, V.12, n.18, especial GT Anpege 2016.

CORRÊA, R.L. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP** - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 30, pp. 05 - 12, 2011.

ELIAS, D; PEQUENO, R. Espaço Urbano no Brasil Agrícola Moderno e Desigualdades Socioespaciais. **Terra Livre**, Goiânia. Ano 21, v. 2, n. 25. p. 13-33. Jul-Dez/2005.

ELIAS, Denise. Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico-metodológicas. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (Org.) **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, vol. 9, núm. 1, mayo, 2007, pp. 25-39.

ELIAS, Denise. Consumo produtivo e urbanização no brasil: as cidades do

agronegócio. **Ciência Geográfica** - Bauru - XXVI - Vol. XXVI - (2): Janeiro/Dezembro – 2022.

FERREIRA, D.A.O. **Mundo rural e Geografia: Geografia agrária no Brasil –1930-1990**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

FIRETTI, R. et al. Análise de Variáveis Estratégicas para o Desenvolvimento da Agropecuária da Região do Pontal do Paranapanema. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Piracicaba, v.50, n.1, 2012.p. 141-156.

FREDERICO, S. AS CIDADES DO AGRONEGÓCIO NA FRONTEIRA AGRÍCOLA MODERNA BRASILEIRA. *Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente*, n.33, v.1, p.5-23, jan./jul.2011.

GHIZELINI, A. A. M., ARAGUÃO, L. Campesinato e Agricultura Familiar: divergências e convergências para o reconhecimento e fortalecimento da agricultura de base familiar. *Sinais* n. 23/1, p. 90-11, Jan-Jun 2019, Vitória – Brasil.

GONÇALVES, S., ENGELMANN, S. A. A agroecologia e a reestruturação do desenvolvimento rural. *Campo-Território*. Uberlândia, v.4, n. 8, 2009.p. 29-51.

GRISA, Catia. MUDANÇAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL: NOVOS MEDIADORES PARA VELHOS REFERENCIAIS, *Raízes*, v.38, n.1, jan-jun/2018.

HARANI, Yuval Noah. *Sapiens – Uma Breve História da Humanidade*. 29a. Edição. Editora Harper. 2011, Pág. 443.

HARVEY, D. **O direito à cidade**. *Lutas Sociais*, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.

KAGEYAMA, A. A. **Desenvolvimento rural: conceito e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

LEMONS, T. C. S., ALVES, F. D. . EVOLUÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DE POÇO FUNDO- MG: diversificação à monocultura do café. III CONGRESSO BRASILEIRO DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO – XV SEMINÁRIO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA. 31 DE MAIO, 02 E 04 DE JUNHO, 2021, p. 1224-1239.

MELO, R. V.; ALVES, F. D. MUNDIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA E O USO DE AGROTÓXICOS NO MUNICÍPIO DE GUARANÉSIA -MG. *CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária*, Edição especial, p. 199-229, jul., 2020.

MOURA, F.M; VALE, A.R. Mercado de trabalho nos pequenos municípios e polarização regional: uma análise sobre Divisa Nova e Alfenas, no Sul/Sudoeste de Minas. **Espaço em Revista**. Goiânia. v.20, n.2, 2018. p.1-18.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. *ESTUDOS AVANÇADOS* 15 (43), p. 185-206, 2001.

PEIXOTO, A.M.M.; OLIVEIRA, A.R. A abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO. Revista NERA. Presidente Prudente. Ano 18, n.26, 2015. p.70-91.

PLOEG, J.D.V. Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional. Sociologias. Porto Alegre. v.13, n.27, 2011. p.114-140.

ROCHA, L.A. et al. A importância da política de inovação no desenvolvimento da agricultura brasileira. Estudos, Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, 2014, p.224-246.

SANTOS, Milton, "Espaço e sociedade no Brasil: a urbanização recente". In: Geosul, ano 3, nº 5, 1988.

SCHNEIDER, Sergio. REFLEXÕES SOBRE DIVERSIDADE E DIVERSIFICAÇÃO AGRICULTURA, FORMAS FAMILIARES E DESENVOLVIMENTO RURAL, R U R I S | V O L U M E 4 , N Ú M E R O 1 , p. 85-130 | M A R Ç O 1 0.

SCNHEIDER, S. TEORIA SOCIAL, AGRICULTURA FAMILIAR E PLURIATIVIDADE. RBCS Vol. 18 nº. 51, p. 99-121, fevereiro/2003.

SEN, A. Development as Freedom. New York: Anchor Books, 1999.

SILVA NETO, B. ;OLIVEIRA, A. Agricultura familiar, desenvolvimento rural e formação dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Estudos, Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro. v.16, n.1, 2008. p.83-108.

SILVA, L.B. et al. Caracterização social e ambiental dos agricultores familiares do assentamento Mirassolzinho I em Jauru-MT em apoio ao desenvolvimento rural municipal. Campo-Território:Revista de Geografia Agrária.Uberlândia, v. 11, n. 25, 2016. p. 101-120.

SOUZA, M. A. A HEGEMONIA IDEOLÓGICA DO CONCEITO DE AGRONEGÓCIO COMO MODELO DE DESENVOLVIMENTO PRIORITÁRIO PARA O ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO: NOTAS PARA UM DEBATE. Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 10, v. 03, p. 50-72, jan-abr/2019.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Capitalismo e Urbanização. 2ª ed. Universidade da Califórnia, Contexto, 1988.

SUNKEL, O; PAZ, P. El sudesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo. 22. ed. México:Siglo XX Editores, 1988.